

Veículo: Site Camaçari Notícias	
Data: 26/09/2020	

CAMAÇARINOTÍCIAS

Sefaz alerta que donos de veículos terão até a próxima semana para pagar IPVA

Vence na próxima semana o prazo para os proprietários de veículos com placas que terminam com 9 e 0 quitarem o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) dentro do calendário estabelecido pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA). O pagamento deve ser feito até o dia 30 de setembro para as placas de final 9, data que vence a cota única ou a terceira cota mensal para quem optou pelo parcelamento desde julho. Já o prazo para as placas de final 0 é o dia 1º de outubro.

Para efetuar o pagamento, o contribuinte deve dirigir-se a uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, com o número do Renavam em mãos. O pagamento também pode ser feito via aplicativos do Banco do Brasil e site do Bradesco, informando-se o número do Renavam. Todas as informações poderão ser consultadas no site da Sefaz-BA ou por meio do call center da secretaria (0800 071 0071).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2020. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Veículo: Site Bahia de Valor	
Data: 26/09/2020	

bahiadevalor

Últimos dias para IPVA de veículos de placas de final 9 e 0 ser pago no prazo

Por
[REDACÃO](#)

-

26/09/2020

Vence na próxima semana o prazo para os proprietários de veículos com placas que terminam com 9 e 0 quitarem o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) dentro do calendário estabelecido pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA). O pagamento deve ser feito até o dia 30 de setembro para as placas de final 9, data que vence a cota única ou a terceira cota mensal para quem optou pelo parcelamento desde julho. Já o prazo para as placas de final 0 é o dia 1º de outubro.

Para efetuar o pagamento, o contribuinte deve dirigir-se a uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, com o número do Renavam em mãos. O pagamento também pode ser feito via aplicativos do Banco do Brasil e site do Bradesco, informando-se o número do Renavam. Todas as informações poderão ser consultadas no site da Sefaz-BA ou por meio do call center da secretaria (0800 071 0071).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2020. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Veículo: Site Bahia Extremo Sul	
Data: 26/09/2020	



Últimos dias para IPVA de veículos de placas de final 9 e 0 ser pago no prazo

Vence na próxima semana o prazo para os proprietários de veículos com placas que terminam com 9 e 0 quitarem o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) dentro do calendário estabelecido pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA). O pagamento deve ser feito até o dia 30 de setembro para as placas de final 9, data que vence a cota única ou a terceira cota mensal para quem optou pelo parcelamento desde julho. Já o prazo para as placas de final 0 é o dia 1º de outubro.

Para efetuar o pagamento, o contribuinte deve dirigir-se a uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, com o número do Renavam em mãos. O pagamento também pode ser feito via aplicativos do Banco do Brasil e site do Bradesco, informando-se o número do Renavam. Todas as informações poderão ser consultadas no site da Sefaz-BA ou por meio do call center da secretaria (0800 071 0071).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2020. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Veículo: Site Farol News	
Data: 26/09/2020	



Últimos dias para IPVA de veículos de placas de final 9 e 0 ser pago no prazo

set 26, 2020 | [Serviços](#)



Vence na próxima semana o prazo para os proprietários de veículos com placas que terminam com 9 e 0 quitarem o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) dentro do calendário estabelecido pela **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba)**. O pagamento deve ser feito até o dia 30 de setembro para as placas de final 9, data que vence a cota única ou a terceira cota mensal para quem optou pelo parcelamento desde julho. Já o prazo para as placas de final 0 é o dia 1º de outubro.

Para efetuar o pagamento, o contribuinte deve dirigir-se a uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, com o número do Renavam em mãos. O pagamento também pode ser feito via aplicativos do Banco do Brasil e site do Bradesco, informando-se o número do Renavam. Todas as informações poderão ser consultadas no site da Sefaz-Ba ou por meio do call center da secretaria (0800 071 0071).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2020. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Veículo: Site Visão Cidade	
Data: 26/09/2020	



Últimos dias para IPVA de veículos de placas de final 9 e 0 ser pago no prazo

26 de setembro de 2020 [Visão Cidade 0 comentários](#)

Vence na próxima semana o prazo para os proprietários de veículos com placas que terminam com 9 e 0 quitarem o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) dentro do calendário estabelecido pela **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA)**. O pagamento deve ser feito até o dia 30 de setembro para as placas de final 9, data que vence a cota única ou a terceira cota mensal para quem optou pelo parcelamento desde julho. Já o prazo para as placas de final 0 é o dia 1º de outubro.

Para efetuar o pagamento, o contribuinte deve dirigir-se a uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, com o número do Renavam em mãos. O pagamento também pode ser feito via aplicativos do Banco do Brasil e site do Bradesco, informando-se o número do Renavam. Todas as informações poderão ser consultadas no site da Sefaz-BA ou por meio do call center da secretaria (0800 071 0071).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2020. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Fonte: Ascom/Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz)

Veículo: Site Farol News	
Data: 26/09/2020	



Lojistas participantes da Liquida Bahia terão ICMS parcelado pelo governo

set 26, 2020 | [Economia](#)

O Governo do Estado, por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), vai parcelar em duas vezes o pagamento do ICMS de setembro pelos lojistas participantes da campanha Liquida Bahia 2020, promovida pela Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado da Bahia – FCDL. A campanha teve início nesta sexta (25) e se encerra em 4 de outubro. As parcelas serão pagas nos dias 9 de outubro e 9 de novembro.

O parcelamento está previsto no decreto número 20.007/20, publicado na edição desta quarta-feira (23) do Diário Oficial do Estado. Também serão parcelados os débitos decorrentes do recolhimento por antecipação tributária relativo às aquisições interestaduais de mercadorias efetuadas durante o mês de agosto. Neste caso, o pagamento vai ocorrer nos dias 25 de setembro e 26 de outubro.

A FCDL ficará responsável por encaminhar para a Sefaz-Ba, até o dia 30 de setembro, a relação dos contribuintes vinculados à campanha. Não fazem jus aos prazos especiais de pagamento do ICMS os contribuintes que atuam no comércio de automóveis, camionetas, utilitários, motocicletas e motonetas novos, de caminhões, reboques e semi-reboques, ônibus e microônibus novos e usados, e também de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios (hipermercados e supermercados).

Estados vivem impulso do ICMS com auxílio e abertura da economia

Em agosto pelo menos sete Estados tiveram aumento de receita contra igual mês de 2019

Por **Marta Watanabe e Marina Falcão** — De São Paulo e Recife

28/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas





Meirelles, secretário de Fazenda de SP: arrecadação somou R\$ 13,69 bilhões e ficou acima do esperado em agosto —
Foto: Claudio Belli/Valor

Embalada pela redução das medidas de isolamento e pelo auxílio emergencial, a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) avançou em agosto e também em setembro, segundo dados preliminares de alguns Estados. Em agosto houve crescimento contra igual período de 2019 em São Paulo, Rio Grande do Sul, Pará, Ceará, Pernambuco, Alagoas e Goiás. Em setembro, projeções ou dados parciais em Alagoas, Goiás, Pará, Rio Grande do Sul e Paraná indicam altas nominais que variam de 6,2% a 22% contra mesmo mês de 2019.

Resultado da abertura gradual da economia, a receita tributária em São Paulo somou R\$ 13,69 bilhões em agosto, avanço de 3,6% nominais (1,1% real) contra igual mês de 2019. O resultado, a primeira alta desde março na comparação com o mesmo mês do ano anterior, foi melhor do que se esperava, diz o secretário de Fazenda, Henrique Meirelles. Ainda não há conclusões sobre os dados de setembro, diz ele, e por precaução não houve mudança na projeção de receita para os últimos quatro meses do ano. Mas a estimativa de queda de receita tributária em 2020, que já chegou a R\$ 18 bilhões em momento mais crítico, hoje está em R\$ 12 bilhões.

Retomada no ICMS

Variação nominal de arrecadação - em %

	Ago20/ Ago19	Set20/ Set19
Alagoas	9,6	13 ⁽¹⁾

Bahia	-4,8	(2)
Ceará	12,7	(2)
Goiás	13,4	13 ⁽³⁾
Pará	20,3	22 ⁽¹⁾
Paraná	-0,9	6,2 ⁽⁴⁾
Pernambuco	16,8	(2)
Rio Grande do Sul	4,2	16,5 ⁽⁴⁾
São Paulo ⁽⁵⁾	3,6	(2)

Fonte: Secretarias de Fazenda (1) Projeção para o mês
 (2) Não informou (3) De 1 a 23 de setembro
 (4) De 1 a 15 de setembro (5) receita tributária total

A arrecadação requer atenção, já que a sustentabilidade do crescimento depende também do setor de serviços, que ainda não reagiu tanto, avalia Meirelles. O secretário destaca também que é preciso acompanhar a evolução da covid-19. Mais à frente, diz, uma vacina pode trazer maior confiança.



No Rio Grande do Sul já é possível vislumbrar expansão da receita de ICMS em setembro, diz o secretário de Fazenda, Marco Aurelio Cardoso. A arrecadação gaúcha com o imposto em agosto somou R\$ 3,02 bilhões, com alta de 4,2% nominais. Na primeira quinzena do mês seguinte, o avanço foi de 16,5%, sempre contra igual período de 2019. Cardoso explica que a arrecadação de ICMS dos primeiros quinze dias corresponde a dois terços do mês e por isso dá o tom da evolução do imposto. O sentimento da população de que o pico da pandemia passou, diz, permitiu às pessoas circular mais e satisfazer parte da demanda reprimida. Com o avanço, avalia, o Estado passa a ter perspectiva de conseguir empatar a arrecadação de 2020 com a de 2019, em termos nominais.

Em alguns Estados, além da reabertura da economia, é possível enxergar efeito importante do auxílio emergencial. Em Goiás, diz a secretária de Fazenda, Cristiane Schmidt, o auxílio beneficiou cerca de 44% da população, evitou colapso social e foi fundamental para a movimentação da economia, assim como o crédito facilitado, que chegou mais recentemente às empresas. Com isso, a arrecadação de farmácias e supermercados se manteve forte. Nos últimos meses, diz ela, a arrecadação tem se recuperado. Em agosto a receita bruta de ICMS atingiu R\$ 1,6 bilhão, com avanço nominal de 13%, mesmo nível da alta de 1º a 23 de setembro, sempre ante igual período de 2019. “Estamos voltando aos padrões de crescimento do primeiro trimestre, quando a alta de arrecadação nominal foi de 10%.”

Para Renê Garcia, secretário de Fazenda do Paraná, o benefício também fez diferença, junto ao afrouxamento do isolamento social. De 1º a 15 de setembro a receita bruta com ICMS no Estado alcançou R\$ 1,96 bilhão, com avanço de 6,2% nominais contra igual período de 2019. No acumulado do ano há queda de 3,8%. A estimativa por enquanto, diz Garcia, não é de reduzir esse nível de perda até o fim do ano. Ele acredita que a redução do auxílio de R\$ 600 mensais para R\$ 300 deve afetar o consumo e o ICMS nos próximos meses.

Em Estados do Norte e Nordeste, o efeito do benefício é considerado mais evidente. René Sousa Júnior, secretário de Fazenda do Pará, diz que a arrecadação de ICMS em agosto somou R\$ 1,27 bilhão, com alta recorde de 20,3%. No acumulado até o mês há avanço de 8,3%. Em setembro, diz ele, a estimativa é que a alta seja de 22%, sempre em termos nominais e na comparação interanual. “Não tenho dúvida de que o auxílio emergencial teve grande participação nesse aumento”, diz Sousa Júnior.

As exportações, como a de minério de ferro, destaca o secretário, também ajudaram. Os embarques, explica, são desonerados de ICMS, mas a atividade resulta em demanda interna, o que se converte em receita. Em outubro, diz ele, o governo paraense deve adiantar aos servidores ativos a primeira metade do 13º salário. Isso, espera, vai ajudar a manter o consumo, apesar do auxílio emergencial menor. Chama a atenção o desempenho do comércio no Pará, cuja receita de ICMS avançou 35% em agosto. O setor respondeu por um quinto da receita do imposto no mês.

O efeito do auxílio é muito claro também no Maranhão, afirma Marcellus Ribeiro Alves, secretário de Fazenda do Estado. O valor médio diário das notas fiscais no varejo de alimentos, diz, passou de R\$ 6,3 milhões em abril, quando o auxílio começou a ser pago, para R\$ 10,1 milhões em agosto. Apesar do forte impacto, a receita, aponta, ainda não recuperou o nível pré-pandemia. Em agosto e setembro a média mensal de arrecadação própria deve ficar em R\$ 800 milhões, diz, abaixo da média de R\$ 900 milhões em janeiro e fevereiro, embora o Estado já tenha mergulhado, durante a pandemia, a uma média abaixo de R\$ 600 milhões.

Em Alagoas, pela primeira vez desde o início do isolamento social, todos os setores devem fechar com alta de ICMS em setembro, informa o secretário de Fazenda, George Santoro. Espera-se que a receita com ICMS cresça 13% nominais ante setembro de 2019, após alta de 9,6% em agosto, quando a receita com o imposto somou R\$ 354 milhões, já sob influência do auxílio emergencial.

A variação da receita com ICMS no acumulado do ano deve ficar positiva, diz Santoro, embora com alta modesta, de 0,5%. Com a redução do auxílio, afirma, deve haver desaceleração na arrecadação. Mesmo assim ele estima que ao fim do ano a alta com ICMS seja de 3% a 4% nominais contra 2019. O cenário é bom, diz, lembrando que o Estado chegou a projetar perda de 10% no ICMS para 2020.

A arrecadação de ICMS em Pernambuco e no Ceará também apresentou alta expressiva em agosto. Pernambuco teve avanço de 16,78% dessa receita no mês, para R\$ 1,67 bilhão. De janeiro a agosto, a alta acumulada é de 8%. No Ceará, a arrecadação em agosto subiu 12,65%, embora mantenha queda no acumulado. Estado mais rico da região Nordeste, a Bahia destoou dos demais, com a receita de ICMS caindo 4,5% em agosto.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Multifuncional Tanque de Tinta HP Smart Tank 517 Wireless - Impressora, Copiadora e Scanner
R\$ 1.199 - CASAS BAHIA

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.
MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Fale com um consultor e acerte na escolha
MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Máquina De Lavar Brastemp 9Kg Com Ciclo Tira Manchas - Bwj09ab 220V
R\$ 1.287,08 - COMPRA CERTA

LINK PATROCINADO

Compre com bônus de até R\$ 15 mil!
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Apresentando as 30 mulheres mais bonitas do mundo
LIFESTLY.COM

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Carlos Bolsonaro rebate divulgação de seu depoimento à PF

Veículo: A Tarde	Caderno: Agronegócios
Data: 28/09/2020	Página: B4

A TARDE

Agro

A TARDE JOSÉ LUIZ TEJON



UMA VISÃO ABRANGENTE
SOBRE O AGRONEGÓCIO

atarde.com.br/colunista/atardeagro
tejon@grupoatarde.com.br

Brasil é único país do mundo que tem nome de árvore, e a Bahia tem

Entrevistei Wilson Andrade, presidente da ABAF - Associação Baiana das Empresas de Base Florestal... e que aula de sabedoria.

Do mel do eucalipto, pelos livros e cadernos, pela mineração e construção, no setor têxtil, por uma Bracell que produz uma celulose especial; onde podemos estar... uma árvore nos acompanhará... e a Bahia está nesse agronegócio das árvores, representando 5,3% do PIB baiano e mais de 230 mil pessoas envolvidas,

sem contar que cerca de 5 mil produtos derivados da

madeira geram empregos e empreendedorismo abundante, desde as gráficas e papelarias, e até no exemplo da Ferbasa, Cia de Ferroligas da Bahia, hoje dirigida pela Fundação José Carvalho, e ali, menciona Wilson, madeira e educação se reúnem de forma ética e exemplar, na cidade de Pojuca.

Árvore está no DNA do Brasil. Pau Brasil. O país Brasil. Nosso nome é árvore... e temos um potencial genial para árvore plantada e nativa, incluindo integração lavoura pecuária e floresta já contando com 17 milhões de

Árvore está no DNA do Brasil. Pau Brasil. O país Brasil. Nosso nome é árvore... e temos um potencial genial para árvore plantada e nativa

Está na hora de a árvore assumir o símbolo de todos os símbolos do Brasil, um portal aberto para carregar consigo todo agronegócio

hectares no Brasil...

Está na hora de a árvore assumir o símbolo de todos os símbolos do Brasil, e um portal aberto para carregar consigo todo agronegócio brasileiro.

Vai abrir mercados. Wilson Andrade acrescenta que é presidente do conselho do fundo comum de commodities da ONU. E existe muito dinheiro para investimentos em projetos sustentáveis. Ele contabiliza, por alto, na reunião de distintos fundos, mais de US\$ 1 trilhão. E falta projeto. Sobra dinheiro.

Dessa forma, além da árvore estar até no catchup, na tela de Led da tv, no batom, no verniz, no papel higiênico e na cápsula dos remédios, está também no oxigênio, na captura do carbono, e na nova bioeconomia.

Da mesma forma, na Bahia está em quatro regiões diferentes do estado e envolve integração com pequenos e médios produtores fornecedores.

Árvore tem nome, Brasil. E Bahia tem árvore para o Brasil e para o mundo. A ABAF sabe e ensina.

A TARDE

MIRIAM HERMES

Entre as commodities baianas o algodão foi o mais afetado pela pandemia. Um dos reflexos será uma redução de 15% em áreas semeadas com a cultura na safra 2020/21 em relação a anterior. A intenção de reduzir a área de plantio se mantém, apesar do aumento da procura por parte de fiações e tecelagens e dos preços terem reagido desde meados de agosto.

A reação do preço está atrelada ao valor do dólar frente ao real e, como o produtor também terá que pagar os insumos na mesma cotação de dólar para a próxima safra, a classe não se animou a rever o plano de reduzir a área.

"O preço subiu em real, mas em dólar não ficou com rentabilidade boa", explicou o presidente da Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa), Júlio Cesar Busato, destacando que para a safra 2021/22 a área deve voltar a crescer.

A Bahia é o segundo no ranking nacional entre estados produtores de algodão e na safra 2019/20 plantou 313.566 hectares. Conforme o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LS-PA/IBGE), foi colhido cerca

AGRICULTURA Apesar do aumento, produtores não planejam expandir o plantio, já que os insumos também subiram, com a alta do dólar frente ao real

Área plantada do algodão cai e preço do produto sobe

de 1,4 milhão de toneladas na safra 2019 e repetido número semelhante em 2020.

A pesquisa mensal apontou também que a cultura movimentou em torno de R\$ 3 bilhões com o Valor Bruto de Produção (VBP) em 2019, com projeção de chegar a valor semelhante este ano. Busato lamentou que seja necessária a redução de área na próxima safra, "o que não faz bem para a economia regional, pois o algodão gera três vezes mais renda e emprega cinco vezes mais pessoas que a soja, por exemplo", destacou, lembrando que as áreas que deixarão de ser plantadas com algodão, serão ocupadas com soja no oeste da Bahia.

O algodão baiano, "tem a melhor qualidade do Brasil das melhores do mundo",

disse Busato, enfatizando que o algodão não irrigado da Bahia tem a maior produtividade mundial, em função do trabalho dos agricultores com melhoria dos solos e tecnologia aplicada na cultura.

"É essa produtividade e também a qualidade que vão nos levar para o futuro", disse, destacando que o cotonicultor brasileiro compete com produtores dos EUA, Índia e China, "todos com subsídios dos seus países", reclamou, enfatizando que a expectativa da classe é voltar a plantar 400 mil hectares (ha) na Bahia nos próximos anos.

"Baque da pandemia"

A redução de área do algodão afeta a cultura nos demais estados que cultivam a



Busato lamenta a redução de área na próxima safra

fibra. No Brasil, conforme a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abapa), o decréscimo será de 12%. A projeção é chegar a 1,4 milhão de ha na próxima safra, enquanto na safra 2019/20 a cultura ocupou 1,6 milhão de ha.

Presidente da Abapa, Milton Garbuggio, explicou que o planejamento da safra começou há dois meses, quando o setor ainda amargava "com o baque da pandemia", com a redução de vendas e pouco movimento das indústrias têxteis.

Ele disse que apesar da recuperação da procura e preço, "é preciso ter mercado para escoar a produção, tanto dentro quanto fora do Brasil", afirmou, ressaltando que os estoques mundiais devem crescer em torno de 3% este ano e o Brasil terá cerca de 422 mil toneladas de estoque de passagem, em 2020/2021, o que vai garantir o abastecimento até o próximo ano.

Para Garbuggio, que preside também a Câmara Setorial do Algodão e Derivados (CSAD) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), "não adianta produzir muito e não vender toda a produção", alertou.

A TARDE

FÁBIO BITTENCOURT

Cerca de um terço das exportações brasileiras (32%) em 2019 foi realizado por micro ou pequenas empresas. Contribuíram para a balança comercial 7.571 pequenos negócios, de um total de 23.852 companhias.

Cento e quatro dessas pequenas empresas são baianas, que venderam bloco de mármore, chocolate, cosméticos de todo tipo, manga, geleia de umbu, café, equipamentos de energia eólica para países como China, Cingapura, Estados Unidos, Suíça, Argentina, Paraguai.

Também no ano passado, quase duas mil novas empresas (10%) – dessa vez de todos os portes – passaram a vender o peixe também lá fora, mas com grande reforço das PMEs (44%).

Os dados são da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e servem para mostrar que a internacionalização de um negócio não é exclusividade de grandes corporações, mas, pelo contrário, pode ser a saída para pequenos empreendimentos, particularmente a partir da pandemia.

Os números também dão a dimensão do oceano de oportunidades existentes, mas é preciso aprender a pescar, dizem os analistas.

O que, na avaliação do advogado especialista em comércio exterior Emanuel Pessoa, significa dizer estudar bem o mercado em que se quer atuar, analisar os custos da empreitada e contar com uma assessoria jurídica ou empresarial.

"A principal dica é estudar o mercado, as peculiaridades, saber se realmente o produto vai ter aderência. Vender para fora significa diversificar o seu público consumidor, ampliar receita, não depender apenas do mercado interno e suas oscilações", afirma.

Com o tema *Estudo de Oportunidades de Alimentos e Bebidas no Vietnã 2020*, a Apex-Brasil promove, próxima quinta-feira, um webinar (seminário online) gratuito, às 9 horas (horário de Brasília). Para participar, basta acessar o link <https://click.apexbrasil.us/njsim>.

Segundo informações da agência, a economia vietnamita é uma das 50 maiores do mundo e só faz crescer. O

Do Porto de Salvador saem produtos para o mercado externo



Pequenas empresas respondem por 32% das exportações

MERCADO Na Bahia, 104 pequenos negócios já vendem seus produtos para outros países

país tem população estimada em 95 milhões de habitantes e ambiente de negócios considerado atrativo.

Mas este é apenas um dos muitos destinos possíveis, para qualquer item que se imaginar – de um animal vivo a creme facial. Basta dar uma olhada no chamado Mapa Estratégico Apex-Brasil de Oportunidades Comerciais, reconhecido com um dos maiores cases em ferramentas de inteligência de mercado.

Gratuito e de fácil acesso, a plataforma é um banco de dados cruzados em constante evolução, com mais de 45 mil oportunidades cadastradas em 101 países, em cinco diferentes categorias.

Na visão do empresário Edson Borgo, isso é "meio caminho andado", pois significa a redução de riscos e custos de entrada em um novo mercado no exterior.

Nascido em Vitória, no Espírito Santo, Borgo, 53 anos, é CEO da Ecosmetics Internacional Salon – uma fabricante de cosméticos voltados para salão de beleza e uso profissional fundada por ele em 2002, em Teixeira de Freitas, no sul da Bahia.

Ele é um dos convidados da live *Ferramentas e Competências para MPMEs con-*



quistarem mercados internacionais, evento promovido pela Federação das Indústrias do Estado Bahia (Fieb), que acontece depois de amanhã, às 18h, no canal da ins-

Martins exporta frutas para diferentes países

DICAS PARA EXPORTAR

ORGANIZAÇÃO Faça o mapeamento da empresa, foque no que deve ser melhorado e veja quais são as lacunas e oportunidades do mercado

INFORMAÇÃO Pesquise sobre os países para os quais deseja exportar, estude o que for possível sobre eles

ADEQUAÇÃO Após escolher o destino, é preciso se adequar ao novo mercado. Reveja a embalagem, o idioma, exigências técnicas e sanitárias

PREÇO O preço aplicado no Brasil ao seu produto não será igual em outro país. Defina-o

tuição no YouTube.

"Nossa missão no Centro Internacional de Negócios é articular o apoio a pequenas empresas no processo de internacionalização, de forma a melhorar o desempenho delas com preparação e promoção comercial", diz a gerente de comércio exterior e relações internacionais na Fieb, Patrícia Orrico.

Ex-professor de musculação e artes marciais, vinte anos atrás Borgo fazia creme de cabelo em panela e fogareiro no quintal de casa. Atualmente, além de atender todo o Brasil, exporta mais de 400 produtos, entre coloração, pó descolorante e escova progressiva, para 48 países; e possui centro de distribuição em Miami, nos EUA, e Ilhavo, Portugal.

Segundo ele, além de participar de feiras e congressos internacionais da área, uma dica crucial para quem quer se lançar no mundo é procurar os serviços de apoio ao empreendedor, oferecidos por entidades como Apex-Brasil, Sebrae e Fieb.

"É preciso buscar, não apenas trabalhar. Isso ajuda encurtar caminhos. Exportar é uma saída muito importante, o mercado internacional, assim como o doméstico, é muito competitivo, mas a vantagem é que os produtos brasileiros são bem vistos lá fora", conta.

Agronegócio

Que o diga o produtor de manga na região de Juazeiro, no norte baiano, Rogério Martins, 49, que há 15 anos exporta para o Chile, Uruguai, Canadá e "quase toda a Europa" 50% de suas 350 toneladas da fruta por ano.

"O Incentivo e contribuição de diversos organismos, como Embrapa, Moscamed (Biofábrica de moscas) todos esses anos foram fundamentais", fala Martins.

De acordo com o gerente da Unidade de Captação de Recursos Financeiros no Sebrae Bahia, Vitor Lopes, a instituição possui uma grade completa de cursos sobre o assunto, "uma fonte para a capacitação empresarial".

A TARDE

COVID-19 O Banco do Nordeste ultrapassou a marca de R\$ 2 bilhões de investimentos emergenciais

BAHIA JÁ CONTRATOU R\$ 377,5 MI EM LINHAS DE CRÉDITO DO FNE

MARJORIE MOURA

O Banco do Nordeste superou a marca de R\$ 2 bilhões de investimentos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) Emergencial, valor correspondente a 85,3 mil operações.

A Bahia contratou R\$ 377,5 milhões distribuídos em 12,6 mil operações. Além das vantagens de taxa de juros de 2,5% ao ano e carência até 31 de dezembro de 2020, com prazo de adesão até 30 de setembro de 2020, o crédito emergencial beneficia investimentos, incluindo capital de giro associado de até R\$ 200 mil e capital de giro isolado de até R\$ 100 mil. O prazo para investimento é de até 12 anos e para capital de giro isolado, de até 24 meses.

José Gomes da Costa, superintendente do Banco do Nordeste na Bahia, explicou que a linha foi especialmente criada para fazer frente aos graves prejuízos causados pela Covid-19, que atingiu em cheio pequenos e médios empreendedores. Devido às excelentes condições para concessão de crédito, o número de clientes iniciais foi muito grande, permitindo a manutenção destes negócios e o sustento de muitas famílias da região Nordeste.

Foram beneficiados empreendedores individuais (MEIs), pessoas físicas aten-



Ana Vanessa Teixeira / Divulgação

Banco do Nordeste criou a linha para fazer frente aos prejuízos causados pela Covid

Foram beneficiados MEIs, pessoas físicas atendidas pelo programa de microcrédito

didas pelo programa de microcrédito do banco, o Crediamigo, e empresas de todos os portes localizadas nos municípios em situação de emergência devido à crise sanitária e que estejam inseridos na área de atuação do BNB, os nove estados da região e o norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.

O FNE Emergencial é uma linha de crédito especial operacionalizada exclusivamente pelo Banco do Nordeste, lançada pelo governo federal em maio deste ano, com apoio do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Em 2021

O FNE deve disponibilizar

R\$ 24,1 bilhões para os diversos setores e segmentos da economia regional, em 2021. Para a Bahia, a expectativa de aplicação é R\$ 4,92 bilhões. Desse total, R\$ 1,68 bilhão contempla exclusivamente a infraestrutura de saneamento básico e logística da área de atuação do banco. O montante é uma estimativa calculada sobre as disponibilidades projetadas até o momento, podendo sofrer alterações até o final do ano.

A projeção de rateio dos recursos do FNE para 2021 propõe a destinação de, no mínimo, 5% dos recursos para cada um dos nove estados da região e de 2,5% para o norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo. De acordo com a proposta, o semiárido permanece como espaço prioritário, área para o qual devem ser destinados 50% dos recursos ingressos.

A proposta de programação do FNE para 2021 leva em consideração as orientações gerais do MDR, bem como as diretrizes e prioridades estabelecidas pela Sudene e inclui nas prioridades setoriais e espaciais o saneamento básico, cujo marco legal foi aprovado este ano, assim como os municípios das bacias do rio Paranaíba, do rio São Francisco e da área de influência do Programa de Integração do São Francisco (PISF), os Arranjos Produtivos Locais (APLs) e as Rotas de Integração.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 28/09/2020	Página:

Correio*

Salvador lança campanha para atrair turistas e movimentar economia

RETOMADA Salvador lançou ontem uma nova campanha publicitária para atrair visitantes e movimentar a economia da cidade. O lançamento aconteceu durante a abertura da Abav Collab, evento virtual que reúne o segmento.

A iniciativa, chamada de 'Vem meu Amor', tem como objetivo posicionar a capital baiana como um destino seguro e vem depois de a cidade ter recebido, em julho, o selo Safe Travels, conferido pelo Conselho Mundial do Turismo (WTTC) para destinos que atendem critérios de higienização e segurança necessários contra a contaminação pelo novo coronavírus, causador da covid-19.

A capital baiana é a pri-

meira cidade de todo o Brasil a receber a certificação internacional.

O vídeo com os principais pontos turísticos de Salvador, ao som de um dos sucessos da Banda Olodum, será divulgado nas redes sociais e site oficial do turismo da capital.

“A campanha vai mostrar que nossa cidade está preparada para receber turistas de forma segura, e que os estabelecimentos turísticos estão cumprindo os protocolos exigidos pela Organização Mundial de Saúde, além dos protocolos determinados pela Prefeitura, no combate à pandemia”, declarou o secretário de Cultura e Turismo de Salvador, Pablo Barrozo.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 28/09/2020	Página:

Correio*

Faeb divulga nota contra a venda do Parque de Exposições

ÁREA PÚBLICA A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (FAEB), representante dos produtores e Sindicatos Rurais baianos - em conjunto com outras instituições do setor agro - emitiu nota pública neste final de semana, discordando da intenção do projeto de venda do Parque de Exposições, localizado na Av. Paralela, onde os terrenos são valorizados, conforme anunciou o governador Rui Costa em 23 de setembro.

No texto, a Faeb informou que "o espaço é um equipamento público de grande importância econômica não apenas para o setor Agropecuário, mas para todos os segmentos produtivos, como a Indústria, pela compra e

venda dos insumos, e o Comércio de bens, Serviços e Transporte, através da geração de empregos e recolhimento de tributos ao Governo durante cada evento".

Procurado ontem pelo CORREIO, o governo enviou posicionamento feito pelo governador Rui Costa. Segundo ele, a venda do Parque de Exposições e de outras áreas públicas, como a do Centro de Convenções, são necessárias para garantir obras estruturantes (a exemplo da contrapartida para a construção da ponte Salvador-Itaparica, no valor de R\$ 1,5 bilhão). A convocação de interesse nas áreas deve ser publicada nos próximos dias.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 28/09/2020	Página:

Correio*

Segunda parte da reforma tributária será fechada hoje

IMPOSTO O governo deve entregar hoje ao Congresso o texto com a segunda parte da reforma tributária. Entre as propostas estará a de criação de um novo imposto, aos moldes da antiga CPMF (que ficou conhecida como imposto do cheque). A ideia é compensar as perdas previstas com a desoneração de parte da folha salarial. Ainda hoje, o presidente Jair Bolsonaro deve se reunir com líderes para discutir os detalhes e definir, dentre as opções apresentadas pela equipe econômica, quais estarão na proposta final do governo. Em todas elas, está a criação do novo tributo.

Após presidente bater o martelo, o projeto será levado ao relator da Comissão Mista de Reforma Tributária, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), para inclusão nas discussões que já ocorrem no Congresso.

Para diminuir a resistência de deputados e senadores contra a criação de mais um imposto, e ainda como a CPMF, o governo vai argumentar que pretende aumentar a faixa de isenção do imposto de renda de pessoas físicas para um patamar de renda de até R\$ 36 mil ao ano.

Veículo: Correio

Caderno:

Data: 28/09/2020

Página:

Correio*

ARQUIVO



Ricardo Barros se reuniu com ministros e líderes no Congresso para tratar do tema

Líder do governo diz que novo programa social está 'estruturado'

CONTINUAÇÃO DO AUXÍLIO O líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), afirmou ontem que o novo programa social do governo de Jair Bolsonaro (sem partido) está estruturado e pronto para ser analisado pelos parlamentares.

O texto precisa passar pelo crivo dos líderes partidários no Congresso, com destaque para o centrão, antes de ser apresentado oficialmente e tramitar no Legislativo. Se-

não, a articulação em torno do tema pode ficar prejudicada e travar a iniciativa.

Barros passou o domingo reunido com o ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, responsável pela articulação política do Planalto com o Parlamento, o líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO), e o relator do Orçamento de 2021 e da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) do pacto fede-

rativo, senador Márcio Bittar (MDB-AC).

O grupo tratou da formação do programa social que deverá substituir o Bolsa Família e servir como uma espécie de continuação do auxílio emergencial. Bolsonaro quer imprimir uma ação social com a marca de sua gestão, especialmente após ter a popularidade avançada com a distribuição do auxílio em meio à pandemia, visando a reeleição em 2022, segundo governistas.

"Tratamos da estruturação do texto, das fontes, do teto, das coisas que são relevantes. Está tudo dentro do combinado", garantiu Barros.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 28/09/2020	Página:

Correio*

TRUMP NÃO PAGOU IMPOSTO EM 10 ANOS, DIZ JORNAL

ESTADOS UNIDOS Reportagem do jornal The New York Times publicada ontem revela que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, não pagou imposto de renda em 10 anos.

Além disso, o republicano pagou somente US\$ 750 em 2016, ano em que ele foi eleito, e em 2017. As informações foram divulgadas com base em dados tributários do magnata, que foram colocados em sigilo durante anos — Trump nunca quis revelar seus números sobre impostos. O levantamento não inclui impostos entregues em 2018 e 2019.

Em nota enviada ao jornal americano, o advogado Alan Garten, da Trump Organization, declarou que “a maioria das informações, se não todas, parecem estar imprecisas”.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 28/09/2020	Página:

Correio*

AFROS RECEBERÃO 50% DA LEI ALDIR BLANC

INCENTIVO O governador Rui Costa determinou que 50% dos recursos vinculados ao Programa Aldir Blanc Bahia devem ser destinados a grupos de manifestação cultural da população negra. A medida foi anunciada em decreto publicado no sábado, pelo Diário Oficial do Esta-

do. De acordo com a lei federal Aldir Blanc, sancionada em junho, o setor cultural deve receber ações emergenciais na pandemia. Para ter acesso ao benefício, é preciso se inscrever no Cadastro Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Cultura até 6 de outubro.

MIRIAM LEITÃO

blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

PROJEÇÃO DO SANTANDER PARA O FINAL DO ANO MELHOROU, MAS BANCO RECONHECE RISCOS

O Brasil de novo na encruzilhada

A economista-chefe do banco Santander, Ana Paula Vescovi, acaba de atualizar as projeções do banco para a economia brasileira. A boa notícia é que a recessão deve ser menor do que o previsto inicialmente este ano (-4,8% em vez de -6,4%), o dólar tende a se valorizar e a inflação deve continuar sob controle. Esse é o cenário-base. O problema é que vem crescendo o risco de um cenário alternativo, que é completamente diferente e assustador: em caso de perda da confiança no controle fiscal, o país viverá novamente uma crise econômica, com a combinação de recessão, fuga de capitais e elevação das taxas de juros.

Ana Paula foi secretária de Fazenda do Espírito Santo e conduziu boa parte do ajuste fiscal feito pelo estado. Depois, foi chamada para a secretaria do Tesouro, no governo Temer, e hoje está no Santander. Acompanha com lupa os dados das contas públicas e está



preocupada com a encruzilhada da economia brasileira. Se, por um lado, os gastos com a pandemia tiveram foco nas políticas sociais, por outro, vem crescendo a desconfiança na manutenção do teto de gastos no ano que vem:

— O crucial é o fiscal. É o que caracteriza a dualidade desses cenários. A gente vê um esforço muito grande dos líderes afirmando a responsabilidade com as contas públicas. Mas a gente sabe que é muito difícil conseguir consenso para as reformas. Para sustentar o teto até 2026, e continuar com essa âncora, o governo tem que reduzir despesas em R\$ 130 bilhões. E isso só com medidas muito duras. O tempo urge.

Em relatório enviado ontem a clientes, o banco apontou que "reafirma a recuperação, mas reco-

nhece os riscos". No cenário base, o governo terá déficits primários até 2026 e a dívida bruta alcançará um pico de 106% do PIB até começar a cair. No cenário alternativo (veja o gráfico), o endividamento sai do controle e chega a 161% em 15 anos. O risco que parece longe, na verdade, já começou a se materializar com a alta dos juros cobrados pelo mercado para financiar o governo.

— A dívida já está encurtando muito. Mas o mercado ainda tem confiança de que a agenda fiscal vai andar. Se a gente perde essa crença, aí pode haver uma crise da dívida. Todos reconhecem o mérito de dar atenção a quem precisa. Só que o cenário hipotético de perder a âncora fiscal é pior ainda. Isso precisa ficar muito claro — alertou.

O DESAFIO DO EMPREGO

Se a recessão deve ser menor este ano, o PIB também deve crescer menos no ano que vem (3,4% e não 4,2%). Com isso, a

estimativa do Santander, no seu melhor cenário, é que a atividade só volte ao nível de 2019 em meados de 2022. Especialmente para o mercado de trabalho, o desafio será enorme. Na medida em que a força de trabalho voltar a crescer, com mais pessoas procurando vagas, o desemprego também deve subir. A taxa média de desocupação pode chegar a 16,1% no ano que vem, e cair para apenas 15,3% em 2022, ano de eleições presidenciais.

DINHEIRO FÁCIL

Os juros de 2,2% pagos pelo Tesouro a quem comprou títulos da dívida com vencimento em abril — como mostrou a coluna de ontem — podem parecer baixos, mas veja como a operação foi vantajosa ao mercado. Os grandes bancos conseguem captar recursos a custo de 2% (taxa Selic), mas nessa operação receberam 0,2 ponto percentual a mais, ou 10% dos juros pagos, para resgate em seis meses. Como são títulos em reais, do Tesouro, o risco é zero. "Mesmo rolando título curto, o Tesouro está sendo obrigado a pagar prêmio. Imagine você ganhar sem risco esses 20 pontos de diferença entre as taxas em seis meses? Foi isso que aconteceu e mostra o tamanho da fragilidade fiscal", explicou um economista. No total, R\$ 30 bilhões de títulos públicos foram vendidos na quinta-feira, a um custo de R\$ 60 milhões.

A COLUNISTA ESTÁ DE FÉRIAS.
COLUNA ESCRITA POR ALVARO GRIBEL (INTERINO).



ENTRE / AGRO

www.correio24horas.com.br

O novo tesouro da Chapada

Vinhos

Produção de bebida fina vai gerar emprego e renda, além de implementar o turismo na região

As terras margeadas pela Serra do Sincorá não eram a primeira opção da família que migrou do Rio Grande do Sul para a Bahia em 1984. Os Borré vieram atraídos pelas notícias da franca expansão agrícola nas regiões Norte e Nordeste, assim como centenas de outras famílias sulistas. Eles sonhavam com o Oeste baiano, mas o custo das terras e as condições climáticas pesaram a favor da Chapada Diamantina.

Quase quarenta anos depois, a família, já em sua terceira geração, colhe os frutos da escolha. A cadeia de montanhas do Sincorá, que cerca as terras na região de Mucugê, e uma altitude superior aos mil metros, fizeram verdade a profecia de Pero Vaz de Caminha, mais de 500 anos depois e a mais de 700 quilômetros de distância do local em que ele viu pela primeira vez o Brasil: "Nesta terra, em se plantando, tudo dá".

Há um sentimento de contentamento em Fabiano Borré ao descrever o Projeto Uvva – Cepas Diamantinas. Há alguns anos, se achava que não havia possibilidade de se produzirem bons vinhos na Bahia, mas o trabalho desenvolvido pela Fazenda Progresso fez o improvável se tornar realidade. Em 2012, o grupo empresarial da família iniciou o plantio de videiras experimentais em dois hectares entre os municípios de Mucugê e Ibicara. Hoje a área ocupada com uvas soma mais de 40 hectares, que dão sustentação à produção da bebida que deve chegar ao mercado em 2021.

"Acabamos de lançar a marca e o empreendimento. O próximo passo será o lançamento dos vinhos, que deve ocorrer no máximo em mais dois meses. O mercado que almejamos é o de vinhos finos, principalmente no Brasil", explica Fabiano Borré, diretor de negócios Café e Vinho da Fazenda Progresso.

O Projeto Uvva não apenas

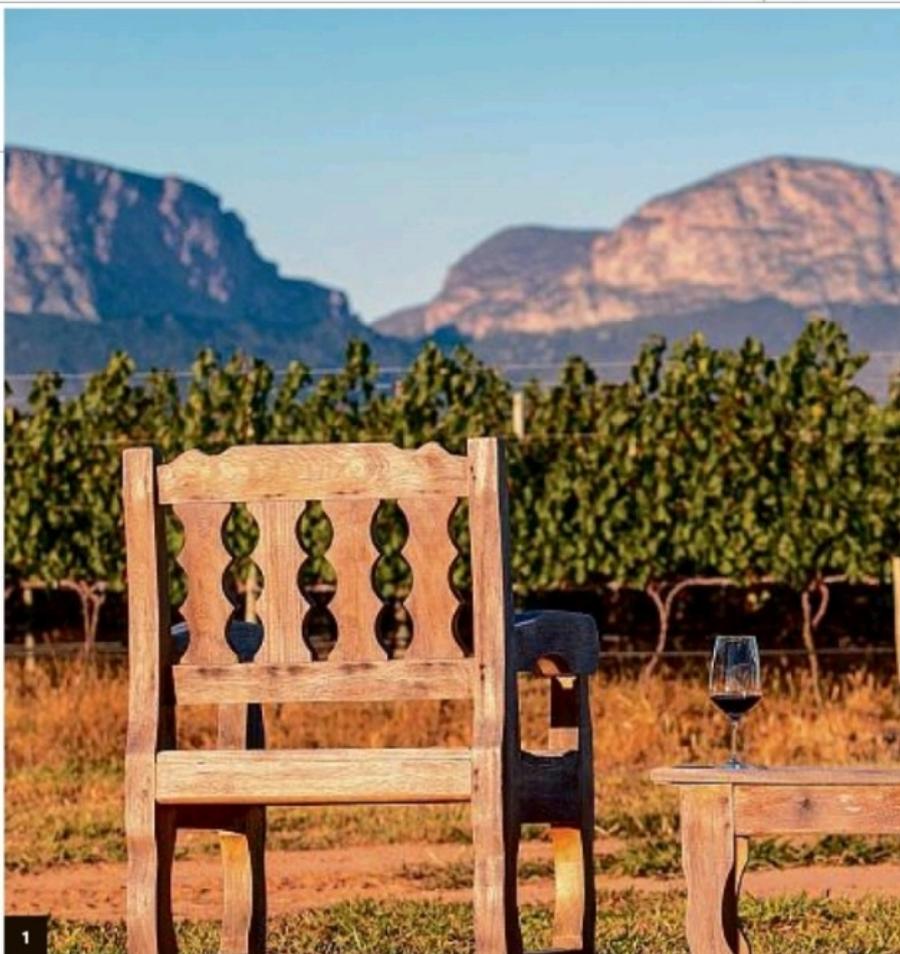
confirma em uma escala maior o que outros produtores já perceberam, que a Chapada Diamantina é propícia à produção de vinhos, como vai ajudar a levar para o mundo o terroir da região. A palavra francesa, que se pronuncia mais ou menos como 'terroir' e que não tem uma tradução exata em outras línguas, refere-se ao conjunto de fatores que caracterizam a bebida. Entre eles, topografia, geologia, processo de cultivo, drenagem, clima, microclima, castas, intervenção humana, cultura, história e tradição.

As garrafas da marca prometem entregar um produto composto tanto por características dos vinhedos a uma altitude de 1.150 metros acima do nível do mar, quanto pelas qualidades do solo, classificado como Franco-Argilo-Arenoso, que carrega de suas origens inúmeras camadas de arenitos, conglomerados e calcários, resultantes de depósitos sedimentares primitivos.

A qualidade da drenagem favorece um bom desenvolvimento das raízes, permitindo-as buscar nutrientes em camadas mais profundas do solo, fator que contribui para a complexidade dos vinhos. O processo de dupla poda, que permite controlar o amadurecimento das uvas, ajudou a empresa a direcionar a colheita para o momento ideal.

Fabiano Borré lembra que um fator de extrema importância se juntou às condições geográficas para o sucesso do projeto. "O uso do conhecimento, tecnologia e boas práticas se somam às questões naturais para tornar tudo possível", destaca.

A vinícola vai oferecer uma gama completa de vinhos, incluindo os tintos, brancos e espumantes. Entre as variedades de uvas que serão utilizadas, estão algumas das mais tradicionais e conhecidas no mundo dos vinhos, como Cabernet Sauvignon, Merlot, Cabernet Franc, Petit Verdot e Syrah, no caso da bebida tinta. No caso das brancas, o foco está na Chardonnay e Sauvign-



O uso do conhecimento, tecnologia e boas práticas se somam às questões naturais para tornar tudo possível
Fabiano Borré

Diretor de negócios Café e Vinho da Fazenda Progresso

non Blanc.

A Fazenda Progresso tem um corpo funcional fixo com aproximadamente 500 colaboradores. Em época de safra de café, costumam ser adicionados entre 200 e 300 trabalhadores, a depender do ano-safra. A vinícola já conta com uma equipe de 60 funcionários, considerando o campo e a indústria. A estimativa é que esse contingente seja elevado para algo em torno de 200 pessoas com o funcionamento de todo o complexo: vinícola, hotel e restaurante.

A SAGA DA FAMÍLIA

Houve um tempo em que a grande riqueza da Chapada Diamantina estava escondida nas profundezas da terra. O

minério que dá nome à região fez dela uma das mais prósperas na Bahia do Século XIX. E antes do diamante, foi a vez do ouro. Quase um século e meio depois, os novos desbravadores miravam a conquista das terras agricultáveis.

A vinda da família Borré para a Bahia em 1984 repetiu o caminho realizado por outros imigrantes da Região Sul, atraídos pela notícia de uma nova fronteira agrícola no Nordeste do Brasil. O objetivo era o ingresso definitivo no mundo do agronegócio e o sonho, conseguir terras no Oeste baiano onde já havia a presença de outras famílias sulistas. "O custo das terras e as condições climáticas diferenciadas pesaram a favor da



Donaldson Gomes

texto
donaldson.gomes@
redabahia.com.br



FOTOS DE ANDRÉ FOFANO/DIVULGAÇÃO

Me sinto tão realizado que às vezes nem recorro do sacrifício que a gente realizou. Ajudamos a desenvolver uma região onde antes não existia nada Ivo Borré

Produtor Rural

A busca por agregar valor à produção rural, com o beneficiamento do cultivo e em alguns casos até com processos de industrialização é apenas uma das inovações introduzidas pela Fazenda Progresso entre os montes da Serra do Sincorá.

É deles a marca de cafés especiais Latitude 13. E o objetivo da empresa é repetir com a vinícola o mesmo processo realizado no caso do café. "O Latitude13 nasceu com o objetivo de ofertar aos brasileiros e baianos cafés extremamente especiais, que até então eram apenas exportados para os mercados mais exigentes do mundo", destaca Fabiano Borré. "O Projeto UVVA tem em sua essência a mesma paixão por produzir produtos especiais. Desta forma, eu diria que o que há de comum entre os dois negócios é a valorização do terroir da Chapada Diamantina, através do direcionamento para se extrair o que há de melhor tanto em termos qualitativos, como em relação à sustentabilidade e geração de riqueza e reconhecimento", defende.

É complexo o processo para o desenvolvimento da cadeia de produção, porém fundamental para quem deseja viver da terra, acredita. "Acreditamos na agregação de valor como uma ferramenta contundente para gerar perpetuidade aos negócios, tendo em vista a gama de oportunidades e benefícios trazida pela implementação deste conceito produtivo", afirma. Ele avalia a necessidade de uma melhoria no ambiente de negócios no país para tornar iniciativas como as da Fazenda Progresso cada vez mais comuns.

CHAPADA VAI GANHAR MAIS UM ATRATIVO TURÍSTICO

O processo de produção do vinho é apenas parte de um projeto maior da Fazenda Progresso que consiste ainda na construção de um hotel boutique na vinícola, para impulsionar o enoturismo.

"O Enoturismo será um dos pilares do nosso projeto e contamos com ele para que tudo se viabilize. Buscaremos ofertar ao visitante as mesmas experiências encontradas em outros lugares do mundo, com a benesse da cordialidade tão marcante do povo baiano", explica Fabiano Borré. O hotel está em fase de projeto arquitetônico e a expectativa é que as obras estejam concluídas em até dois anos, contando a partir de agora.

"Será possível se hospedar às margens dos vinhedos com vista para a cadeia de montanhas do Sincorá", diz.

Além da contribuição econômica com a geração de centenas de postos de trabalho direta e indiretamente relacionados à produção do vinho, a vinícola Uvva vai fomentar um novo campo de atração turística na Chapada Diamantina.

A pouco mais de 200 quilômetros de Mucugê, o agrônomo e produtor Jairo Vaz participa de um projeto que já produz vinhos finos em pequena escala. Ele explica que as elevadas altitudes dão à Chapada Diamantina uma condição única para a agricultura. "Aqui, nós temos um inverno que não é extremo, é agradável. Isso dá um conforto térmico tanto para a vida humana quanto para as plantas", explica Jairo.

Ele acredita que a Chapada deve seguir os passos da Serra Gaúcha, onde grandes projetos de produção convivem com empreendimentos de pequeno e de médio porte e atraem muitos visitantes. "Vai ser bom para todo mundo. Se traçar um paralelo, no Vale dos Vinhedos as grandes vinícolas convivem com mais de 500 pequenas. É algo que pode acontecer aqui", acredita.

Entre os dias 10 e 12 de outubro, ele vai lançar um roteiro de visitas à propriedade, em Morro do Chapéu.

Eduardo Rodrigues, superintendente de políticas do Agronegócio da Secretaria da Agricultura da Bahia (Seagri), acredita que o processo de expansão na produção de vinhos na Bahia é irreversível.

"O movimento que está se consolidando na Chapada Diamantina é muito interessante porque está se trabalhando com vinhos finos, especiais, associados a uvas que são produzidas muitas vezes fora do país, e com grande grande sucesso", diz.

Chapada Diamantina", conta Fabiano Borré.

O pai dele, o produtor Ivo Borré diz num vídeo sobre a família que na realidade o desejo era se instalar no Mato Grosso do Sul. Após passar pelo estado do Centro-Oeste, chegaram a Mucugê, onde compraram a terra. Parte do pagamento foi feito com o veículo usado no transporte.

Além do destino diferente do idealizado inicialmente, a cultura que prosperou também foi outra. "A intenção era plantar cereais, trigo e soja. Perdemos duas safras de soja e duas de trigo", lembra Ivo.

Foi em 1988 que um grupo de japoneses arrendou a área para plantar batatas. Quando as terras foram devolvidas, a

família repetiu o plantio do tubérculo, desta vez por conta própria. Conseguiram 1,8 hectare no primeiro ano. "Daí, fomos para quatro hectares, depois fomos para seis, oito.

Com o tempo, estávamos plantando 120 por ano e já estávamos nos achando grandes", lembra. Em 2006, eram 2 mil hectares por ano.

A partir de então, houve um movimento de ampliação, com o plantio de cafés especiais, cebolas, tomates e agora uvas para vinho e o negócio já está na terceira geração familiar. "Me sinto tão realizado que às vezes nem recorro do sacrifício que a gente realizou. Ajudamos a desenvolver uma região onde antes não existia nada", diz Ivo.

1 Vista De dentro da vinícola é possível apreciar a beleza da Serra do Sincorá, na Chapada Diamantina

2 Terroir Fabiano Borré quer apresentar ao mundo vinhos com características únicas

3 Uvas As variedades foram escolhidas de acordo com a adaptação ao solo da região, após um longo trabalho de pesquisa, com apoio da Embrapa Uvas e Vinhos

O titular da Secretaria de Comunicação (Secom) do governo da Bahia, André Curvello, não tem dúvida. Para ele, o candidato que não fez "politicagem" durante a pandemia da Covid-19 será bem-sucedido na eleição deste ano. "Quem não fez politicagem, quem não discriminou, não tentou usar a pandemia de forma política, certamente, será bem-sucedido. Acredito que os profissionais de comunicação que conseguirem mostrar aos eleitores as ações em prol da vida e da saúde desenvolvidas por seus assessorados serão os que obterão os melhores resultados", afirmou, em entrevista à **Tribuna**. Curvello elogiou a postura do governador Rui Costa (PT) de dialogar com todos os prefeitos, mesmo os adversários na crise sanitária. Para ele, o chefe do Executivo baiano "é um político novo, moderno, que não deixa de ter suas convicções e que sabe respeitar naturalmente o contraditório. "Rui tem a clara consciência de que foi eleito para governar para todos os baianos e dialogar com os mais variados segmentos", pontuou. O chefe da Secom ainda criticou a comunicação do governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). "Faltou ao Governo Federal coordenação desde o início da pandemia. O bate-cabeça na gestão da saúde federal se refletiu na comunicação. Acredito que teríamos um número de mortos muito menor se Brasília tivesse assumido o comando do combate à Covid-19 em vez de criar, isto sim, pontos de conflito com os governos estaduais", avaliou.



ENTREVISTA

ANDRÉ CURVELLO

PARA André Curvello, o candidato que não fez "politicagem" durante a pandemia da Covid-19 será bem-sucedido na eleição deste ano

"O candidato que não fez politicagem na pandemia será bem-sucedido"

PAULO ROBERTO SAMPAIO
DIRETOR DE REDAÇÃO
GUILHERME REIS
EDITOR DE POLÍTICA
RODRIGO DANIEL SILVA
REPORTER

T RIBUNA DA BAHIA – Um dos maiores desafios do governo

baiano na pandemia são as fake news. Vocês até criaram um site de checagem de fatos, o "Bahia contra o Fake". Como avalia esse fenômeno e como esse projeto tem funcionado na estrutura da Secom?

ANDRÉ CURVELLO – Um dos grandes problemas enfrentados pela comunicação estatal é o fenômeno das fake news – que eu classifico como um verdadeiro câncer. É uma lâmpada que vem se fortalecendo na última década, não só no Brasil, mas também na Europa e nos Estados Unidos. Nós fizemos nossa parte e criamos o "Bahia Contra o Fake", porém, durante a pandemia, nos deparamos com muitas mentiras. O governo enviou um projeto para a Assembleia Legislativa para punir os autores, mas é muito difícil coibir as mentiras que são propagadas pelo WhatsApp e outros aplicativos de troca de mensagens.

Tribuna – Recentemente, um cientista político disse à **Tribuna** que o governo Rui tem uma marca mais forte que o de Wagner. Concorda? Se sim, a que se deve isso?

ANDRÉ CURVELLO – O governo do agora senador Jaques Wagner foi muito bom, talvez um dos melhores da história da Bahia. Foi um governador trabalhador e habilidoso politicamente, que deixou projetos que o governador Rui Costa teve a competência necessária de priorizar e concluir. É muito difícil comparar os dois, pois ambos deixaram suas marcas com estilos próprios, sendo que tanto um quanto o outro cumpriram e cumprem etapas de um projeto vitorioso e que tem mudado a vida dos baianos para melhor.

Tribuna – Setores da esquerda mais radical pontuam que alguns discursos de Rui se aproximam mais da direita. Exnerga alguma

fundamento nisso? Ou podemos encarar isso como um movimento para dialogar melhor com todos os setores da sociedade?

ANDRÉ CURVELLO – O mundo está em constante mutação, e o governador Rui tem a clara consciência de que foi eleito para governar para todos os baianos e dialogar com os mais variados segmentos. Ele é um político novo, moderno, que não deixa de ter suas convicções e que sabe respeitar naturalmente o contraditório. Ele consegue conversar com todos os segmentos desde que haja ética e respeito. E a pandemia mostrou exatamente quem é Rui Costa. Ele manteve uma conduta suprapartidária, priorizou a vida, converteu com inúmeros prefeitos, estando à disposição independentemente de partido político. Rui se tornou um nome nacional exatamente por ter colocado a vida em primeiro lugar, deixando as diferenças ideológicas de lado e dialogando com todos os setores.

Tribuna – Qual a conquista mais marcante de Rui até o momento?

ANDRÉ CURVELLO – É uma pergunta difícil de responder, porque não existe uma conquista. Na minha avaliação, elas são várias, mas sem dúvidas um dos maiores destaques é a atenção que ele deu à gestão e à qualidade de gastos do governo, mantendo as contas do governo equilibradas. É bom lembrar que na crise de 2015, enquanto vários estados atrasaram e parcelaram os salários dos servidores, na Bahia eles foram pagos rigorosamente em dia. Também não houve interrupções significativas nas obras e ações do Governo. E tudo isso em um período de grande turbulência econômica e política no Brasil. Mas se quisermos identificar ações em áreas marcantes no governo Rui, sem dúvida os investimentos em saúde e infraestrutura estão entre os principais.

Tribuna – O exemplo dado nesta pandemia deixando de lado a coloração política e tomando todos os prefeitos nesta luta contra a Covid teve

repercussão nacional. Dessa parceria com o prefeito ACM Neto pode surgir algo?

ANDRÉ CURVELLO – O governador Rui Costa costuma dizer que não tem inimigos na política, apenas adversários. A relação dele com o prefeito ACM Neto se deu dentro da normalidade da sua convivência com os outros prefeitos da Bahia. Obviamente, o trato com Neto ganhou mais destaque por ele ser o prefeito da capital e presidente de um partido como o DEM, mas Rui é assim com todos, mantendo uma postura de estadista. Para ele, mais importante do que qualquer disputa política foi, tem sido e será salvar vidas.

Tribuna – Como enxerga a comunicação e o marketing políticos nessa era de redes



sociais e fake news, principalmente após o fenômeno Bolsonaro?

ANDRÉ CURVELLO – Esse é um modelo que infelizmente foi exitoso na Europa e em outros países do mundo, é um modelo internacional. Aqui no Brasil, muitos políticos não enxergaram o que estava acontecendo no mundo e que também poderia acontecer no Brasil. A maneira como as redes foram usadas e manipuladas foi decisiva para a eleição de Bolsonaro. Agora, o marketing político terá de conviver com essa nova realidade. Não sabemos até que ponto esse fenômeno é defensiva a agressão, que incentiva o embate no nível mais baixo vai perdurar. Eu particularmente acho que ele vai se esgotar.

Tribuna – Quais os principais desafios que a pandemia trará para a campanha deste ano? Que mudanças e

recursos devem ser o foco dos candidatos, assessores e marqueteiros?

ANDRÉ CURVELLO – De uma forma geral, pesquisas mostram que os gestores que assumiram a responsabilidade de cuidar das pessoas durante a pandemia são mais bem avaliados. Mesmo não sendo candidato nestas eleições, o governador Rui Costa serve como parâmetro, uma vez que suas ações nesse período são aprovadas pela grande maioria da população. Quem não fez politicagem, quem não discriminou, não tentou usar a pandemia de forma política certamente, será bem-sucedido. Acredito que os profissionais de comunicação que conseguirem mostrar aos eleitores as ações em prol da vida e da saúde desenvolvidas por seus assessorados serão os que obterão os melhores resultados.

Tribuna – O governo Bolsonaro teria enfrentado menos problemas se

tivesse uma comunicação melhor e mais alinhada? Ou o problema que o presidente tem para se expressar é incontornável?

ANDRÉ CURVELLO – A comunicação do governo federal é eficiente dentro da bolha bolsonarista formada por pessoas que têm as mesmas crenças e pensamentos do presidente. É como se constituíssem uma seita. Eles são pródigos em criar conflitos, em criar verdadeiros tumultos no noticiário, e com isso conquistar espaço nos veículos de comunicação. Não é uma estratégia que prima pela ética, pois carrega muito ódio e desinformação em seu bojo. Mas, do ponto de vista dos resultados, é uma comunicação inteligente e nem um pouco improvisada: tudo lá é planejado pra ser daquele jeito.

Tribuna – Desde o início da pandemia, o governo baiano

trabalhou para manter a população informada sobre o tema e orientá-la de forma didática sobre as medidas de prevenção e isolamento social. Como a Secretaria de Comunicação do governo se organizou nesse sentido?

ANDRÉ CURVELLO – Fomos aprendendo no meio do caminho. Em mais de 30 anos de carreira, eu jamais havia passado por algo parecido. Ninguém da nossa geração havia. Por um lado, assimilamos as orientações das autoridades sanitárias, ou a falta delas no caso do Governo Federal, e por outro ficamos atentos aos anseios da população. No meio disso tudo havia uma quantidade enorme de desinformação que precisamos filtrar para não confundir as pessoas em momentos tão difíceis. Acho que fomos bem-sucedidos. E, mais uma vez, reafirmamos a certeza de que não somos donos da verdade e nem precisamos quebrar a cabeça para reinventar a roda: comunicação eficiente é aquela que é compreendida pela população. Existem fórmulas consagradas, sabemos e respeitamos isso, mas há situações em que temos de ter certo jogo de cintura para fazer com que nossa mensagem seja útil à população.

Tribuna – Acredita que o governo federal pecou nesse aspecto?

ANDRÉ CURVELLO – Faltou ao Governo Federal coordenação desde o início da pandemia. O bate-cabeça na gestão da saúde federal se refletiu na comunicação. Acredito que teríamos um número de mortos muito menor se Brasília tivesse assumido o comando do combate à Covid-19 em vez de criar, isto sim, pontos de conflito com os governos estaduais.

Tribuna – Qual é o objetivo da revista Terra Mãe, editada atualmente pelo Governo do Estado?

ANDRÉ CURVELLO – Os contribuintes têm o direito de saber o que é feito com o dinheiro dos seus impostos, e a revista Terra Mãe é uma das nossas principais ferramentas de prestação de contas. Ela faz um

resumo das principais ações governamentais e é acessível a praticamente todas as pessoas com textos claros e projeto gráfico leve e inovador. Ela funciona também como um documento para o futuro, guardando a memória de como os recursos públicos foram empregados na Bahia dos nossos dias.

Tribuna – O senhor acaba de conquistar um prêmio nacional pelo trabalho que desenvolve no governo baiano. O que ele representa para o senhor?

ANDRÉ CURVELLO – Não considero que tenha sido um prêmio conquistado apenas por mim. Ele reflete o empenho de todos os meus colegas secretários, de todos os colaboradores da Secom (Secretaria de Comunicação) e das outras secretarias. Reflete também o empenho do governador Rui Costa e das suas orientações sobre comunicação que seguimos desde o seu primeiro dia de governo. Ele sempre foi muito claro: quer uma comunicação regionalizada, transparente, ética e que sirva aos interesses públicos. Para mim, como secretário, tem sido um grande aprendizado essa convivência com o governador. Cada peça publicitária, cada texto de assessoria de imprensa, cada ação da nossa secretaria é inspirada na visão do governador de sempre cuidar de pessoas.

Tribuna – Qual o maior desafio que enfrentará por um secretário de comunicação de um estado como a Bahia?

ANDRÉ CURVELLO – Lidar com a desinformação talvez seja o grande desafio. Combater as fake news toma muito do nosso tempo e provoca desgaste, mas é essencial porque as mentiras podem provocar um mal muito grande na vida das pessoas. Defender uma comunicação ética é ajustar e fortalecer os alicerces democráticos tão caros ao Brasil e que devem ser preservados incansavelmente. Às vezes, nos momentos de maior desespero com a quantidade de mentiras que surgem na mídia, busco forças no exemplo de tolerância e de convivência republicana do governador, e com isso seguimos sempre em frente.

Coluna 
ESPLANADA


LEANDRO MAZZINI

CEB NA LINHA

● O Governo do DF decidiu no sábado vender 100% da Companhia Energética de Brasília (CEB), diferente dos 51% previstos, no leilão de meados de novembro na Bovespa – e espera embolsar mais de R\$ 2 bilhões. A empresa está avaliada hoje em R\$ 1,4 bilhão, descontados os R\$ 870 milhões em dívidas e passivos. A disputa é tão acirrada entre 6 grandes companhias que não há favorita. Mas os destaques são a chinesa CPFL, a italiana ENEL, e as brasileiras Equatorial (do DF) e Energisa. A CEB fará assembleia dia 13 de outubro para apresentar a proposta de venda a acionistas (80% do arrecadado fica com o GDF, e 20% com investidores). A concessão será por 25 anos.

Gato político

● O passivo de dívida é uma fiação de 'gato' político de décadas: vem de mais de R\$ 200 milhões de antigos Governos com isenção de taxas para a UnB; isenção para feiras e para loteamentos irregulares patrocinados por políticos.

Boleto duplo

● A dívida de R\$ 800 milhões vem de captação em bancos no Governo Rodrigo Rollemberg para segurar custos da estatal, inclusive dos 4 anos da gestão de Agnelo Queiroz.

conseguiu suspender edital que promovia exame ilegal para revalidação de diplomas de universidades estrangeiras.

Exercício em casa

● A quarentena motivou o povo a procurar itens esportivos nos sites de vendas. Na OLX, o rolo de treino para bicicleta teve crescimento nas buscas em 259%, e nas vendas em 141%; seguido pelos patins, aumento de 238% nas buscas, e 83% nas vendas.

Efeito pandemia

● Pesquisa da Youse pla-

Tribuna

PONTO DE VISTA

Inaldo da Paixão
Santos Araújo

Bahia 2020

Um dos expoentes da Contabilidade Pública brasileira, o professor Lino Martins da Silva, afirmava que um dos graves problemas do país é o pensamento de curto prazo dos gestores públicos.

Com efeito, a preocupação dos governantes, via de regra, é com os orçamentos anuais e não com os planos de médio e de longo prazos. Em resumo, são reativos e não proativos.

A Constituição Federal de 1988 reordenou o sistema orçamentário e enfatizou a necessidade do planejamento de médio prazo ao instituir o Plano Plurianual (PPA). Nos termos do art. 165, I, § 1º da Carta Maior, a lei que instituir o PPA deve estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e as relativas aos programas de duração continuada.

Todavia, em face da não aprovação de lei complementar de orçamento público, prevista no art. 165, § 9º da Carta Maior, para

estabelecer o regramento necessário para elaboração e execução desse plano de quatro anos, bem como do limitado acompanhamento pelos órgãos de controle, restou impossibilitado o reconhecimento, por parte da sociedade, deste importante instrumento de planejamento, que, em síntese, deveria espelhar as propostas de governo apresentadas antes das eleições.

Mas tão importante quanto o planejamento de médio é o plano estratégico de longo prazo.

O planejamento estratégico é o processo metodológico para estabelecer metas, definir ações, mobilizar recursos e tomar decisões, objetivando a consecução de resultados a longo prazo. Atualmente, um bom plano estratégico envolve a definição da missão, visão, objetivos, metas, criação de planos de ação e seu posterior acompanhamento de uma organização pública.

Planejar estrategicamente envolve “uma visão de futuro que norteie ações de longo prazo, fundamentais para que se alcancem mudanças de caráter estrutural”, na forma disposta no “Compromisso de Governo” inserido no

documento “Bahia 2020 – o futuro a gente faz”. Esse documento foi apresentado pelo Estado da Bahia em 2003, na gestão do governador Paulo Ganem Souto, tendo Armando Avena como Secretário de Planejamento.

O hoje histórico Plano Estratégico da Bahia, na linha que ansiava o saudoso professor, objetivou traçar eixos importantes para a condução da política de desenvolvimento do Estado nas décadas que adviriam a partir do PPA 2004-2007.

Em outros termos, o plano visava estabelecer, em 2003, as diretrizes que deveriam ser observadas para alcançarmos, em 2020, uma Bahia socialmente justa e coesa, economicamente diversificada e competitiva, espacialmente integrada e ambientalmente limpa.

Como parte relevante desse plano estratégico, tem-se a “Visão de Futuro: a Bahia em 2020”. Nela enfatizava-se uma persistente mazela do Estado, a saber: “Por outro lado, a distribuição desigual do produto e da riqueza, que se acentua no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, impede o acesso de uma expressiva parcela da população aos benefícios do crescimento econômico, condenando-a a condições de vida muitas vezes indignas e degradantes. Nesse panorama, a Bahia não é exceção”.

Essa visão de futuro estabelecia também os caminhos a

serem percorridos e, como indicador para monitorar o progresso, definiu-se que o IDH do Estado deveria superar a média nacional, em 2020, pois, na época do lançamento do plano, a Bahia ocupava a 20ª posição no país com um IDH de 0,693, enquanto a média nacional era de 0,764.

Por fim, o documento, verdadeiro eixo condutor de ações, reconhece as limitações e a necessidade de atualização periódica do plano ao afirmar que se esperava que as próximas gestões assumissem “o compromisso com a execução do planejamento de longo prazo, evidentemente sujeito a revisões e ajustes periódicos”.

Bem, chegamos a 2020. Muito aconteceu. Em 2003, em termos de desigualdade, a Bahia não era exceção no desigual Brasil. Em 2020, infelizmente, não é. Será que um dia será?

Convicto estou de que, mais do que navegar, planejar é preciso. Será, como afirmava Ederaldo Gentil, que a Bahia vai bem como vai meu bem querer? Espero que passe logo o ano que não quer acabar e que aqueles que sobreviverem possam avaliar e comentar.

Inaldo da Paixão Santos Araújo é mestre em Contabilidade. Conselheiro-corregedor do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, professor, escritor. inaldo_paixao@hotmail.com

Com pandemia, leilões do governo agora são promessa para 2021

POR DARLAN ALVARENGA, G1

O governo pretende leiloar ainda neste ano 15 ativos federais do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Esse número, no entanto, é bem menor que o previsto no início do ano: a grande maioria dos leilões de concessão ou privatização prometidos para 2020 foi adiada para 2021 e 2022.

Levantamento do G1 a partir dos dados do PPI mostra que, dos 64 projetos que estavam previstos no começo do ano para serem ofertados à iniciativa privada ainda em 2020, 47 foram adiados para 2021, 2 para 2022 e ao menos 5 tiveram o andamento suspenso. A lista de promessas frustradas no ano inclui, entre outros, o leilão do 5G, 22 aeroportos, 6 rodovias, 2 ferrovias e a venda de ao menos 6 estatais.

Em quase dois anos de governo, a atual gestão não concluiu nenhuma privatização ou liquidação de empre-

sas públicas de controle direto da União. Os adiamentos e revisões de cronograma são uma consequência do impacto da pandemia de coronavírus na economia e na estruturação dos leilões, mas também refletem as dificuldades enfrentadas pela equipe econômica do ministro Paulo Guedes para fazer avançar a sua agenda liberal.

O programa de privatizações reúne atualmente 17 estatais, além de projetos de concessão, arrendamento e outros modelos de parceria em diferentes áreas como transportes, defesa, óleo e gás, energia, mineração e até parques nacionais e florestas. Veja mais abaixo quadro completo.

Neste ano, até o momento, apenas 4 dos projetos do PPI saíram do papel: a concessão da BR-101/SC, os leilões de dois terminais portuários em Santos (SP) e a renovação do contrato da concessão da Malha Paulista, ferrovia da Rumo.

Tribuna

Covid-19 causa perda de R\$ 260 mi nas contas de Salvador



O SECRETÁRIO da Fazenda, Paulo Souto, apresentou o relatório da gestão fiscal

REDAÇÃO

O Município de Salvador teve uma perda de R\$ 260 milhões por causa da pandemia da Covid-19, entre abril e agosto, conforme o Relatório de Gestão Fiscal do Município relativo ao 2º Quadrimestre de 2020. O balanço foi apresentado pelo secretário municipal da Fazenda, Paulo Souto, por meio de videoconferência ontem, em audiência pública virtual da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização da Câmara.

Na última prestação de contas desta gestão municipal, uma vez que o Relatório do 3º Quadrimestre de

2020 será apresentado no próximo ano, o secretário Paulo Souto fez um recorte dos gastos com a pandemia, abrangendo as receitas especiais recebidas para aplicação em ações de combate à Covid-19, as despesas efetivadas com esta finalidade e as perdas de receita decorrentes da suspensão da atividade econômica no período de abril a agosto.

De acordo com os dados exibidos pelo secretário da Fazenda, o Município de Salvador recebeu neste período R\$ 416 milhões em transferências federais, sendo R\$ 167 milhões de recursos do SUS, dentre outras fontes específicas para o combate à Covid-19.

As despesas para combater o novo coronavírus totalizaram R\$ 388 milhões, dos quais R\$ 201 milhões em ações de saúde, tais como a criação de mais de 400 leitos exclusivos para tratar pacientes com a Covid-19, e R\$ 60 milhões em ações de Assistência Social, a exemplo do benefício de R\$ 270 do Programa Salvador por Todos, voltado aos trabalhadores informais impactados pelo isolamento social.

O saldo negativo de R\$ 260 milhões do balanço da Covid-19 resulta da diferença das receitas extraordinárias de R\$ 416 milhões pelas despesas de R\$ 388 milhões com o combate à doença e as perdas de recei-

tas da ordem de R\$ 288 milhões.

Paulo Souto mostrou ainda que o Município de Salvador registrou até o 2º Quadrimestre deste ano uma Receita Total de R\$ 4,953 bilhões, 7,9% nominais e 4,9% reais a mais que no mesmo período de 2019. Já as Receitas Correntes somaram R\$ 4,366 bi, crescendo 5,6% nominais e 2,6% reais sobre 2019.

As Despesas Totais somaram R\$ 4,273 bilhões, 8,3% em termos nominais e 5,4% em valores reais a mais do que em igual período de 2019. As Despesas Correntes chegaram a R\$ 3,684 bi, 6,4% nominais e 3,5% reais a mais que em 2019.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 26 e 27/09/2020	Página: 06

Tribuna

Rui entrega obras de infraestrutura Porto Seguro

O governador Rui Costa desembarcou em Porto Seguro na manhã desta sexta-feira (25) para participar de uma série de ações no sul baiano. Entre os compromissos do dia estiveram a inauguração de duas vias no bairro Cambolo, no valor de R\$1,4 milhão, e a cessão de 80 barracas para feirantes do mercado municipal.

"Aqui foi feito um investimento em pavimentação de vias, eu diria que o município ganhou na loteria por que foi R\$1,4 milhão de investimentos em infraestrutura urbana. Hoje eu assino aqui a ordem de serviço pra gente ampliar o Hospital Regional de Porto Seguro, com investimento de R\$7,5 milhões pra gente incorporar, acrescentar ao hospital os serviços de hemodinâmica e oncologia. Com esses dois novos serviços nós aumentamos a complexidade do atendimento do hospital", afirmou o governador Rui Costa.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 26 e 27/09/2020	Página: 06

Tribuna

Mesmo com perdas, Salvador investe R\$575 mi na pandemia

Secretário da Fazenda apresenta relatório fiscal em audiência pública virtual com vereadores

Em audiência pública por conferência virtual, realizada na manhã desta sexta-feira (25), o titular da Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz), Paulo Souto, apresentou à Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização da Câmara de Vereadores o relatório de gestão fiscal do Município relativo ao 2º quadrimestre de 2020.

O destaque do relatório foi o balanço financeiro financeiro atualizado da pandemia, abrangendo as receitas especiais recebidas para ações de combate à Covid-19 e as despesas efetivadas com esta finalidade, além das perdas decorrentes da suspensão da atividade econômica no período de abril a agosto.

Segundo os dados apresentados pelo Secretário, Salvador recebeu neste período R\$ 416 milhões em transferências federais de recursos do SUS e de outras fontes específicas para o combate à pandemia. No lado das despesas, a cidade gastou R\$ 388 milhões no combate ao novo coronavírus, dos quais R\$ 201 milhões em ações de saúde, a exemplo da ampliação de leitos exclusivos, e R\$ 60 milhões em ações de assistência social, como o auxílio de R\$270 do progra-

ma Salvador por Todos para o setor informal.

No mesmo período, o município apurou uma perda de R\$ 288 milhões em suas receitas correntes, comparativamente às de 2019, por força da diminuição da atividade econômica durante a crise sanitária. Do balanço das receitas menos as despesas e as perdas, o resultado foi um saldo financeiro negativo, ou seja, um déficit fiscal de R\$ 260 milhões, decorrente da pandemia, a ser coberto pelas reservas de recursos próprios do município.

SAÚDE E INVESTIMENTOS

- Paulo Souto destacou que os montantes financeiros aplicados em saúde neste quadrimestre alcançam o índice de 22,6% das receitas líquidas de impostos e transferências constitucionais, percentual acima do mínimo constitucional exigido para o setor, que é de 15%, como tem acontecido com frequência nesta gestão.

Outro dado positivo é que Salvador conseguiu manter um alto nível de investimentos na cidade mesmo na pandemia, registrando um volume, em despesas empenhadas, de R\$ 575 milhões até agosto em obras de implantação e requalificação de infraestrutura urbana, com ênfase na área de transportes, na construção de unidades de ensino e de novos postos de saúde.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 28/09/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 28 de Setembro de 2020 - 09:40

Área plantada com trigo na Bahia pode alcançar 20 mil hectares nos próximos anos

Com potencial de expansão da área plantada para pelo menos 20 mil hectares nos próximos anos com o uso de tecnologias de manejo e de variedades atuais, a triticultura no oeste da Bahia pode contribuir na busca pela autossuficiência do Brasil no cereal. Das cerca de 12,5 milhões de toneladas consumidas internamente, apenas 6,81 milhões de toneladas deverão ser produzidas no país em 2020, segundo estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

O oeste baiano faz parte do Matopiba, fronteira agrícola nacional da atualidade que integra o Cerrado do Maranhão, do Tocantins, do Piauí e da Bahia, sendo responsável por grande parte da produção nacional de grãos como soja e milho, e de fibras como o algodão.

Na região, o trigo é plantado em sistema irrigado, em rotação com a soja, o milho ou o algodão sob pivô, cultivos voltados à produção de sementes ou plumas, respectivamente. Nesses sistemas, o trigo atua quebrando ciclos de pragas e doenças, além de reduzir a infestação de plantas daninhas e de deixar, após a colheita, uma palhada de boa qualidade. Já o trigo em sistema de sequeiro, apesar de ser pontualmente testado por alguns produtores, praticamente não é cultivado devido ao maior risco representado pelos solos arenosos da região, que têm menor capacidade de retenção de água.

Estimativas da Conab apontam que a área plantada com trigo na Bahia neste ano – quase a totalidade na região oeste – ainda é pequena, de cerca de 3 mil hectares, mas pesquisadores acreditam que possa alcançar rapidamente 20 mil hectares nos próximos anos. A produção estimada para 2020 é de cerca de 17 mil toneladas, o equivalente a uma produtividade média de 5,66 ton/ha (ou 94,4 sc/ha), bem superior à média nacional de 2,9 ton/ha (ou 48,3 sc/ha) projetada para o ano.

“Mas há produtores que chegam a produzir 7 ton/ha (116,6 sc/ha) seguindo as recomendações de manejo e plantando variedades mais modernas”, aponta o pesquisador Julio Albrecht, da Embrapa Cerrados (DF).

Ele lembra que a Embrapa atua com o trigo na região desde meados da década de 1980, com o plantio de ensaios de valor de cultivo e uso (VCU) em áreas de produtores. Exigidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), os ensaios de VCU são realizados para comprovar, em condições de cultivo, o valor agrônomo de linhagens candidatas a cultivares, segundo normas elaboradas pelo próprio Ministério.

A Embrapa tem atualmente conduzido e avaliado experimentos com novas variedades e linhagens de trigo na região. As variedades também são avaliadas pelos produtores

em campos experimentais e lavouras comerciais, observando as recomendações de manejo prescritas pela pesquisa científica. "Na medida em que fomos lançando novas variedades, a área cultivada foi aumentando, sobretudo de 2005 para cá", diz Albrecht.

As condições climáticas e geográficas favoráveis ao cultivo do trigo irrigado no Oeste baiano são semelhantes às do Brasil Central (Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais), local onde foram selecionadas as cultivares da Embrapa para o Bioma Cerrado. Temperaturas elevadas durante o dia e amenas à noite, dias com alta luminosidade e altitudes que variam de 600 a 1.000 metros são fatores que influenciam positivamente na produtividade e na qualidade industrial dos grãos, considerada uma das melhores do mundo.

As recomendações de plantio, de manejo e de controle de pragas e doenças da cultura para a região se assemelham às preconizadas para o Brasil Central, sendo também a brusone a doença mais recorrente. "Com os mesmos cuidados preventivos e recomendações, os produtores têm conseguido escapar da doença ou minimizar os seus efeitos", afirma o pesquisador da Embrapa Cerrados.

Segundo Cleber Soares, diretor de Inovação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a tropicalização do trigo, por meio do processo de inovação, é um exemplo claro da importância da pesquisa e da inovação na agropecuária.

"O trigo, que é uma cultura originalmente de clima temperado, que há décadas passadas era produzido quase exclusivamente na região Sul do Brasil, hoje graças à inovação agropecuária brasileira é possível cultivar no cerrado brasileiro, inclusive no Nordeste e em parte da região da caatinga. Isso mostra, a exemplo de outras culturas como a soja, que com inovação é possível expandir a produção agropecuária e, sobretudo, ofertar mais alimento na mesa do consumidor e do cidadão brasileiro", diz o diretor, lembrando a recente colheita de trigo no estado do Ceará.

Para Soares, a expansão do cultivo poderá tornar o Brasil um grande produtor mundial de trigo. "A nossa perspectiva é de que, com o avanço do trigo tropical na região do Cerrado e no Nordeste Brasileiro, esperamos em um horizonte de tempo de curto prazo, quem sabe até em dois anos deixarmos de importar trigo e, por que não, pensarmos até em exportar trigo para o mundo", afirma o diretor do Mapa.

Celso Moretti, presidente da Embrapa, diz que, depois de "tropicalizar" diversos tipos de plantas e animais nas últimas décadas, o Brasil agora trabalha para a "tropicalização" do trigo. "Estamos trazendo trigo para os trópicos. No entorno do DF, já temos trigo de alta qualidade. E tivemos a satisfação da primeira colheita no Ceará".

OPÇÃO PARA O PRODUTOR

Osvino Fábio Ricardi, proprietário da Fazenda Savana, em Riachão das Neves (BA), acredita no aumento da área plantada de trigo no Oeste da Bahia nos próximos anos. "A tendência é de aumento porque a área com agricultura irrigada está aumentando e o trigo é uma opção para a rotação de culturas. Não é a cultura mais rentável, mas é rápida e tranquila", afirma, destacando a qualidade do grão colhido na região, que tem peso do hectolitro (PH)* variando de 82 a 85, o que indica boa qualidade.

Em 2020, foram plantados 1.625 hectares de trigo na propriedade. "Este ano, a realidade climática foi mais favorável", observa. A expectativa do produtor é colher 6 ton/ha (ou 100 sc/ha) na atual safra, superando as 5,8 ton/ha (ou 96,66 sc/ha) obtidas em 2019.

Para o próximo ano, ele espera plantar entre 800 e 1.200 hectares, conforme o planejamento de rotação de culturas estabelecido pela fazenda. "Muitos produtores tiveram sucesso este ano e há o interesse em continuar plantando", comenta, lembrando que, como o ciclo da cultura na região varia de 90 a 110 dias, o rendimento médio fica em torno de 1 sc/ha/dia.

Consultor em trigo na fazenda, o engenheiro agrônomo Pedro Matana Jr. conta que o primeiro plantio do cereal na propriedade ocorreu na safra de 2010, em uma área de algodão com soja e milho em rotação sob pivô de irrigação. Ele explica que a opção por plantar trigo na área, que apresentava boa fertilidade, se deveu à presença de nematoides. "Avaliamos táticas de controle químico e biológico e decidimos colocar uma planta nova. Hoje, sabemos que o trigo tem baixo fator de reprodução de nematoides, de acordo com avaliações", diz.

Ele lembra que a elevada produtividade média obtida naquele ano, de 7,5 ton/ha (ou 125 sc/ha), estimulou vizinhos a plantarem o trigo nas safras seguintes. "Nós mesmos não continuamos plantando porque o preço do algodão ficou mais atrativo, mas ficamos com a boa lembrança do trigo".

Tanto que, em 2015, a fazenda voltou a plantar o cereal, realizando, inclusive, um dia de campo para demonstrar a viabilidade na região. Segundo Matana, diversos produtores passaram a cultivá-lo, mesmo que em áreas pequenas e não em todos os anos. "O maior estímulo não é o financeiro. Geralmente, são grandes produtores com algum problema agrônômico, já que o trigo, no mínimo, aumenta a diversidade de plantas na área. E outros ainda não ocultam porque ainda não há moinhos em operação na região", explica.

O consultor, que também visita trigais em outras propriedades da região, observa que nem todos os produtores foram bem sucedidos com a cultura, por terem tomado decisões de manejo de forma reativa, sem planejamento. Por isso, ele atenta para a necessidade de compreensão das especificidades de manejo da cultura para o Cerrado baiano. "Muitos produtores conhecem o trigo do Sul, mas ainda não entenderam que aqui tanto a estratégia de manejo como as ameaças são diferentes. Você trabalha com outra adubação, outra população de plantas, regulador de crescimento etc.", explica.

Ao longo dos últimos 10 anos, o consultor tem observado que, se por um lado há uma sazonalidade de produtividade na região, por outro há a segurança de se produzir um trigo de qualidade pão ou melhorador. "Podemos colher, na média, o mesmo que no Sul do País, mas tudo de grãos melhoradores".

Matana ressalta a quebra do paradigma de que o trigo seria uma cultura exclusiva de clima frio, citando a primeira colheita de trigo no Ceará este ano, em experimentos conduzidos pela Embrapa. A produtividade média foi de 3,6 ton/ha (ou 60 sc/ha), considerada surpreendente pelos pesquisadores. Nesse sentido, ele aposta no potencial de expansão da cultura no Nordeste, como a região central da Bahia e o Piauí. "É uma fronteira que está aberta e tem que ser explorada".

A cultivar de trigo BRS 264 da Embrapa é a mais plantada pelos produtores da região, que também têm testado a cultivar BRS 394. Enquanto alguns produtores avaliam esses e outros materiais em parcelas piloto, outros já realizam plantios em escala comercial. "A BRS 264 se sobressai pela precocidade, pela qualidade e pela produtividade, com lavouras comerciais produzindo 6 ton/ha (ou 100 sc/ha). Além disso, é a mais demandada pelos próprios moinhos", diz Albrecht.

A Fazenda Savana utiliza cultivares de diferentes empresas, incluindo a BRS 264, que este ano ocupa 250 hectares da área com trigo. “Ela tem um ciclo mais precoce e é produtiva, sendo um trigo melhorador”, diz Ricardi. “A grande maioria dos tricultores planta a cultivar porque ela está sob medida para a região e atende à demanda dos moinhos quanto à qualidade de farinha exigida pelo consumidor. Aqui, ela consegue produzir um grão melhorador e branqueador (de farinha)”, completa Matana.

O consultor diz que a cultivar apresenta, no campo, um elevado potencial produtivo – média de 6 ton/ha (ou 100 sc/ha), tendo sido colhidas 7,62 ton/ha (ou 127 sc/ha) em uma área de 80 hectares em 2010 na Fazenda Savana –, além de estabilidade entre as safras e ampla adaptação em solos arenosos (como é o caso da região) bem manejados. Já o ponto fraco, que é a suscetibilidade à brusone, deve ser mitigado com estratégias de manejo.

GARGALO

O principal limitante à produção do trigo no Oeste baiano é a comercialização, já que os moinhos mais próximos de Luís Eduardo Magalhães, um dos municípios produtores do cereal na região, estão no Distrito Federal, a 550 km, e em Salvador, a 960 km, o que encarece o frete. Por isso, os grãos são comercializados para moinhos do DF, de Anápolis e Goiânia (GO) e de Estados do Nordeste. “Neste ano, houve moinhos de Maceió (AL) que buscaram trigo no Oeste da Bahia”, lembra o pesquisador Jorge Chagas, da Embrapa Trigo (Passo Fundo, RS).

Mas a situação pode melhorar em breve. Um moinho está em construção em Luís Eduardo Magalhães e há empresas moageiras do Paraná, de São Paulo e de Salvador (BA) interessadas em atuar na região, uma vez que o preço do trigo importado tem aumentado em consequência a alta do dólar – atualmente, o trigo FOB (sigla para free on board ou “livre a bordo”) tem sido cotado a R\$ 1.100/ton, em média.

Osvino Fábio Ricardi acredita que o estabelecimento do moinho pode estimular a cadeia do trigo na região. “E como há uma previsão da redução da área plantada de algodão em pivô no ano que vem, abre-se espaço para culturas como milho, feijão e para o próprio trigo”, acrescenta Pedro Matana Jr.

Para o diretor de Abastecimento e Comercialização do Mapa, Sílvio Farnese, a localização dos grandes moinhos de trigo nos portos faz com que a logística de transporte seja mais onerosa que as importações, que entram no país de navio.

“Sem dúvida equacionando esses entraves, não só Oeste da Bahia, como os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal têm um grande potencial de produção. Porém, como existem poucas unidades de moinhos, há dificuldade de comercialização pelo produtor, sobretudo se a produção se elevar muito. Uma alternativa é a produção em contrato com os moinhos da região”, diz Farnese.

Veículo: Varela Notícias	Bahia
Data: 28/09/20	



MERCADO MELHORA PREVISÃO DE QUEDA DO PIB PARA 5,04%



admin 28 Setembro, 2020

Os economistas do mercado financeiro melhoraram sua estimativa para a queda do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano. A previsão de retração da economia passou de 5,05% para 5,04% na terceira semana seguida de melhora e, para 2021, o mercado continuou projetando uma alta de 3,5%. As expectativas fazem parte do boletim de mercado, conhecido como relatório "Focus", divulgado nesta segunda-feira (28) pelo Banco Central (BC). Os dados foram levantados na semana passada em pesquisa com mais de 100 instituições financeiras.

Foto: Marcello Casal Jr./Agência Brasil

Veículo: Varela Notícias	Bahia
Data: 25/09/20	



ESTADO ASSINA CONTRATO DE R\$ 100 MI PARA IMPLANTAÇÃO DE INDÚSTRIA NO OESTE



25 Setembro, 2020

O contrato de compromisso de instalação e operação de unidade industrial no município de Luís Eduardo Magalhães, no Oeste baiano, foi assinado nesta sexta-feira (25) entre o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), e o Grupo Nova Tecelagem e Fiação Oeste S/A. O documento consolida o empreendimento, que prevê investimento de R\$ 100 milhões e geração de 520 empregos diretos e até 280 indiretos.

“No mês passado assinamos o protocolo de intenções e hoje damos mais esse importante passo para a concretização deste investimento. Dado o momento de aquecimento da economia, a empresa vai gerar emprego na região e fabricar fio open end (fio de tecido), com produção anual prevista de até 36 mil toneladas. É o casamento perfeito: a produção de algodão de altíssima qualidade no Oeste e a industrialização da cadeia produtiva”, afirma o vice-governador João Leão, titular da SDE.

O presidente do Grupo, Raimundo Delfino, ressalta a celeridade processual do Estado e diz que os maquinários devem começar a chegar em Luís Eduardo no final do ano. A fase de operação industrial deve iniciar no segundo semestre de 2021.

Foto: Ascom/SDE

Veículo: Varela Notícias	Bahia
Data: 25/09/20	



TRF1 DECIDE MANTER OBRAS DO PORTO DE SALVADOR; INVESTIMENTO SUPERA R\$ 700 MILHÕES



admin 25 Setembro, 2020

O impasse jurídico que paralisava as obras de ampliação do terminal de contêineres do Porto de Salvador, na capital do estado da Bahia, ganhou um novo capítulo. O projeto integra o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e prevê obras para ampliar o espaço de atracação dos navios e aumentar a capacidade de movimentação dos contêineres, como contrapartida à prorrogação do contrato de concessão da área. Os investimentos superam R\$700 milhões.

A Advocacia-Geral da União (AGU) atuou pela manutenção da decisão em prol do projeto e argumentou que o uso de mandado de segurança era inadequado ao caso. No mérito, a AGU sustentou que a paralisação das obras de ampliação do terminal traria prejuízos e que havia outras medidas no ordenamento jurídico para responsabilizar eventuais desvios no processo. A equipe da AGU também defendeu a legalidade do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental elaborado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que validou tecnicamente o acordo entre as partes, pela realização do termo aditivo ao contrato.

No julgamento do mandado de segurança, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região acatou os fundamentos trazidos pela AGU e determinou o prosseguimento das obras. “A decisão impugnada que determinou a continuidade das obras em virtude de termo aditivo

de arrendamento baseou-se não só na legislação vigente mas na presunção de legalidade e legitimidade de que se revestem os atos públicos, devendo tal presunção ser afastada, se for o caso, em primeiro grau, após ampla dilação probatória que seja apta a refutar as conclusões adotadas no estudo da Antaq”, manifestou o juízo.

Para o Advogado da União João Márcio Rêgo Reis, que atua na Procuradoria Regional da União da 1ª Região (PRU1), trata-se de uma decisão de grande relevância e interesse público. “A importância dessa decisão fica clara, quando se verifica que foram investidos mais de R\$700 milhões nessa obra. Além disso, além da possibilidade de vir-se a ter um serviço melhor prestado à população, está sendo criada, por meio desta obra, mais de dois mil empregos, sejam diretos ou indiretos”.

Desde 2017, ainda na fase de elaboração do projeto executivo, uma série de ações judiciais pede a interrupção das obras, iniciadas em setembro de 2018 e paralisadas por diversas vezes. Atualmente, a discussão tem como centro duas ações em trâmite na 12ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia. As ações demandam a suspensão das obras previstas pelo Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 012/2000, celebrado entre a União e a empresa operadora portuária Tecon Salvador S/A. Questiona-se a expansão da área inicialmente arrendada e prorrogação antecipada do contrato, alegando, entre outros aspectos, suspeição no processo.

Em mais uma etapa do imbróglio jurídico, o autor de uma das ações tentava agora impetrar mandado de segurança contra ato que suspendeu os efeitos de uma decisão liminar a seu favor e permitiu a continuidade das obras de ampliação do terminal de contêineres do Porto de Salvador.

Veículo: Bocão News	Economia E Mercado
Data: 28/09/20	



Economia E Mercado

Guedes diz não ter dinheiro para estados, embora queira CPMF na reforma tributária



28 de Setembro de 2020 às 07:56 Por: Alan Santos/PR Por: Redação Bnews 0 comentários

Aliados do ministro da Economia, Paulo Guedes, acreditam que o melhor caminho para a CPMF é que seja incluída na proposta da reforma tributária da Câmara, desde que a conta não fique para a União. Guedes afirma para interlocutores que não tem dinheiro para repassar aos estados para viabilizar a reforma. A informação é da coluna Painei, da Folha de S. Paulo.

A proposta da Câmara prevê a criação de dois fundos, um seria para compensar perdas de União, estados e municípios, de R\$ 25 bilhões. O outro para estados usarem para atrair empresas que perderão incentivos tributários.

Ainda de acordo com a coluna, a inclusão da CPMF na reforma depende ainda da negociação com os bancos, que veem mais custos que benefícios na troca da desoneração de salários pelo novo imposto. Parlamentares também aguardam que o governo demonstre a vantagem da mudança se levar adiante a proposta do ministro.

Veículo: G1	Economia
Data: 28/09/20	



Contas do setor público devem ter déficit de quase R\$ 900 bilhões em 2020, diz Waldery Rodrigues

Valor engloba gastos públicos, renúncia de receitas para combater a pandemia do novo coronavírus e seu impacto na economia e, também, a perda de arrecadação com a recessão na economia. Essa é a primeira aparição pública do secretário depois de bronca do presidente Bolsonaro.

Por Alexandro Martello

28/09/2020 11h07 Atualizado há 32 segundos

O rombo nas contas setor público consolidado, que englobam o governo, os estados, municípios e empresas estatais, deve somar R\$ 895,8 bilhões em 2020, estimou o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, nesta segunda-feira (28). Se confirmado, será o pior resultado da série histórica do Banco Central, que começou em 2001. O dado consta de balanço das medidas de combate ao novo coronavírus, do Ministério da Economia, divulgado em audiência pública na Comissão especial do Congresso Nacional de acompanhamento das medidas da Covid-19. A estimativa é de que as contas do governo registrem um rombo primário (sem considerar os gastos com juros da dívida) some R\$ 871

bilhões neste ano, que os estados e municípios apresentem um déficit de R\$ 23,6 bilhões, e que as estatais tenham um resultado negativo de R\$ 1,2 bilhão em 2020.

Além dos gastos com o coronavírus, e a renúncia de arrecadação com redução de tributos, o cálculo também considera uma retração de 4,7% para o Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, com recessão na economia. Esse forte tombo da economia gera reflexos negativos na arrecadação dos governo, estados e municípios.

*Essa é a primeira aparição pública do secretário depois de ter **divulgado estudos para congelar o benefício de aposentados**, o que gerou **forte reação por parte do presidente Jair Bolsonaro**, desautorizando a análise da área econômica.*



Waldery Rodrigues participa de audiência pública na Comissão da Covid-19 — Foto: Reprodução de audiência pública

Antes do início da participação do secretário, o presidente da comissão mista, senador Confúcio Moura (MDB-RO), lembrou que Waldery Rodrigues é um consultor do Senado Federal que tem servido ao governo federal, também em gestões anteriores.

Segundo ele, Waldery tem "brilhante qualificação", o que fez com que ele conseguisse o respeito de várias equipes econômicas.

"Vamos centrar fogo na reunião no coronavírus, suas consequências, no ajuste fiscal, no desequilíbrio fiscal, no crescimento [da economia]

e em dados técnicos para que possamos instruir os senadores, relator, todos os demais. Não vamos abrir leque fora da pauta objeto da nossa reunião, para não perder foco, ficar com bate bocas, coisas que nunca fizemos na reunião", disse o senador.

Ações para combate à Covid

De acordo com Waldery Rodrigues, R\$ 586,6 bilhões das ações do governo concentram-se em gastos, sendo o maior deles o auxílio emergencial para os vulneráveis, com estimativa de um valor total de R\$ 322 bilhões.

Além disso, também foram autorizadas redução de impostos neste ano, sendo o principal deles a zeragem do Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF), o que ampliou o valor total das ações (considerando gastos e renúncia de arrecadação) para R\$ 607,2 bilhões em 2020.

*Do total de gastos estimados para este ano no combate à pandemia, painel do Tesouro Nacional informa que **R\$ 412 bilhões já foram feitos até a última sexta-feira (25).***

"Temos um aumento dos gastos que é considerável, até comparando com as discricionárias, e é um valor que ninguém antecipava. Gasto que não estava nos nossos planos, mas estamos realizando de forma legítima e justificada. Para proteção aos mais vulneráveis e manutenção do emprego e da renda", declarou Waldery Rodrigues.

De acordo com o secretário, o valor de mais de R\$ 600 bilhões com as ações do governo no combate à Covid-19 representa mais de cinco vezes o valor das despesas discricionárias do governo (gastos livres, ou seja, que não são obrigatórios) neste ano - com um valor próximo de R\$ 100 bilhões.

Ele voltou a defender o teto de gastos, mecanismo aprovado em 2016, com validade de 2017 em diante, pelo qual a maior parte das despesas governo não pode crescer acima da inflação do ano anterior. Waldery classificou o teto de gastos como sendo uma "super âncora" fiscal, necessária para manter o descontrole das contas públicas.

Segundo Waldery, dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) indicam uma recuperação em "V" da economia, ou seja, com uma forte queda do nível de atividade, seguida de uma

retomada também intensa, nos setores de indústria, comércio e construção. No caso de serviços, porém, a recuperação não está sendo tão forte, segundo ele.

Repasses também trazem alívio financeiro a municípios

Auxílio emergencial teve efeito positivo também para as prefeituras porque aliviou a demanda por serviços de assistência social

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

28/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

Além de garantir movimentação da economia, o auxílio emergencial teve efeito positivo também para os municípios porque aliviou a demanda por serviços de assistência social e ainda porque, contribuindo na recuperação da arrecadação do ICMS, também teve impacto indireto para as prefeituras, que recebem hoje um quarto dessa receita estadual.

A avaliação é de Glademir Aroldi, presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM). “A demanda por assistência social no poder público local aumentou durante a pandemia, mas não há como negar que o auxílio emergencial aliviou essa pressão. Sem isso, os gestores não teriam conseguido atender a população”, diz.

O auxílio também teve impacto positivo para os municípios via repasse de ICMS pelos Estados. Houve queda nessa transferência num primeiro momento do isolamento social, lembra, mas a recuperação de receita em alguns locais com o auxílio certamente ajudou a amenizar os efeitos da pandemia na arrecadação municipal com o Imposto sobre Serviços (ISS). Para ele, o impacto da redução do valor do auxílio de R\$ 600 para R\$ 300 mensais vai depender de como se dará a abertura da economia. Ele destaca, porém, que a diminuição do benefício é compreensível, dado o impacto fiscal para a União.



Ads by Teads

Já no campo da receita própria, diz Jeferson Passos, secretário de Fazenda de Aracaju, não há como identificar uma influência mais evidente do auxílio para os municípios. O que acontece, diz ele, é de forma mais indireta, já que a demanda por bens gerada pelo benefício também traz movimentação à cadeia de serviços. De qualquer forma, há percepção de melhora de receita em razão da reabertura da economia. Ele lembra que o momento mais crítico da arrecadação de ISS em Aracaju aconteceu entre abril e julho, com queda média de 15% reais contra igual período de 2019. Já em agosto a receita com ISS foi equivalente em termos reais ao mesmo mês de 2019. A expectativa é que isso se mantenha em setembro e que ao fim do ano a receita ordinária com o ISS tenha queda real de cerca de 2,5%.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Fale com um consultor e acerte na escolha
MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.
MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Compre sua Sprinter e pague em 36x
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Os brasileiros acharam uma forma de aumentar as suas pensões e se aposentarem mais cedo

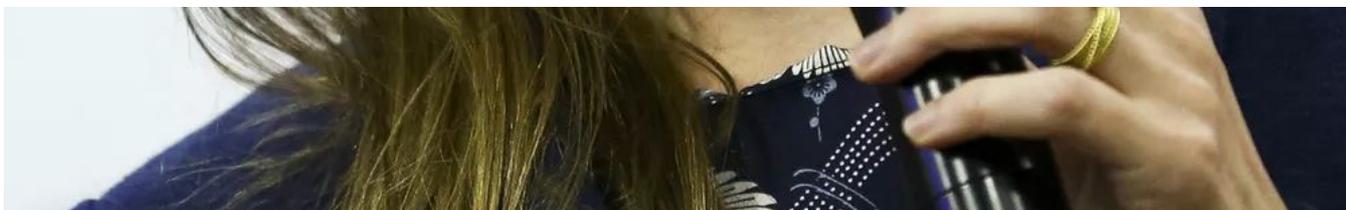
Com nova lei de dados, Brasil quer explorar mercado bilionário

Integrantes do governo reconhecem, porém, que há desafios para garantir a eficácia da nova lei

Por **Rafael Bitencourt** — De Brasília

28/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas





Miriam Wimmer: transferência internacional vai nos colocar em outro patamar — Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Se seguir à risca o que está na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), o Brasil poderá explorar um mercado bilionário que envolve o fluxo massivo de dados entre países. A estratégia tende a beneficiar multinacionais e gigantes da internet, mas também empresas locais que buscam incorporar inovações tecnológicas para ganhar eficiência e acessar mercados globais.

“A transferência internacional de dados vai nos colocar em outro patamar, que é o de trocar dados com quem possui regras dessa natureza. Esse é o caso dos países da Europa”, disse Miriam Wimmer, diretora de serviços de telecomunicações no Ministério das Comunicações e especialista no tema.

Integrantes do governo reconhecem que há desafios para garantir a eficácia da nova lei, vigente desde o último dia 18. O maior é a estruturação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). A autarquia, vinculada à Presidência, só funcionará a partir da nomeação de sua diretoria, que depende da indicação de nomes e da sabatina no Senado.

PUBLICIDADE



Conforme mostrou recente reportagem do **Valor**, o governo enfrenta dificuldade para repor o comando das agências, tanto que 40% de suas vagas são ocupadas por interinos ou estão em aberto. Questionado sobre a escolha dos nomes e início do funcionamento da ANPD, o Palácio do Planalto não quis comentar.

Para Miriam, a ANPD deve seguir o caminho do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). “O Cade nasceu pequeno, sem um corpo técnico próprio, depois tornou-se um órgão de prestígio internacional.”

A Brasscom, que representa grandes grupos de tecnologia, avalia que a ANPD dará conforto para o investidor apostar em novos negócios. “Por ser um órgão administrativo, ele terá mais agilidade e autonomia para fazer a regulamentação, fiscalização e, sobretudo, aperfeiçoar a proteção de dados a partir de boas práticas internacionais”, disse Sergio Paulo Gallindo, presidente da entidade.

Em outubro, o governo receberá relatórios da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que vão indicar os avanços institucionais que o país precisa buscar para garantir a proteção de dados.

Miriam acredita que a atuação da ANPD ajudará o Brasil a ganhar credibilidade e buscar acordos internacionais.

Em julho, os tribunais europeus suspenderam o acordo com os EUA (“EU-US Privacy Shield”) por desconfiar de violação à privacidade. Na ocasião, o secretário de Comércio dos EUA, Wilbur Ross, lamentou o ocorrido e disse que a decisão acarretaria em perdas comerciais de US\$ 7,1 trilhões.

Há três meses, o Fórum Econômico Mundial apresentou estudo sobre o fluxo internacional de dados. O documento alerta que é fundamental que cada país “comece garantindo que sua casa esteja em ordem”, antes de buscar cooperação internacional.

A análise produzida pelo fórum reforça que a necessidade de prover um trânsito fluido e seguro de dados vem dos serviços baseados na internet e do e-commerce. Porém, ressalta que essa demanda será ainda maior em negócios com uso intensivo de computação em nuvem, inteligência artificial e internet das coisas.

Outra análise, da Câmara de Comércio Internacional (ICC, na sigla em inglês), destaca que a barreira institucional ao fluxo internacional de dados resulta em aumento de custos para empresas locais que dependem da computação em nuvem e de outros recursos da internet para alcançar mercados globais.

O levantamento da ICC registra ainda que os negócios que aproveitaram ferramentas de “big data”, que geram valor com o uso inteligente e ágil de grande volume de dados, aumentaram suas margens operacionais em 60%.

“Diversos segmentos podem ter claros benefícios com ofertas de serviços a partir do Brasil para o mundo”, disse o presidente da Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes), Rodolfo Fücher. Ele considera, porém, que limitar o fluxo prejudicaria até simples procedimentos. “Imagina um europeu ser impedido de fazer uma reserva num hotel no Brasil devido à impossibilidade legal de seus dados transitarem por aqui?”

Ver também **LGPD é item a considerar na escolha de fornecedor**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Multifuncional Tanque de Tinta HP Smart Tank 517 Wireless - Impressora, Copiadora e Scanner
R\$ 1.199 - CASAS BAHIA

LINK PATROCINADO

Fale com um consultor e acerte na escolha
MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Máquina De Lavar Brastemp 9Kg Com Ciclo Tira Manchas - Bwj09ab 220V
R\$ 1.287,08 - COMPRA CERTA

LINK PATROCINADO

Novo programa social e mudanças na área tributária devem ser apresentados hoje

Detalhes ainda vão ser acertados em reunião no Palácio da Alvorada entre Bolsonaro, ministros e líderes da base aliada

Por **Fabio Murakawa e Lu Aiko Otta** — De Brasília

28/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

O governo deve apresentar hoje, depois de uma reunião do presidente Jair Bolsonaro com ministros e líderes da base aliada no Palácio da Alvorada, o novo programa social batizado de Renda Cidadã e mais propostas na área tributária. A declaração conjunta deve incluir a desoneração da folha de pagamento das empresas.

A criação de novo imposto sobre transações, nos moldes da CPMF, também deve ser debatida durante o encontro. No entanto, seu anúncio depende de um acordo com a base.

O governo tem argumentado que ele não aumentará a carga tributária, mas seria uma forma de compensar a desoneração da folha. Autoridades do Executivo também afirmam que o teto de gastos será respeitado.



No sábado, o ministro da Economia, Paulo Guedes, reuniu-se com o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR). Ontem, Barros e o ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, se encontraram com o líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), e com o senador Marcio Bittar (MDB-AC), relator da PEC do Pacto Federativo e do Orçamento, para discutir a inclusão do programa social bolsonarista na Constituição.

Segundo Barros, Bolsonaro deve participar da declaração conjunta a ser feita no Planalto depois da reunião de hoje. “A meta é Renda Cidadã e desoneração da folha. Isso é a meta do governo. Quais possibilidades, que ferramentas nós temos para atingir a meta? Várias. Como é que a gente vai, quais ferramentas nós vamos escolher para alcançar o objetivo? Nós vamos escolher na reunião”, disse Barros ao **Valor**. “O combinado aqui é combinar primeiro e anunciar depois. Eu não posso deixar soltar coisas por aí sem as devidas explicações e sem o devido cuidado, para evitar abrir uma crise na negociação.”

A declaração ocorrerá dias depois da cena em que Guedes teve a fala interrompida durante uma entrevista e foi arrastado para longe das câmeras por Ramos e Barros. O episódio refletiu a fúria do presidente com a comunicação da equipe econômica.

Um “cala boca” recaiu sobre o Ministério da Economia e o Palácio do Planalto após a péssima reação de Bolsonaro, registrada em vídeo publicado nas redes sociais, a entrevistas do secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues. Ele insistiu em fórmulas que, na visão do presidente, significariam “tirar dos pobres para dar aos paupérrimos” para pagar o Renda Brasil - agora renomeado Renda Cidadã.

Após mais de dez dias, o clima ainda é tenso. Ministros e assessores palacianos temem o vazamento de notícias. O mesmo ocorre na pasta da Economia.

A equipe econômica vive o estresse pós-traumático das entrevistas de Waldery. Ameaçado de tomar um “cartão vermelho” pelo presidente, o secretário permanece no cargo. Mas sua situação inspira cuidados.

Guedes e sua equipe não foram os primeiros alvos de uma ordem de silêncio de Bolsonaro. A solicitude de Ramos no trato com a imprensa também irritou o chefe no passado, a ponto de proibir o ministro de conceder entrevistas.

A cena com Guedes reflete também uma nova divisão de tarefas na relação do Executivo com o Congresso. “Agora, tem articulação política”, explicou o ministro, enquanto era retirado de cena.

Guedes não mais lidera a articulação das propostas de interesse de sua pasta. O movimento coincide com a aproximação entre Bolsonaro e o centrão e a consequente troca do líder do governo na Câmara. É concomitante ao desgaste na relação de Guedes com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

O ministro ainda dialoga com deputados e senadores, mas agora primordialmente sobre aspectos técnicos. Os arranjos políticos ficam a cargo de Ramos e Barros.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Multifuncional Tanque de Tinta HP Smart Tank 517 Wireless - Impressora, Copiadora e Scanner
R\$ 1.199 - CASAS BAHIA

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.
MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Máquina De Lavar Brastemp 9Kg Com Ciclo Tira Manchas - Bwj09ab 220V
R\$ 1.287,08 - COMPRA CERTA

LINK PATROCINADO

Fale com um consultor e acerte na escolha
MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

Impasse sobre as comissões trava administrativa

Estão paralisados a CCJ e o Conselho de Ética

Por Raphael Di Cunto — De Brasília

28/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

A proposta de emenda constitucional (PEC) da reforma administrativa chegou a Câmara há mais de 20 dias, após meses de pressão do presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), mas o projeto sequer começou a tramitar por causa de um impasse para instalação das comissões onde o texto será debatido - e não há nem previsão de quando isso será resolvido.

Os deputados fecharam, dias antes de o governo enviar essa reforma, acordo para retomada das comissões de Constituição e Justiça (CCJ), de Finanças e Tributação (CFT) e de Fiscalização Financeira e Controle, além do Conselho de Ética. Todas estão suspensas desde o começo da pandemia e voltariam de forma remota, como ocorre com o plenário. As demais comissões continuariam sem funcionar.

O acordo foi acelerado principalmente para que a deputada Flordelis (PSD-RJ) fosse julgada pelo Conselho de Ética e cassada. Ela é acusada pela polícia de ser a mandante do assassinato do marido e só não está presa por causa da imunidade parlamentar. Mas a volta das comissões travou por causa de divergências sobre quais comissões devem funcionar e pelo debate das reformas.



A PEC com mudanças nas regras de carreira e estabilidade dos servidores públicos terá que passar, primeiro, pela CCJ, para análise sobre se não fere nenhuma cláusula pétrea, e depois por uma comissão especial. A oposição resiste à retomar a CCJ agora com o argumento de que o debate não pode ocorrer no meio da pandemia e eleição municipal.

Outro motivo da resistência é que o projeto de resolução apresentado pela Mesa Diretora prevê que o presidente de cada comissão decidirá sozinho, “de forma prévia e isonômica”, quais os prazos de tramitação dos projetos, que serão calculados em dias úteis. Em tempos normais, a conta é com base nas sessões de plenário (quando não há sessão não corre o prazo).

“Isso não nos interessa. Essa mudança nos ritos pode acelerar reformas que queremos discutir com o tempo necessário”, disse a líder do PCdoB na Câmara, a deputada Perpétua Almeida (AC). A negociação sobre mudanças dependem da volta de Maia, afastado por causa da covid-19.

Nos bastidores, parte dos deputados governistas diz que também não farão muito esforço para iniciar o debate sobre a reforma administrativa agora, bem no início das eleições municipais, já que o tema causa desgaste com um setor do eleitorado. Outro grupo, porém, afirma ver apoio da sociedade a mudanças no serviço público e que não haveria problemas nessa discussão.

Outro impasse é que o projeto de resolução também dá ao presidente da Câmara o poder de decidir, sozinho, a volta de outras comissões - como, por exemplo, a comissão especial da reforma administrativa ou da PEC dos gatilhos do Teto de Gastos.

A oposição é contra esse poder, justamente para evitar o andamento dessas reformas, mas os partidos do Centrão também não querem deixar o controle exclusivamente nas mãos de Maia. Na visão deles, isso daria uma carta na manga para ele prestigiar grupos de deputados com a presidência de comissões e, com isso, aumentar o apoio ao candidato dele na sucessão da presidência da Câmara. Por último, há ainda o impasse sobre quem presidirá a CCJ - MDB, Republicanos, PSL e PDT disputam.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Fale com um consultor e acerte na escolha

MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Multifuncional Tanque de Tinta HP Smart Tank 517 Wireless - Impressora, Copiadora e Scanner

R\$ 1.199 - CASAS BAHIA

LINK PATROCINADO

Máquina De Lavar Brastemp 9Kg Com Ciclo Tira Manchas - Bwj09ab 220V

R\$ 1.287,08 - COMPRA CERTA

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Compre sua Sprinter e pague em 36x

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Salvador seu filho não precisa andar com dinheiro no bolso

BANCO INTER

Promoção deve ter mérito e desempenho como base

Fim da estabilidade é ponto sensível que pode esbarrar em resistência e provocar discussões no Congresso

Por Bruno Rosa e Letycia Cardoso — O Globo, do Rio

28/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

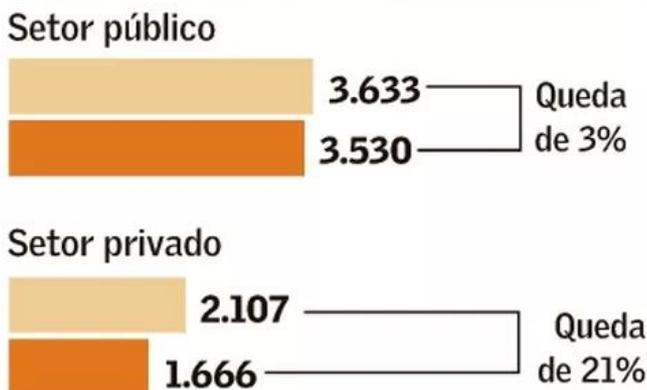
Pesos diferentes

Na pandemia, as despesas com salários praticamente não se reduziram

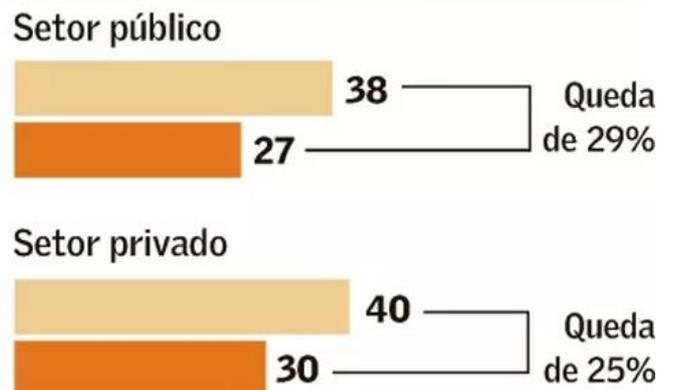
■ Enquanto a crise econômica gerada pelo coronavírus reduziu o emprego e a renda no setor privado, os funcionários públicos, que têm estabilidade, praticamente não foram atingidos

■ Antes da pandemia ■ Em junho

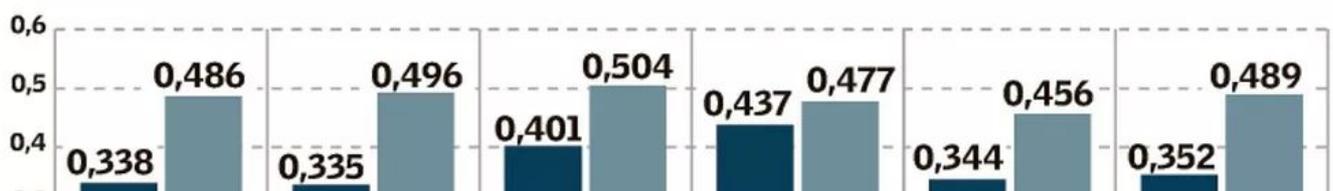
Alteração na remuneração média de 24 setores de atividade no Brasil - R\$

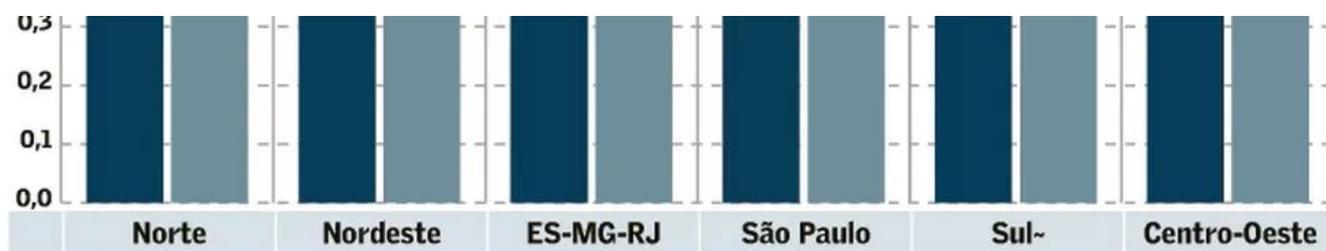


Queda no número de horas trabalhadas em 24 setores de atividade no Brasil



■ Índice de Gini no Setor Privado Formal e Público em 2018





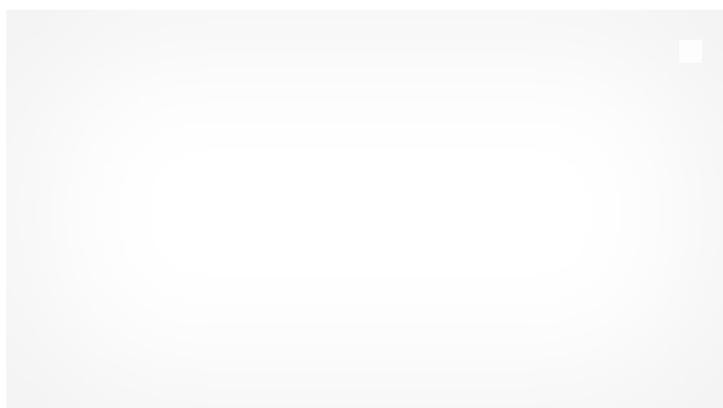
Fonte: Ministério da Economia e Daniel Duque

Um dos itens mais sensíveis da proposta de reforma administrativa apresentada pelo governo é o fim da estabilidade para parte dos novos servidores. Até mesmo quem já passou em um concurso público pode ser afetado se a mudança for aprovada antes da posse no cargo. Pelo projeto, permaneceriam estáveis apenas os servidores das chamadas carreiras típicas de Estado, além dos funcionários antigos.

Mas, ainda que polêmica, a estabilidade não pode ser vista como o ponto mais importante da reforma administrativa, avaliam os especialistas que participaram do seminário “E agora, Brasil?”, realizado pelos jornais “O Globo” e **Valor** Econômico, com patrocínio do Sistema Comércio através da CNC, do Sesc, do Senac e de suas Federações.

“Nosso problema não está na estabilidade. Nosso problema no funcionamento da máquina pública está justamente na avaliação de desempenho, na real meritocracia e em desigualdades salariais que devem ser atacadas por meio da regulamentação do teto constitucional, ou seja, deve-se acabar com o teto extraconstitucional e com os penduricalhos que estão fora”, afirmou Ana Carla Abrão, diretora da Oliver Wyman no Brasil e ex-secretária de Fazenda de Goiás.

PUBLICIDADE



Ela lembrou que, na semana passada, a Advocacia-Geral da União (AGU) promoveu 607 procuradores, sendo 606 deles para o topo da carreira, com salários de R\$ 27,3 mil. A promoção em massa, revelada pelo site “Poder360”, gerou uma onda de críticas e acabou suspensa. E levou parlamentares a cogitarem incluir os servidores antigos na proibição de promoções automáticas.

“Uma avaliação de desempenho com todos os servidores ganhando nota 100 não avalia muita coisa. Todo mundo sobe, quando nem todo mundo deveria”, afirmou Ana Carla. “Faltam servidores na base, o que provoca a constante necessidade de inchar máquina com temporários”, afirmou.

O ex-secretário de Desburocratização Paulo Uebel também afirmou que a máquina pública não pode ter um “mecanismo onde todo mundo tira a nota máxima”. “E no governo federal, quem recebe gratificação, a ampla maioria recebe o valor total. E muitas vezes não é um mecanismo de meritocracia. O maior avanço que eu vejo é acabar com as promoções e as progressões por tempo de carreira de forma automática. Isso é uma distorção absurda. Vai ter que ter avaliação de desempenho, e ter progressão e promoção de acordo com o mérito e o desempenho.”

Uma das mudanças previstas na proposta de reforma administrativa do governo diz respeito ao critério para promoções, que se baseariam no desempenho, deixando de ocorrer por tempo de serviço ou automáticas.

O pesquisador do Ibre/FGV Daniel Duque, no entanto, pontuou que uma flexibilização exagerada das regras de remuneração pode gerar outro tipo de distorção. “Como o gestor é quem decidirá por dar a bonificação ou demitir, é possível que os servidores sofram pressões, fazendo com que trabalho não seja direcionado à população, mas feito para agradar ao superior.”

Para o senador Antonio Anastasia (PSD-MG), da Frente Parlamentar da Reforma Administrativa, é fundamental fazer uma avaliação de desempenho permanente, com diretrizes e clareza, para demitir maus servidores.

Já Ana Carla vê risco jurídico na coexistência de dois modelos de carreira, com servidores contratados depois da reforma pedindo equiparação aos antigos. “Em 20

anos, teremos dois servidores, com carreiras totalmente distintas, trajetória financeira muito diferente, fazendo coisas similares.”

Anastasia disse ainda temer que a reforma administrativa acabe sendo “desperdiçada” por causa da disputa em torno da estabilidade. “A estabilidade é, politicamente, o mais importante. As pessoas acabam tendo uma paixão pelo assunto”, afirmou. “A estabilidade vai ser uma batalha imensa, e eu não sei o custo dela. Podemos desperdiçar a reforma administrativa em algo que é simbólico, mas não é nuclear.”

Anastasia ressaltou ainda que haverá muita polêmica sobre o que seria uma carreira típica de Estado. Para ele, a definição, diferentemente daquela adotada na reforma feita em 1998 - que usou a expressão “serviços exclusivos” -, deixa margem a interpretações. “Uma universidade federal é típica. Ela não é exclusiva, mas é típica.”

Apesar de concordar sobre a necessidade de garantir a estabilidade para algumas funções, Uebel disse que não faz sentido mantê-la para carreiras de suporte. E citou os exemplos dos cargos de soprador de vidro e operador de videotape.

“O exemplo do soprador de vidro não cola. Ele não é estável no cargo, e sim no serviço público. O cargo pode ser extinto”, rebateu Anastasia, ressaltando que servidores alocados em áreas modernizadas ou extintas podem ser transferidos.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

As estradas pediram inovação. E o caminhão mais inovador do Brasil já pode ser seu.
MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Multifuncional Tanque de Tinta HP Smart Tank 517 Wireless - Impressora, Copiadora e Scanner
R\$ 1.199 - CASAS BAHIA

LINK PATROCINADO

Fale com um consultor e acerte na escolha
MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Modernização da máquina pública é fator de desenvolvimento do país

Debate da proposta do governo traz desafios para que resulte em ganho de eficiência

Por Bruno Rosa e Letycia Cardoso — O Globo, do Rio

28/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas



No sentido horário: Cristiano Romero, do Valor, Ana Carla Abrão, economista, Merval Pereira, do Globo, Antonio Anastasia, senador (PSD-MG), Paulo Uebel e Daniel Duque, pesquisador do Ibre — Foto: Leo Pinheiro/Valor

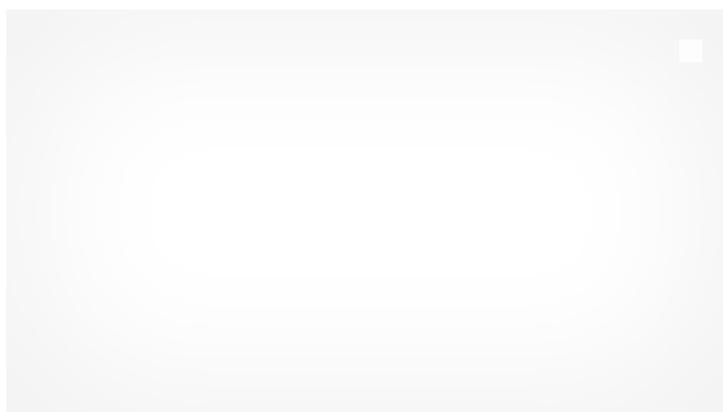
A reforma administrativa é mudança fundamental para que o Brasil consiga promover a modernização da máquina pública, avançar na melhoria da qualidade dos serviços oferecidos ao cidadão - sobretudo em saúde, segurança e educação - e impulsionar o desenvolvimento do país. O debate em torno da proposta

apresentada pelo governo ao Congresso este mês, no entanto, traz desafios para resultar em ganho de eficiência e, por consequência, economia de recursos que possam, mais adiante, ser investidos em serviços básicos para a população.

É esta a conclusão dos especialistas que participaram, na última quinta-feira, da terceira edição on-line dos encontros “E agora, Brasil?” para discutir por que é preciso modernizar a administração pública. O debate contou com a participação de Ana Carla Abrão, diretora da Oliver Wyman no Brasil e sócia nas práticas de Finanças e Risco e Políticas Públicas; do senador Antonio Anastasia (PSD-MG); de Paulo Uebel, ex-secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia; e de Daniel Duque, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV).

O evento, realizado pelos jornais “O Globo” e **Valor**, com patrocínio do Sistema Comércio através da CNC, do Sesc, do Senac e de suas federações, foi mediado pelo colunista de “O Globo” Merval Pereira e por Cristiano Romero, editor executivo e colunista do **Valor**.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

“A reforma administrativa é fundamental para que a gente enfrente o maior problema do país, que é a desigualdade social. É um instrumento de justiça social, porque precisamos melhorar os serviços públicos, em particular saúde, educação e segurança, para gerar melhores oportunidades para o nosso país, principalmente para a população de menor renda”, afirmou Ana Carla. “Precisamos rever o modelo atual porque ele não está nos permitindo fazer isso.”

““

Precisamos melhorar os serviços públicos, em particular saúde, educação e segurança, para gerar mais oportunidades para o nosso país”

— Ana Carla Abrão, diretora da Oliver Wyman

A economista chamou atenção para o que classifica como “distorções gravíssimas” no serviço público, referindo-se ao regime automático de progressão e promoção de carreira. E destacou a decisão da Advocacia-Geral da União (AGU) da semana passada - suspensa após uma onda de críticas - de promover 607 procuradores, sendo que 606 deles passariam ao topo da carreira, com salários de R\$ 27,3 mil.

“Temos situações inaceitáveis para um país tão desigual, num momento tão crítico de crise econômica, como as férias de 60 dias [caso dos juízes], ou seja, temos tantas distorções nesse modelo atual que não podemos, neste momento, protelar essa discussão, nem fazê-la só para o futuro.”

O texto da reforma apresentada pelo Ministério da Economia ao Congresso acaba com benefícios considerados como privilégios, como licença-prêmio e progressão automática de carreira, mas deixaria de fora membros de Poderes, como juízes, promotores e parlamentares.

Duque, do Ibre/FGV, reforçou que, ainda que isso esteja sendo corrigido ao longo do tempo, o setor público tem muitas distorções que podem ser consideradas privilégios também na comparação com o serviço privado. Essas distorções, afirmou ele, não resultam em um serviço melhor para o cidadão e ainda oneram a máquina do governo. “A sociedade vai demandar, daqui para frente, mais serviços públicos como saúde, por causa da pandemia; educação, devido ao empobrecimento da população. E, em relação a outros países em desenvolvimento, gastamos mais do que a média e entregamos menos qualidade. A reforma é necessária porque, com o espaço fiscal cada vez mais reduzido, esta é a melhor maneira de oferecer bons serviços.”

“

Em relação a outros países em desenvolvimento, gastamos mais e entregamos menos qualidade. A reforma é a melhor

maneira de oferecer bons serviços”

— Daniel Duque, pesquisador do Ibre/ FGV

Outro ponto sensível é a questão da estabilidade, que deixa de existir para parte dos novos servidores, pela proposta apresentada pelo governo. O benefício ficará restrito a integrantes das carreiras típicas de Estado, como auditores fiscais ou delegados da Polícia Federal.

Para os especialistas, a estabilidade dos servidores não está no centro da reforma. O importante, afirmam eles, é acabar com privilégios oferecidos a determinadas categorias de servidores, aumentar a remuneração de quem atende diretamente o cidadão e contar com um processo eficaz de avaliação de desempenho de todos eles.

O senador Anastasia defende que a reforma administrativa, ao contrário da tributária e a da Previdência, seja um movimento permanente. “É uma reforma que será vantajosa para o cidadão. O objetivo não é fazer um esforço fiscal, e sim melhorar a qualidade do serviço público, criando um círculo virtuoso, melhorando o ambiente de negócios, criando mais segurança jurídica, trazendo desenvolvimento”, explicou Anastasia. “Tem que ser um ganha-ganha, com servidor e com todos que atuam na área empresarial, gerando menos burocracia e maior eficiência.”

Para ele, não se deve mexer em direito adquirido. Alerta, porém, que é preciso não confundir direito com privilégio. Anastasia sublinha que a estabilidade do funcionário não é no cargo, mas no serviço público. Isso justificaria ainda mais a adoção de um sistema eficiente e sério de avaliação de desempenho, para determinar promoções, demissões ou troca de cargo. O senador acredita que o Brasil tem hoje um ambiente positivo para reformas, um Congresso “disposto a aprovar” e um governo aberto ao diálogo.

Paulo Uebel, ex-secretário especial de Desburocratização do Ministério da Economia, ressaltou que o Brasil tem atualmente uma carga tributária equivalente à de países desenvolvidos, como Alemanha e EUA, por exemplo, mas entrega serviços públicos de países em desenvolvimento. “Essa diferença é que gera grande

insatisfação popular. Então, nosso trabalho é aproximar e termos uma carga tributária proporcional à qualidade dos serviços públicos. A reforma administrativa é o maior programa social do governo federal. Todos serão beneficiados.”

Do ponto de vista das contas públicas, Uebel citou um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com o Ministério da Economia, que mostra que a reforma, na atual modelagem, traria um impacto fiscal de mais de R\$ 300 bilhões em dez anos. Mas, segundo ele, é possível ter um impacto bem maior.

“Um estudo não oficial que fiz com outras pessoas aponta que, incluídos os atuais servidores, só com as vedações de privilégios, mantendo a estabilidade e incluindo membros de Poder, poderia passar de R\$ 1 trilhão”, afirmou Uebel. “Com essa economia, em dez anos se poderia investir em saúde, infraestrutura, educação e assistência social.”

Merval Pereira, de “O Globo”, destacou ainda a importância de debater assuntos delicados como os que constam da reforma administrativa. “O mais interessante do debate foi a abordagem sobre o tema mais delicado politicamente, o fim da estabilidade para os servidores públicos. Ela deve ganhar outra conotação, de proteção de certos servidores que não podem estar expostos a pressões políticas. Mas não pode continuar sendo uma blindagem para maus profissionais nem deve abranger todos os servidores, e sim as funções que exercem.”

Já Romero, do **Valor**, ressaltou o consenso em torno da necessidade de mudanças. “O que mais chamou minha atenção neste “E agora, Brasil?” foi, primeiro, a concordância de todos quanto à necessidade de o Estado passar por profundas mudanças e, segundo, a convergência de ideias sobre a reforma a ser feita neste momento.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Mulheres: Anvisa libera pílula que estica as rugas e a pele velha depois dos 40 anos de idade
SKINCAPS

LINK PATROCINADO

Multifuncional Tanque de Tinta HP Smart Tank 517 Wireless - Impressora, Copiadora e Scanner

Distorções salariais precisam ser corrigidas

Diferença entre setor público e privado cresceu mesmo em meio à crise

Por Bruno Rosa e Letycia Cardoso — O Globo, do Rio

28/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

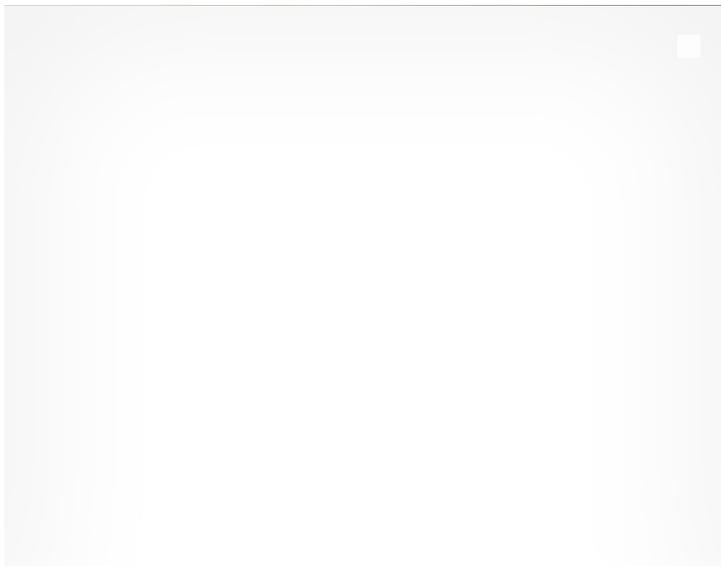
Para os especialistas que participaram do “E agora, Brasil?”, mais do que a estabilidade, o principal problema do serviço público são as disparidades salariais e as progressões automáticas, que acabam consumindo o Orçamento.

O economista e pesquisador do Ibre/FGV Daniel Duque fez um levantamento, com base em dados da Rais de 2018, que aponta que a desigualdade salarial entre funcionários públicos é maior do que aquela entre trabalhadores da iniciativa privada. Segundo ele, essa disparidade decorre de privilégios, que encarecem a máquina pública e não melhoram o serviço à sociedade. “Atualmente, não se usam bonificações como mecanismos de reconhecimento. Precisamos trocar o perfil de desigualdade, para que ela incentive melhores práticas. Isto é, um servidor passará a ganhar mais que outro porque entregou um serviço melhor.”

“

A máquina está se consumindo nela própria, não temos recursos para investir no servidor público. A máquina se deteriora, e as condições fiscais do país também.”

— Ana Carla Abrão, diretora da Oliver Wyman



Ana Carla Abrão, diretora da consultoria Oliver Wyman no Brasil, critica as promoções automáticas, que fazem com que o governo gaste mais para bancar os salários do que para prover serviços.

Ela alerta também para o fato de haver uma massa de funcionários públicos, sobretudo aqueles que atuam em saúde, segurança e educação, mal remunerada e sem condições de trabalho. “O médico tem aumento salarial, mas não recebe esse aumento porque em vários Estados o salário dele é parcelado. O professor chega na escola pública e não tem condições de dar aula. O policial está morrendo nas ruas, porque não tem uma viatura que possa usar de forma correta.”

“

A estabilidade vai ser uma batalha imensa, e eu não sei o custo dela. Podemos desperdiçar a reforma em algo que é simbólico, mas não é nuclear”

— Antonio Anastasia, senador (PSD-MG)

Duque citou uma pesquisa feita pelo professor de economia Felipe Araújo, da Universidade Lehigh, nos EUA, que mostra que a média salarial dos servidores públicos supera em cerca de 48% a dos trabalhadores do setor privado.

“Não se pode ter a mesma função desempenhada na iniciativa privada e na iniciativa pública com distorção de 94% da remuneração, como apurou o Banco Mundial.

Processo demanda capacitação de gestores e líderes

Qualidade dos serviços públicos depende de aperfeiçoamento contínuo

Por Bruno Rosa e Letycia Cardoso — O Globo, do Rio

28/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

Uma reforma, três etapas

Governo decide apresentar proposta de reestruturação do Estado em fases

Fase 1

Encaminhamento de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) com as regras gerais que deverão ser observadas pelos futuros servidores que ingressarem no serviço público após aprovação das mudanças

Fase 2

Assim que a PEC for aprovada, o governo encaminhará um Projeto de Lei Complementar (PLP)* e seis Projetos de Lei (PL)** para regulamentar as novas diretrizes fixadas no texto emendado à Constituição. Os temas são os seguintes:

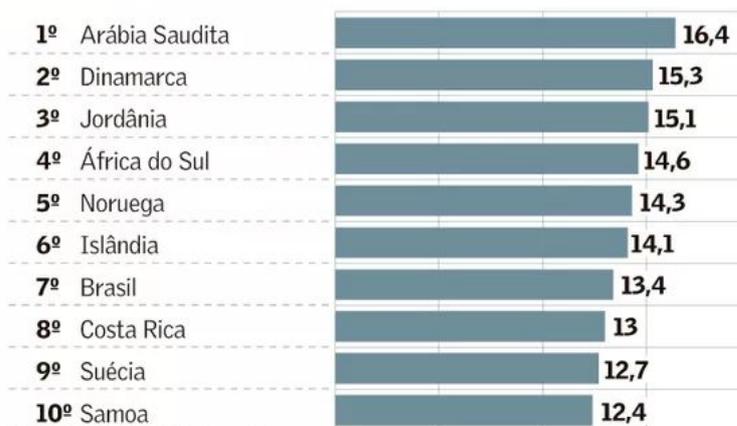
- Gestão de desempenho
- Consolidação de cargos, funções e gratificações
- Diretrizes de carreiras
- Modernização das formas de trabalho
- Arranjos institucionais
- Ajustes no estatuto do servidor

Fase 3

Para concluir a reforma, o governo encaminhará um último Projeto de Lei Complementar que consolidará a nova cara do serviço público. A proposta contemplará os seguintes pontos:

- Novo marco regulatório das carreiras
- Novas regras sobre remuneração
- Direitos e deveres do servidor público

O Brasil está entre os países do mundo que mais gastam com o funcionalismo - % em relação ao PIB



O peso da folha nas contas públicas

R\$ 928 bilhões

foi a despesa em 2019 com os pagamentos de servidores públicos municipais, estaduais e federais de Executivo, Legislativo e Judiciário no Brasil

Servidores ficam na folha de pagamento por muito tempo



A reforma administrativa é um processo. E, para ser bem-sucedida, é preciso fazer um choque de gestão, defende o senador Antonio Anastasia (PSD-MG), da Frente Parlamentar da Reforma Administrativa. É importante, afirma, garantir a qualificação de gestores e líderes para se conseguir melhorar a qualidade dos serviços públicos no Brasil. Na avaliação do senador, esse processo precisa começar o mais rapidamente possível.

“Depois de todo o quadro normativo aprovado, teremos que melhorar a qualificação, treinar os gestores e os líderes, que também não têm qualificação do ponto de vista de gestão. É um processo que temos que começar agora. Se esperarmos o momento ideal, pode ser que ele nunca surja”, disse Anastasia.

Durante o debate “E Agora, Brasil?”, o senador ressaltou que a reforma administrativa é um processo contínuo. E lembrou que o Brasil nunca deu muita importância ao tema da gestão pública. Para ele, o assunto sempre foi tratado de forma periférica.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Por isso, o país avançou pouco em temas como capacitação, qualificação e quantificação dos servidores. Isso não permitiu consolidar uma cultura organizacional, avaliou Anastasia.

“E isso tudo por falta de uma política pública nacional de recursos humanos no setor público. Tivemos a experiência do Dasp [Departamento Administrativo do Serviço Público], que vigorou de 1938 a 1985. Naquela época, havia diretrizes e nortes, depois não foi substituído por nada. E o tema de recursos humanos e da gestão pública no Brasil ficou espartilhado no governo, ora no Ministério do Planejamento, ora na Economia, ora em lugar nenhum”, afirmou o senador.

Ainda assim, a economista Ana Carla Abrão, ex-secretária de Fazenda de Goiás e diretora da consultoria Oliver Wyman no Brasil, é preciso agir logo, sob o risco de aprofundar o problema fiscal do país. “Não temos 20 anos para esperar para reformar o serviço público no futuro. Esse futuro não chegará se nós não começarmos a reforma agora, e incorporando os servidores atuais. Estamos vendo distorções gravíssimas, como as promoções que foram feitas pela AGU”, disse, citando a promoção de 607 procuradores na Advocacia-Geral da União, que acabou anulada.

Ela concorda com o senador sobre o fato de que o modelo atual da máquina pública brasileira não permite oferecer serviços de qualidade ao cidadão. “A máquina está se consumindo nela própria, não temos recursos para investir no servidor público. É um modelo em que todos perdem. A máquina se deteriora, e as condições fiscais do país também. É o que estamos vivendo em alocação de gasto, crescimento da dívida pública, e toda uma situação fiscal que está colocando em risco a solvência, a capacidade de crescimento, de geração de emprego e de renda do Brasil.”

Paulo Uebel, ex-secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, considera a reforma administrativa vital para qualificar os serviços públicos. “São esses bons servidores que estão no dia a dia carregando o piano, amarrados a um sistema formulado na década de 1980 e que até hoje não foi estruturalmente atualizado. E o mundo mudou nesse período. É impossível manter o mesmo arcabouço constitucional de 30 a 40 anos atrás para uma realidade que mudou completamente. Nós precisamos modernizar e trazer novos conceitos”, afirmou.

Para Uebel, o Estado precisa ser modernizado e ter as condições e alavancas para poder prover os serviços: “Senão os gestores públicos não vão poder fazer nada,

94% do Orçamento estarão totalmente engessados. É impossível fazer uma boa gestão se você não tiver mais flexibilidade e mais alternativas”.

Por isso, segundo ele, uma nova administração pública é essencial e precisa ter foco total em servir a sociedade: “Essa é a premissa. Não vamos reinventar a roda, vamos copiar e adaptar aquilo que deu certo em outros países e que pode servir à sociedade brasileira”.

O senador Anastasia destacou ainda que, se o país tivesse um órgão específico para os recursos humanos, a organização da administração pública estaria mais avançada. “Haveria mais condições de qualificar e quantificar os servidores. Por isso, nós da Frente Parlamentar defendemos o que já existe em vários lugares do mundo, que é uma agência que vai cuidar desse planejamento e das diretrizes que não temos no Brasil. A agência é imprescindível para a quantificação e planejamento”, disse Anastasia.

Ana Carla ressalta a complexidade da reforma, que precisa atacar privilégios garantidos a parte do funcionalismo, como férias de 60 dias. “É uma reforma complexa, que exige o amadurecimento de conceitos muito importantes e sensíveis, como a discussão dos vínculos, do regime jurídico único, da estabilidade, mas também a avaliação de desempenho, a vedação desses dispositivos e dessas desigualdades que temos hoje. Tem de ser feita para termos uma sociedade mais justa.”

Uma das preocupações entre os especialistas que participaram do “E agora, Brasil?” é como conciliar as agendas do Congresso, já que a reforma tributária também está em discussão e é considerada crucial para a melhora da atividade econômica.

O senador Antonio Anastasia, no entanto, não vê problemas para o andamento das duas propostas “O Parlamento tem uma agenda tumultuada e demandada. Tem a reforma tributária, que é um gargalo para o Brasil, e com pressão correta da sociedade. Isso não impede que o Legislativo também aprecie a reforma administrativa.

O senador admite que não será fácil, mas mostrou otimismo com o avanço concomitante das duas reformas. “Há um ambiente no Brasil pró-reforma e um

Poder para extinguir órgãos públicos por decreto é controverso

Maior preocupação é com o uso político desse instrumento

Por Bruno Rosa e Letycia Cardoso — O Globo, do Rio

28/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

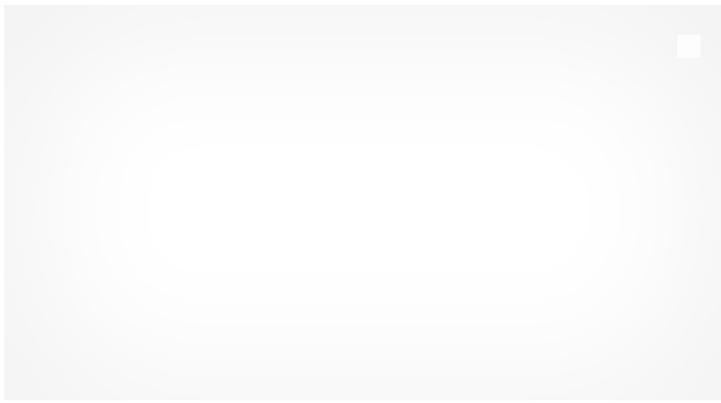
A inclusão, na reforma administrativa, de um dispositivo que dá poder ao presidente da República para extinguir fundações e autarquias por decreto, sem aval do Congresso, foi considerada polêmica pelos especialistas. A maior preocupação é com o uso político desse instrumento. Para o senador Antonio Anastasia (PSD-MG), da Frente Parlamentar da Reforma Administrativa, é preciso distinguir entre órgãos que apenas servem ao Executivo e entidades criadas por uma lei específica.

“O que não pode haver é que, por decreto, ocorra a extinção de entidades. Acho um exagero do governo. Há uma diferença entre órgãos, por exemplo, uma superintendência dentro de um ministério, que podem ser extintos por decreto, e as entidades, como universidades, a Funai, o Ibama ou uma empresa pública, que precisam de leis para serem criadas e para serem extintas”, explicou o senador.

“

O objetivo não é fazer um esforço fiscal, e sim melhorar a qualidade do serviço público, criando um círculo virtuoso, melhorando o ambiente de negócios”

— Antonio Anastasia, senador (PSD-MG)



O economista e pesquisador do Ibre/FGV Daniel Duque ressaltou que não se deve dar ao Executivo a capacidade de extinguir por decreto uma entidade que tem natureza jurídica própria. “Quando há um órgão adjunto da estrutura do governo, por exemplo uma secretaria, aí tudo bem. Mas isso não deve se estender às entidades. Elas têm papéis que podem, inclusive, ser contrários aos objetivos políticos e, por isso, devem ter autonomia para realizar o trabalho delas. Caso contrário, estarão sujeitas a represálias”, ressaltou o economista do Ibre.

Paulo Uebel, ex-secretário de Desburocratização, compartilha dessa opinião. “Eu sou contra essa possibilidade. Se o Parlamento diz que o Poder Executivo tem que fiscalizar o meio ambiente, essa é a decisão. A atribuição legal não deve ser extinta pelo Executivo”, afirmou.

“

Estudo do Ipea mostra que a reforma administrativa, na atual modelagem, traria um impacto fiscal de mais de R\$ 300 bilhões em dez anos”

— Paulo Uebel, ex-secretário especial de desburocratização

O colunista de “O Globo” Merval Pereira lembrou o caso da transferência do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Justiça para a Economia. Foi por causa de movimentações financeiras atípicas detectadas pelo Coaf que o senador Flávio Bolsonaro, filho do presidente Jair Bolsonaro, começou a ser investigado.

Segundo Merval, esse caso mostrou como uma disputa política pode interferir na administração pública.

Para Uebel, o impasse em torno do Coaf não foi saudável para a sociedade. “Deveria ser uma decisão técnica. E, se o Legislativo verificar algum abuso, há mecanismos para impedir isso.”

Já Anastasia defendeu, nesse caso, a flexibilidade de organização do governo. “A questão é se deveria se criar o Coaf ou não. Uma vez criado, isso é matéria interna do Executivo”, afirmou o senador mineiro.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Multifuncional Tanque de Tinta HP Smart Tank 517 Wireless - Impressora, Copiadora e Scanner
R\$ 1.199 - CASAS BAHIA

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.
MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Fale com um consultor e acerte na escolha
MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Compre com bônus de até R\$ 15 mil!
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Quando o zumbido não para faça isso agora
TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Salvador seu filho não precisa andar com dinheiro no bolso
BANCO INTER

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Carlos Bolsonaro rebate divulgação de seu depoimento à PF



Por Alex Ribeiro

Cobriu o BC para o Valor, a Gazeta Mercantil e a Folha de S.... [ver mais](#)

BC teme que risco fiscal segure consumo

Receio é que uma parcela da população siga poupando por temor de vir a ser chamada a pagar a conta do aumento da dívida pública

28/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O Banco Central começa a mapear um novo risco à retomada da economia: a política fiscal. O receio é que uma parcela da população siga poupando, abrindo mão de consumir, porque será chamada a pagar a conta do aumento da dívida pública.

A preocupação é o que os economistas chamam de “equivalência ricardiana”. Essa é uma teoria do economista David Ricardo, desenvolvida mais tarde por um outro economista, Robert Barro, que afirma que tentativas do governo de expandir a economia por meio de déficits públicos são ineficazes. Os contribuintes sabem que, mais tarde, a despesa terá que ser coberta com o aumento de impostos. Preventivamente, eles poupam mais.

Mais ricos podem aumentar poupança para pagar a conta

A tese foi levantada pelo presidente do BC, Roberto Campos Neto, e pelo diretor de política econômica da instituição, Fabio Kanczuk, na entrevista do relatório de inflação, na semana passada. “É a poupança de alguém que está vendo uma situação fiscal mais grave e está entendendo que vai ter que pagar uma parte do custo mais para frente”, disse Campos Neto.

Para o Banco Central, esse comportamento “ricardiano” dos indivíduos é, por ora, uma hipótese, a ser comprovada ou não. O diagnóstico é que o auxílio emergencial e outras liberações de dinheiro pelo governo, que o BC sempre entendeu como necessárias, recompuseram a renda da população perdida durante a pandemia. Mas o consumo não se sustentou da mesma forma e caiu abaixo do que era antes. Essa diferença entre renda e consumo representa um aumento da poupança.

A grande questão é o que vai acontecer com essa poupança mais adiante. O cenário ideal, disse Campos Neto, é que o auxílio emergencial termine no fim do ano e, provavelmente, seja substituído por um programa permanente de transferência de renda que caiba no teto de gastos. Desse ponto em diante, afirmou, a população começaria a gastar a poupança acumulada durante a pandemia, o que operaria como mais um motor de sustentação da demanda.

Obviamente, para que a poupança vire consumo, será preciso que os indivíduos que acumularam essas reservas passem a gastar. É por isso que o BC está procurando entender a natureza da poupança acumulada pela população.

Kanczuk falou um pouco sobre o que acontece nos EUA, que para ele é um indicativo do que poderá vir a ocorrer no Brasil. Lá, a renda da população subiu bem, sustentada pelo pagamento de auxílios pelo governo. Ainda assim, o consumo caiu. Mais recentemente, a renda recuou, depois que acabaram as transferências, e o consumo passou a subir.

Apesar de, no fluxo, renda e consumo terem se aproximado, o resultado de todo esse processo foi um aumento do estoque de poupança. Os economistas estão olhando os dados no detalhe para entender melhor os desdobramentos. Uma conclusão é que os mais pobres mantiveram o consumo durante a pandemia - na verdade, aumentaram 1,6% em relação a janeiro passado. Provavelmente, substituíram o consumo de alguns serviços - cujo acesso ficou mais restrito por causa da pandemia - por outros bens, como os duráveis. "Vemos alguns mercados, como construção civil e carros usados, que estão bem exuberantes", afirma Kanczuk.

Já entre os mais ricos, o consumo está quase 10% abaixo dos níveis de janeiro. Uma possível explicação é que, com as medidas de distanciamento social, essas pessoas não estão tendo acesso aos serviços que gostariam de consumir. Outra hipótese é que esses indivíduos aumentaram a poupança precaucional porque têm medo do futuro. Mas medo do quê?

Uma possibilidade é as pessoas terem poupado mais porque estão receosas de perder o emprego. Kanczuk, porém, apresentou um gráfico que mostra que o nível de emprego dessa faixa da população quase se recuperou - está apenas 1,6% abaixo de janeiro. Ou seja, pode ser um pouco de medo de desemprego, mas parece ser mais do que isso. É aí que entra a tese do medo do desequilíbrio fiscal.

"Não é a incerteza em relação ao emprego, mas talvez uma questão sobre o que vai acontecer lá na frente, já que de algum modo a economia não produziu, o governo aumentou a sua dívida, e isso vai ter que ser pago", disse Kanczuk. "Uma possibilidade é que os ricos estão incorporando isso - sendo ricardianos - sabendo que talvez eles que vão arcar com o aumento do consumo que houve sem ter produção."

Uma implicação dessa conjectura, se ela se mostrar verdadeira, é que um pedaço da poupança acumulada durante a pandemia não vai voltar para a economia. Esse motor de sustentação da retomada seria um pouco mais fraco do que se imaginava inicialmente.

O argumento, certamente, não é unânime. A teoria da equivalência ricardiana é uma contraponto à tese keynesiana de que, nos momentos em que o setor privado fica com medo e se retrai, o governo deve se endividar para sustentar a demanda agregada. As críticas à teoria Ricardo-Barro são conhecidas: ela pressupõe indivíduos extremamente racionais que poupam em resposta a uma situação meio etérea das contas fiscais. A evidência empírica sobre o tema é um tanto ambígua, o que ajuda a alimentar o esporte favorito dos economistas de discordarem entre si.

Juros suficientes?

Em 2% ao ano, os juros básicos são baixos o suficiente para estimular a economia? O ex-chefe do Departamento de Pesquisa Econômica (Depep) do BC, Marcelo Kfoury Muinhos, foi conferir num estudo que acaba de publicar com seu colega no Centro de Estudos Macroeconômicos da FGV-EESP, Marcelo Fonseca, e com Evandro Schulz, da B3. Alerta de spoiler: sim, estão baixos o suficiente.

Eles estimam entre 2% e 3% reais ao ano a taxa neutra de longo prazo, usando três metodologias diferentes batizadas com sobrenomes de seus criadores, como a de Laubach-Williams. E calculam quanto os juros deveriam estar seguindo a regra de Taylor: 0,8% reais negativos. Hoje, os juros reais de mercado estão mais ou menos nesse patamar. E, além de juro baixo, há o reforço do “forward guidance” do BC de não o subir em algumas situações em que a regra de Taylor exigiria aperto.

Alex Ribeiro é repórter especial e escreve quinzenalmente

E-mail: alex.ribeiro@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Multifuncional Tanque de Tinta HP Smart Tank 517 Wireless - Impressora, Copiadora e Scanner

R\$ 1.199 - CASAS BAHIA

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Encargo salarial no Brasil é o dobro da média da OCDE, afirma estudo

CNI defende redução de custo, mas diz ser contra proposta de criação de “nova CPMF”

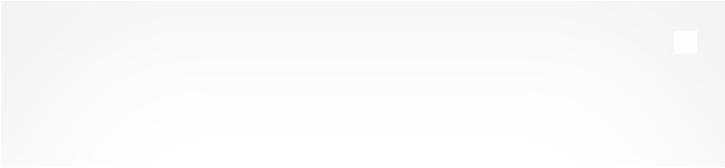
Por **Fabio Graner** — De Brasília

28/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

O Brasil tem quase o dobro do percentual de encargos tributários recolhidos pelas empresas sobre os salários, em comparação com a média de um grupo de países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A informação está em nota técnica da Confederação Nacional da Indústria (CNI) obtida pelo **Valor**.

A amostra analisada pela CNI considera 16 países e foi definida a partir da disponibilidade de dados dos encargos sobre as folhas de salários e o fato de terem regime de previdência de repartição, como no Brasil. Nessa amostragem, a média de tributação sobre a folha de pagamentos foi de 14,6%, enquanto as empresas brasileiras pagam 28,8%, a título de contribuição patronal à Previdência e outros encargos, como o Sistema S.

“De um salário médio da indústria de base de R\$ 2.403,08, seriam pagos R\$ 692,09 de tributos sobre o salário contratual, totalizando-se R\$ 3.095,17 por mês”, explica.



Há uma grande dispersão do nível de taxaço dos salários entre os países. Depois do Brasil, nível mais elevado é o da França, com 26,6%. Suécia, Espanha e Áustria aparecem na sequência, com taxas superiores a 20%. Na outra ponta, a Austrália tem o menor encargo, 5,6%, com Estados Unidos, Coreia do Sul, Canadá e Reino Unido também com custos menores do que 10%.

A nota técnica não incorporou países que têm regime de capitalização, como Chile, Croácia, Nova Zelândia e Dinamarca. Se fossem levados em conta, como esses países trabalham sem encargos sobre salários, a média da OCDE cairia para 12,3%, ampliando a distância em relação ao Brasil.

A questão dos encargos salariais é um tema que está relacionado à competitividade relativa dos produtos brasileiros. O texto explica que esse custo incide sobre exportações, diferentemente de outros tributos. A prática é generalizada: nenhum país isenta os exportadores desses encargos. Mas, como o Brasil tem um percentual maior, isso acaba se traduzindo em menor competitividade local.

“A prática geral dos países no mundo não revela isenção previdenciária sobre exportações, pois os países usam, no geral, o regime de repartição, como o Brasil, com financiamento por meio de contribuições sobre folha de pagamento. Sendo assim, as importações que chegam ao Brasil trazem o custo dos encargos sobre folha de pagamentos existentes nos seus países de origem”, explica o texto.

Para o presidente da entidade, Robson Andrade, é preciso reduzir esse custo trabalhista. “Há um ambiente, que veio por fatores externos e internos, que mostra que precisamos estar em uma economia mais alinhada com as condições globais”, disse ao **Valor**.

Mas Andrade se posiciona fortemente contra a ideia do ministro da Economia, Paulo Guedes, de compensar a redução de encargos trabalhistas com um tributo sobre transações, que vem sendo chamado de “nova CPMF”. Ele disse ser difícil acreditar que o governo fará uma substituição tributária neutra em termos de arrecadação.

“Nós já deixamos claro para o ministro que somos contra novos impostos, em especial com um do tipo da CPMF. Mas somos a favor de estudar encargo menor que tem hoje sobre a folha”, disse o empresário. Ele informou que a entidade tem discutido algumas alternativas com a OCDE e alguns especialistas. “No Brasil somente os 20% da previdência pagos pelas empresas corresponde a mais de R\$ 320 bilhões. Não é fácil substituir este valor”, reconheceu.

Ele defendeu uma agenda de reforma tributária que reduza a complexidade do sistema brasileiro e que tenha uma base ampla de incidência, em que todos paguem. “Uma dificuldade de atrair investidores externos é porque o sistema tributário é difícil de compreender para quem não está aqui”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Multifuncional Tanque de Tinta HP Smart Tank 517 Wireless - Impressora, Copiadora e Scanner
R\$ 1.199 - CASAS BAHIA

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.
MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Máquina De Lavar Brastemp 9Kg Com Ciclo Tira Manchas - Bwj09ab 220V
R\$ 1.287,08 - COMPRA CERTA

LINK PATROCINADO

Fale com um consultor e acerte na escolha
MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Compre sua Sprinter e pague em 36x
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Salvador seu filho não precisa andar com dinheiro no bolso
BANCO INTER

por taboola

Conteúdo Publicitário

Mais modesta, agenda de privatizações pode andar

De nada adianta queimar etapas e inflar planos ou anúncios que não saem do discurso

28/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

Pode-se alimentar um otimismo cauteloso, bastante cauteloso, mas de toda forma otimismo, com a agenda de privatizações do governo federal. Megalomanias trilionárias foram trocadas por uma postura “pés no chão” do secretário especial de Desestatização do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord, que assumiu o cargo no fim de agosto. Ele substituiu o empresário Salim Mattar, que levou a Brasília o ímpeto do setor privado, mas não conseguiu transformar sua exitosa trajetória no mundo corporativo em liderança na máquina pública e necessária costura política com o Congresso Nacional.

Tão novato na administração federal quanto seu antecessor na secretaria, Mac Cord tem um histórico negociador de sucesso com deputados e senadores. Ele foi designado, pelo ministro Paulo Guedes, como interlocutor da equipe econômica com os congressistas nas discussões do novo marco legal do saneamento - o avanço legislativo mais importante, junto com a reforma da Previdência, do atual governo. Na semana passada, em entrevista ao **Valor**, o secretário demonstrou foco ao colocar os Correios no topo da lista de privatizações: “Não adianta querer fazer tudo de uma vez. Não vai dar certo e precisamos de exemplos. Hoje o caminho de consenso parece ser os Correios”.

Ainda é cedo para comprovar tal afirmação. Sindicatos continuam estridentes e não se sabe qual será o grau de concordância parlamentar. No entanto, saem de cena algumas ideias que careciam de pragmatismo diante da missão de evoluir nessa

agenda. A proposta de um “fast track” para as privatizações, embora jamais detalhada, não parecia ter a mínima chance de sucesso ao dar um aval prévio para o governo vender suas estatais. Faltaria aos legisladores, apegados à prática da troca de apoio político por indicações em empresas públicas, qualquer incentivo à aprovação de proposta como essa.

No sobe-e-desce das privatizações, cai um pouco a da Eletrobras, cujo projeto de lei para sua autorização chegou inicialmente ao Congresso em 2018 e nunca deu passos relevantes. Periodicamente, também surgiam balões de ensaio sobre eventual venda de algum grande banco público, tão superficiais quanto inúteis. Mais vale gastar energia com desestatizações plausíveis e com enormes ganhos potenciais, como as Companhias Docas e as estatais de mobilidade CBTU e Trensurb.

Alguns erros precisam ser corrigidos com urgência. O primeiro é a demora em contratar estudos preparatórios para as privatizações. Eles não são formalidade, mas necessários para dar segurança e transparência à avaliação de ativos públicos. No fim de julho, nem metade dos 18 projetos incluídos no Plano Nacional de Desestatização (PND) pelo governo Jair Bolsonaro estava em fase de estruturação (“Folha de S. Paulo”, 29/7). Só em setembro o BNDES assinou contrato com um consórcio para a realização dos estudos técnicos e jurídicos relativos ao Porto de Santos. No caso da CBTU e da Trensurb, o processo tem se caracterizado por morosidade e indefinição.

Sem os estudos prontos, ou encaminhados, é duvidoso fazer projeção, como se arriscou o ministro Fábio Faria (Comunicações), que deu estimativa de R\$ 15 bilhões para os Correios. Tudo depende das condições. E as condições dependem de uma série de fatores, como a nova lei postal, cujo texto ainda está na Casa Civil. Portanto, enquanto se preparam as privatizações, é conveniente acelerar a discussão de marcos regulatórios que protejam investidores e o interesse público.

Outra correção de rota diz respeito à necessidade de centralizar o poder decisório em algum lugar. O ex-secretário Salim saiu reclamando, também, da resistência de ministros à privatização de empresas vinculadas às suas respectivas pastas. É natural que isso ocorra. Seja pela pressão da burocracia interna ou dos sindicatos,

seja por verem riscos onde a maioria enxerga apenas benefícios, ministros setoriais podem colocar restrições. Nem a Secretaria de Desestatização, nem o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) parecem ter, hoje, força suficiente para superar impasses surgidos na máquina pública, mesmo quando há diretriz clara das instâncias políticas mais altas. Dar carta branca a alguém para executar decisões difíceis faria grande diferença na obtenção de resultados e cumprimento de cronogramas.

Não há que se temer a agenda de privatizações. Onde elas ocorreram, deu muito mais certo do que errado: da siderurgia à Embraer, da distribuição de energia elétrica à telefonia. Mas de nada adianta queimar etapas e inflar planos ou anúncios que não saem do discurso. Objetividade, estudos consistentes, marcos legais confiáveis e poder decisório nas mãos de um bom capitão são imprescindíveis.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

De música a podcast, tem no Spotify

SPOTIFY

LINK PATROCINADO

Multifuncional Tanque de Tinta HP Smart Tank 517 Wireless - Impressora, Copiadora e Scanner

R\$ 1.199 - CASAS BAHIA

LINK PATROCINADO

Fale com um consultor e acerte na escolha

MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Compre com bônus de até R\$ 15 mil!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Uma escova perfeita começa com um bom secador. Compre aqui o melhor secador

GA.MA ITALY

Rio vive ciclo de piora social e futuro mais pobre é ameaça

Para especialistas, piora de indicadores pode ser revertida com gestão e persistência política

Por **Bruno Villas Bôas** — Do Rio

28/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas





Marcelo Neri, diretor do FGV Social: Rio precisa de mudanças para evitar “futuro pobre”, após “passado glorioso” — Foto: Divulgação

Com a decadência econômica e política ao longo dos anos, os desafios sociais do Rio de Janeiro tornaram-se crescentes - e as saídas, cada vez mais complexas. Expansão de favelas, piora do emprego e da desigualdade, rede pública de ensino mal avaliada e uma periferia metropolitana pobre, além do sistema de saúde que mostra fragilidades na pandemia.

Na terceira parte da série de reportagens sobre o Rio, o **Valor** ouviu nove especialistas em temas do campo social - como renda, habitação, mobilidade, educação, saúde e segurança - para dimensionar os problemas e apresentar possíveis caminhos. A boa notícia é que existem soluções, mas que exigem longos processos e esforço político.

Diretor do FGV Social, o economista Marcelo Neri afirma que, se nada for feito para mudar a rota de decadência exibida nos últimos anos, o conceito do Rio de Janeiro como “cidade partida”, popularizada pelo livro-reportagem do jornalista Zuenir Ventura, não será apenas sobre o “morro” e o “asfalto” (pobreza e riqueza), mas também sobre um passado glorioso e o futuro pobre.

Indicadores sociais

Posição do Estado do Rio nos ranking nacionais



Desemprego

5ª maior taxa de desemprego do país, de 16,4% no segundo trimestre deste ano, acima da média nacional (13,3%)



Violência

11ª maior taxa de morte violenta intencional em 2018 (39,1 mortes por 100 mil habitantes), pior do que a média nacional (27,5)



Desigualdade

11ª maior desigualdade de renda em 2019, com índice de Gini (0,551), pior do



Educação

20ª posição no ranking do Ideb 2019, considerando as escolas da

2017, com índice de Gini (0,551), pior do que Estados do Sul e Sudeste e da média nacional (0,543)



Favelas

5º maior proporção de aglomerações subnormais em 2019, com 12,6% dos domicílios em favelas, atrás de Estados como Amazonas (34,6%)



Informalidade

6ª menor taxa de informalidade do país em 2019, de 33% dos ocupados no segundo trimestre, abaixo da média nacional (36,9%)

2017, considerando as escolas da rede pública do Estado do Rio, com 3.5 pontos



Saneamento

2ª posição em número de domicílios ligados à rede de esgoto, com 90,3% das residências conectadas, atrás de São Paulo (92,6%)



Jovens

23,5% dos jovens de 15 a 29 nem estudam, nem trabalham ("nem nem"), pior do Sul e Sudeste e acima da média nacional (23%)

Fonte: IBGE, Atlas da Violência, FGV Social, Ideb

“Os indicadores sociais do Rio tiveram desempenho inferior ao do restante do país a partir dos anos 1970, o que tem a ver com a perda da capital federal anos antes. Houve até um período de melhora, com investimentos e empregos para sediar a Olimpíada de 2016. Depois, voltamos a descer a ladeira”, diz Neri, um dos principais especialistas do país em desigualdade.

Com o fim dos Jogos Olímpicos e a recessão nacional, a taxa de desemprego do Estado do Rio cresceu aceleradamente e atingiu 16,4% no segundo trimestre deste ano, a quinta maior do país. O choque inicial da pandemia de covid-19 influenciou o recente incremento do desemprego, mas o Estado do Rio já exibia indicadores piores do que a média nacional mesmo antes.

A perda de empregos foi maior entre trabalhadores menos qualificados. Desta forma, a desigualdade de renda do Estado do Rio era a 11ª maior do país em 2019, com índice de Gini de 0,551 - o índice varia de zero a um, sendo zero a igualdade perfeita. É o pior resultado nas regiões Sul e Sudeste, além de ficar acima da média nacional (0,543).

As razões para esse elevado desemprego foram mostrados na primeira reportagem da série, sobre a crise economia fluminense e suas saídas. Especialista em mercado de trabalho, Bruno Ottoni, da consultoria IDados, diz que, além das medidas para diversificar e reaquecer a economia, ações pontuais podem ajudar a melhorar os indicadores de emprego.

“

Os indicadores sociais do Rio de Janeiro tiveram desempenho pior que o país a partir dos anos 1970”

“Dadas as dificuldades fiscais locais, é possível pensarmos em políticas que não sejam caras. Um exemplo é criar uma plataforma virtual de candidatos e vagas, que incluam o setor formal e informal, alocando melhor as pessoas”, diz Ottoni. “É também possível incentivar a formalização, com programa de simplificação de abertura de empresas.”

Como outras grandes capitais, a expansão urbana do Rio foi caótica e criou uma região metropolitana espraiada, repleta de problemas urbanísticos, inclusive em saneamento básico (tema da próxima reportagem da série do Rio). São desarranjos potencializados pela complexa geografia de mar e montanha - a mesma que torna a paisagem do Rio tão exuberante.

A favela é a face mais visível desse problema. Surgidas no fim do século 19 com o retorno de soldados da guerra de Canudos ao Rio, elas ainda estão em expansão, um século depois. Em 2017 e 2018, o aumento foi de 361 mil e 246 mil metros quadrados, respectivamente. São as maiores altas desde 2008, segundo o Instituto Pereira Passos (IPP), ligado à prefeitura do Rio.

O urbanista Washington Fajardo acredita que o poder público desistiu de buscar soluções para as comunidades nos últimos anos, embora existam boas práticas possíveis de serem exploradas. Uma delas foi o Favela Bairro, programa da primeira gestão de César Maia na prefeitura do Rio, nos anos 1990. O programa levou infraestrutura para as favelas, como urbanização, criação de creches e postos de saúde.



O Rio combina o desafio de vencer o tráfico e a milícia, que é o próprio Estado, o mais complexo dos desafios”

“O Favela Bairro foi uma referência internacional, embora incompleta porque, à medida que as favelas ganhavam infraestrutura, a densidade populacional crescia, verticalmente e horizontalmente”, diz Fajardo. Ele afirma que as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) também foram experiências incompletas. “Pecou ao não realizar políticas de urbanização, moradias e serviços.”

Para ele, são necessárias múltiplas ações para enfrentar e atacar o déficit habitacional. Uma iniciativa seria converter “vazios urbanos” na região central da cidade em moradias populares. É o caso da região da Leopoldina, no centro, além de localidades em decadência industrial, como Benfica. Outra resposta seria o aluguel social. “Nenhum lugar do mundo faz política habitacional com solução única”, diz.

Até porque a desigualdade de oportunidades não se limita à distância entre “morro” e “asfalto”. Para o economista Mauro Osório, professor da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a distância seria maior, inclusive, entre a capital e a periferia metropolitana do Rio, que tem municípios entre os piores do país em indicadores sociais.

Dados do Índice de Desenvolvimento Municipal, de 2018, elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), ilustram essa distância. São Gonçalo (0,6189), Queimados (0,6048), Belford Roxo (0,5963) e Japeri (0,5816) são exemplos de municípios do entorno do Rio com desenvolvimento bem inferior à mediana nacional (0,6743). Na capital fluminense, o IDHM é de 0,7886.

Osório acredita que o subdesenvolvimento do periferia está relacionado ao fato de a cidade do Rio ter sido a capital do país até 1960 e, posteriormente, do Estado da Guanabara, que durou até 1975 e correspondia ao atual município do Rio. Segundo ele, todo imposto gerado na cidade ficava na cidade, limitando investimentos nos municípios de seu entorno.

“As pessoas moram na periferia, mas trabalham no Rio, geram imposto para o município do Rio. A periferia da região metropolitana do Rio é a mais precária entre todas as periferias metropolitanas do Sul e Sudeste do país”, afirma Osório, para quem é preciso, portanto, ampliar o debate sobre o desenvolvimento regional e também dos estímulos à boa política.

São problemas que legaram um déficit de mobilidade, que seria ainda maior sem os investimentos realizados para a cidade sediar os Jogos Olímpicos de 2016. Foram R\$ 15 bilhões em linha de metrô, corredores exclusivos de ônibus (BRTs) e veículos leves sobre trilhos (VLTs). Mesmo assim, encurtar a distância entre periferia e centro permanece um problema.

Bernardo Serra, gerente de políticas públicas do Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP), explica que a mobilidade urbana é uma ferramenta para desconcentrar acesso a oportunidades e a equipamentos públicos. “O emprego está no centro do Rio, mesmo o informal. Melhorar deslocamentos é distribuir oportunidades”, afirma o especialista.

Por isso, ele estuda meios de reduzir o trânsito da região metropolitana. Com base em dados de GPS dos ônibus, identificou 90 quilômetros de trechos problemáticos. “Desses trechos que identificamos, metade já tinha alguma proposta de solução. Planos já foram feitos, já existem. Parte do problema está na execução das políticas”, explica Serra.

Há muito a ser feito também na educação fluminense. Dados da assessoria fiscal da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) mostram que o Estado tem só dois municípios entre os mil melhores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) dos anos iniciais do ensino fundamental. Dos municípios com mais de 100 mil habitantes do Sul e Sudeste, os dez piores são do Estado do Rio.

Claudia Costin, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (CEIPE) da Ebape/Fundação Getúlio Vargas (FGV), diz que os resultados ruins da educação das cidades fluminenses são uma combinação de fatores sócio-econômicos com a gestão ruim da rede pública de ensino. Para ela, a política é fundamental na educação.

“Educação, para funcionar bem, demanda sistema político que olha para educação como política de Estado, e não do governo. Isso significa, na prática, desde escolha de secretários, com combinação que não é muito frequente de alguém que entenda de educação e gestão de política pública”, afirma Costin, que foi secretária municipal de Educação da prefeitura do Rio.

Melhorar a qualificação é um dos caminhos da empregabilidade dos jovens. Sérgio Guimarães, diretor do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS), diz que existem 300 mil pessoas na cidade do Rio, de 15 a 29 anos, que não estudam nem trabalham, os chamados “nem nem”, fenômeno nacional que se repete na cidade.

Para ele, o problema vai além da formação escolar tradicional. As empresas teriam vagas, mas não encontram jovens com habilidades sócio-emocionais para preenchê-las, acredita. Para Guimarães, faltam “soft skills” - habilidade em interações e compromissos. “Faltam ambas as competências e não tem política de capacitação para lidar com isso”, afirma.

Existem boas práticas que podem ser copiadas nesse campo. Além de programas baseados no esporte, ele chama atenção para o programa “Becoming a man” (“Tornando-se homem”, na tradução literal), em Chicago (EUA), focado em jovens em situação de risco. O programa melhora habilidades emocionais, escolares e reduz casos de violência entre os jovens.

Os problemas sociais também dizem respeito, afinal, à segurança. Estatísticas colocam o Estado Rio na 11ª posição de taxa de morte violenta intencional em 2018 (39,1 mortes por 100 mil habitantes), pior do que a média nacional (27,5). Para Daniel Cerqueira, conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a taxa não reflete a “complexidade” do problema.

Cerqueira diz que o Rio conseguiu reduzir as estatísticas de homicídios a partir de 2003, ano do Estatuto de Desarmamento. Em 2008, a primeira UPP foi implantada na favela Dona Marta, zona Sul do Rio. Os indicadores passaram por período de piora com os problemas fiscais, entre 2015 e 2016.

“A tendência de queda da violência retornou nos últimos anos, mas o Rio combina o desafio de vencer o tráfico e a milícia, que é o próprio Estado, o mais complexo dos desafios”, diz Cerqueira. “Enfrentar a criminalidade começa por um expurgo radical de maus policiais, atuar com contrainteligência contra milícias, reequipar a Polícia Civil”, diz Cerqueira.

Os desafios são outros na área da saúde. Miguel Lago, diretor-executivo do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS), diz que a oferta de leitos hospitalares da cidade do Rio estaria até acima da média nacional. Mesmo assim, a saúde do Rio vai “muito mal” e a pandemia escancara isso.

O Estado do Rio tem uma das maiores mortalidades por covid-19, de 103 óbitos por 100 mil habitantes. Parte é explicada pela maior proporção de idosos. Ele culpa também a falta de lideranças locais em saúde. “O Rio piorou na atenção básica, que vem antes do atendimento no hospital, o que dificulta o trabalho de convencimento do isolamento social. O Rio quer, por exemplo, debater abertura de estádio de futebol”, afirma Lago. **(Colaborou Rodrigo Carro, do Rio)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Fale com um consultor e acerte na escolha
MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Multifuncional Tanque de Tinta HP Smart Tank 517 Wireless - Impressora, Copiadora e Scanner
R\$ 1.199 - CASAS BAHIA

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.
MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Compre sua Sprinter e pague em 36x
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Quando o zumbido não para faça isso agora
TINNITUS PRO

Ganho social é lento nas campeãs de royalties, mostra estudo

Municípios que mais recebem verba do petróleo no Estado do Rio têm pouco avanço nos indicadores sociais

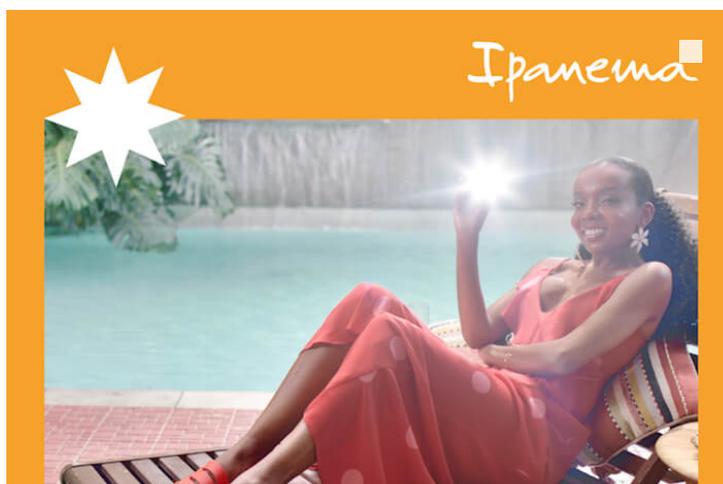
Por Bruno Villas Bôas — Do Rio

28/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

Com o desenvolvimento dos campos do pré-sal e a produção de petróleo e gás na Bacia de Campos, dez municípios do litoral fluminense receberam, somados, R\$ 41,5 bilhões em recursos de royalties e participações especiais na última década (de 2010 a 2019).

Distantes do drama fiscal vivido nos últimos anos, os municípios, em geral, melhoraram indicadores sociais em relação ao que exibiam dez anos atrás. O avanço, porém, foi lento e insuficiente para que conseguissem alcançar metas externas e referências internacionais.

A conclusão faz parte de um levantamento da consultoria Macroplan, obtido pelo **Valor**, com dez indicadores sociais dos dez municípios fluminenses que mais recebem royalties e participação especial nos últimos dez anos. São dados de áreas como educação, mortalidade infantil, saneamento e violência.



Entre esses municípios, estão Campos dos Goytacazes, Macaé e Rio das Ostras, com receitas geradas a partir da produção de petróleo e gás da Bacia de Campos. E também Maricá e Niterói, que se destacam entre os que recebem recursos do desenvolvimento de áreas do pré-sal.

O município que mais recebeu royalties e participações especiais nos últimos dez anos foi Campos, no norte fluminense, com R\$ 12 bilhões. Apesar do valor expressivo, a cidade foi a que menos progrediu. De dez indicadores, apenas seis eram melhores do que há dez anos.

Campos perdeu 31 posições no ranking das séries iniciais do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2017. No Ideb 2019, o município nem sequer teve nota disponibilizada - o que significa que não teve alunos para avaliação ou não apresentou clientela suficiente.

“Campos é um horror, descumpriu as metas do Ideb”, diz Glaucio Neves Fernandez, sócio da Macroplan.

Segundo ele, os municípios privilegiam o uso dos royalties em investimentos em infraestrutura como construção de escolas, em detrimento de melhorar a qualidade da educação. Ou seja, pintam as paredes e colocam ar-condicionado, mas falham na gestão do aprendizado.

“É uma visão de curto prazo. Os prefeitos preocupam-se com o ciclo político. Construir a escola, pintar a parede, dá visibilidade. Para a criança, o mais importante é que a escola seja boa e ela aprenda”, afirma ele.

O município de Angra dos Reis, no sul fluminense, recebeu R\$ 1,1 bilhão nos últimos dez anos. Dos dez indicadores sociais analisados, apenas três estavam melhores do que a média do Estado do Rio. A taxa de homicídio local era de impressionantes 81,3 por 100 mil habitantes.

Fernandez diz que a atribuição pela segurança pública é do governo estadual, mas os municípios estão cada vez mais envolvidos no tema e há muito que pode ser feito na esfera municipal. “Existe videomonitoramento, guarda municipal, contenção de evasão escolar”, resume.

O município que mais avançou nos últimos dez anos foi São João da Barra, no norte fluminense, com melhora em nove de dez indicadores. Oito desse indicadores estão melhores do que a média nacional, como proporção de nascidos vivos e saneamento básico.

Cabo Frio, Rio de Janeiro e Casemiro de Abreu completam a lista dos dez municípios que mais recebem royalties da pesquisa.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Garanta o presente de Dia das Crianças aqui
RIACHUELO

LINK PATROCINADO

Multifuncional Tanque de Tinta HP Smart Tank 517 Wireless - Impressora, Copiadora e Scanner
R\$ 1.199 - CASAS BAHIA

LINK PATROCINADO

Embarque pela porta da frente na Van 19+1!
MERCEDES-BENZ NOVA SPRINTER

LINK PATROCINADO

Fale com um consultor e acerte na escolha
MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Compre com bônus de até R\$ 15 mil!
MERCEDES-BENZ VANS

Trump ficou vários anos sem pagar IR, diz o "NYT"

Presidente dos EUA nega dados revelados ontem pelo jornal americano, mas continua se recusando a divulgar as suas declarações de imposto de renda

Por **Agências Internacionais** — De Washington

28/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

O presidente dos EUA, Donald Trump, pagou apenas US\$ 750 de imposto de renda federal no ano em que concorreu à presidência e em seu primeiro ano na Casa Branca, de acordo com uma reportagem de ontem do jornal americano "The New York Times". Trump negou os números, mas manteve sua posição de não divulgar suas declarações de imposto de renda.

Trump, que é o único presidente dos EUA em décadas a não divulgar as suas declarações de imposto de renda e que tem ido à Justiça para evitar ter de fazê-lo, não pagou imposto de renda federal em 10 dos 15 anos até 2017, diz o "NYT".

Ele fez campanha para o cargo explorando sua imagem de bilionário do mercado imobiliário e de empresário de sucesso, mas suas declarações mostram constantes prejuízos nos seus negócios.

Trump encontrou várias maneiras de reduzir seus impostos. Ele fez deduções fiscais em despesas pessoais, como moradia, avião e US\$ 70 mil para pentear o cabelo enquanto gravava o reality show "O Aprendiz". As perdas nos negócios imobiliários pertencentes e administrados exclusivamente por Trump parecem ter compensado a receita de sua participação no programa.

Falando em entrevista coletiva na Casa Branca, Trump chamou a reportagem uma "notícia falsa" e disse que pagou impostos, mas não deu detalhes sobre isso.

A revelação, que o "NYT" disse vir de dados de impostos de Trump que o jornal obteve ao longo de duas décadas, ocorre em um momento crucial, antes do primeiro debate presidencial, marcado para amanhã, e a cinco semanas de uma eleição contra o democrata Joe Biden, que polariza o país. Duas pesquisas de intenção de voto divulgadas ontem mostram Biden 8 a 10 pontos à frente de Trump.

O presidente prometeu que as informações sobre seus impostos "serão todas reveladas". Mas ele não ofereceu uma data para a divulgação e fez promessas semelhantes durante a campanha de 2016, que ele não cumpriu.

Na verdade, o presidente contestou judicialmente tentativas de acesso às suas declarações, incluindo a da Câmara dos Deputados dos EUA, que foi à Justiça para tentar ter acesso às declarações de impostos de Trump, como parte da trabalho de supervisão do Congresso.

Um advogado e um porta-voz das Organizações Trump não responderam a um pedido de comentário da Associated Press sobre a matéria do "NYT". O advogado, Alan Garten, disse ao "Times" que "a maior parte, senão todos os dados parecem ser imprecisos".

Ele disse, num comunicado, que o presidente "pagou dezenas de milhões de dólares em impostos pessoais ao governo federal, incluindo milhões desde o anúncio de a sua candidatura em 2015".

No primeiro debate das eleições de 2016, a candidata democrata, Hillary Clinton, disse que talvez Trump não estivesse divulgando suas declarações de impostos porque não pagou nada. Trump a interrompeu para dizer: "Isso me torna mais esperto".

mercado

Lei para demissão de servidor por mau desempenho está parada há 22 anos

Projeto de 1998 já passou na Câmara, foi alterado pelo Senado e aguarda reanálise de deputados

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Quatro pesquisadores do Insper propõem que as discussões sobre a reforma administrativa incluam a regulamentação do artigo da Constituição que prevê a perda de cargo público por insuficiência de desempenho.

Um projeto neste sentido está em discussão no Congresso há 22 anos, sem que tenha sido concluído até agora.

Segundo eles, para além da questão fiscal, a reforma deve tratar de incentivos aos bons servidores, que devem ser chamados a debater a questão e construir um modelo, junto com o Legislativo, que possa valer para todas as esferas de governo e para os funcionários públicos já contratados.

Uma proposta destacada pelos autores é o projeto do ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, enviado ao Congresso em 1998 pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele chegou a ser aprovado pela Câmara, foi modificada pelo Senado e está à espera de uma nova avaliação dos deputados desde 2007.

Citam também o projeto de lei do Senado 116/2017, da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), que chegou a ser aprovado em duas comis-

sões e está pronto para votação em plenário desde agosto de 2019. Nesse caso, os autores afirmam que a proposta é mais detalhada e que se aplicaria mais ao funcionalismo federal, e não a outros níveis.

A Constituição Federal prevê, desde 1998, a possibilidade de demissão de servidores públicos por insuficiência de desempenho. O texto constitucional também determina que o Congresso deve aprovar lei complementar que regulamente essa questão, algo que tem sido adiado desde então.

No início de setembro, o Ministério da Economia apresentou uma reforma administrativa que mexe novamente na Constituição e deixa para um segundo momento a regulamentação de questões como a avaliação de desempenho.

"A Constituição não estabelece uma estabilidade incondicional. A Emenda [19/1998] estabeleceu que 'como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho' e que há possibilidade de perda de cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar. O problema é que essa lei complementar nunca foi aprovada", diz o texto assinado pe-

los pesquisadores do Insper Fernando Schüler, Sandro Cabral, Sergio Lazzarini e Gustavo Tavares.

"É um caso claro de omissão legislativa. Há 22 anos foi aprovada a Emenda 19, e o artigo 41 da Constituição prevê explicitamente a avaliação e demanda que o Congresso faça uma lei regulamentando. O Congresso está descumprindo o mandamento constitucional há 22 anos", afirma Schüler, que também é colunista da Folha.

Ele e os demais colegas afirmam que o projeto do ex-ministro Bresser tem a vantagem de ser mais flexível, o que permitiria aplicá-lo aos servidores de União, estados e municípios, que poderiam adaptar a avaliação de acordo com as especificidades de cada carreira.

Também dizem que os processos de avaliação no setor público nunca terão as características comuns de processos análogos no setor privado.

"Nesse âmbito, as avaliações individuais de desempenho devem refletir objetivos públicos claros e, sempre que possível, mensuráveis e transparentes", afirmam.

Para os autores, o maior desafio nos primeiros anos de implementação do processo é

“A falta desse sistema faz com que alguns maus profissionais não sofram consequências pelos seus atos e deixem o fardo para colegas com maior comprometimento à causa pública”

Fernando Schüler, Gustavo Tavares, Sandro Cabral e Sergio Lazzarini
Pesquisadores do Insper

criar uma cultura de avaliação no setor público brasileiro.

Isso começa por uma estratégia de comunicação que deve reconhecer que há inúmeros exemplos de boas e bons servidores públicos. E que a existência de um sistema de avaliação de desempenho justo e eficaz é do interesse desses profissionais também.

"A falta desse sistema faz com que alguns maus profissionais não sofram consequências pelos seus atos e deixem o fardo para colegas com maior comprometimento à causa pública", afirmam.

O pesquisador Gustavo Tavares diz que a forma como a reforma do governo está sendo apresentada, segundo uma estratégia de comunicação mais crítica aos servidores e sem que esses tenham participado da elaboração das novas regras, contribuiu para causar resistências.

"Quando você cria esse sentimento de caça às bruxas, até o bom servidor deixa de apoiar a reforma e não vê o valor de uma proposta que pode ser boa para ele. Tem de ficar claro que ela [avaliação de desempenho] será de interesse dos bons servidores", afirma Tavares.

"A PEC [do governo] está muito confusa, mistura mu-



tas coisas. Foi feita sem muito diálogo. Essa forma demonstra o funcionário público. É necessário ter foco no que é essencial", diz Sandro Cabral.

"Ser humano responde a incentivo, e incentivo é recompensa e punição. Aquele que não produz mais não pode ser recompensado com salário vitalício. É um tema que independe do espectro ideológico. Deveria unir gente de direita e esquerda", afirma.

Sergio Lazzarini diz que há várias iniciativas no setor público de avaliação de desempenho ou atraindo a promoção ou bônus salarial, mas que essas não são incentivos tão poderosos quanto a possibilidade de perda do cargo público. Segundo os pesquisadores, há necessidade de envolvimento, desde já, de representantes dos servidores públicos nas discussões legislativas, para dar mais legitimidade aos projetos, o que facilitará sua futura adesão.

"A simples existência de um sistema de avaliação de desempenho não garante melhoria de resultados. É necessário que esse sistema seja reconhecido por todos os envolvidos como legítimo, justo e voltado, verdadeiramente, à melhoria do serviço público", afirmam os quatro autores.

Reforma levanta debate sobre tributação de advogados

SÃO PAULO Embora as propostas de reforma da tributação do consumo tenham o apoio de muitos tributaristas, a alíquota única para todos os bens e serviços tem sido criticada por alguns desses profissionais, inclusive pelo Conselho Federal da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

As reformas em discussão no Congresso atingem pessoas jurídicas, inclusive escritórios de advocacia, que estão no regime do lucro presumido (limite de faturamento de R\$ 78 milhões/ano) ou lucro real (acima desse patamar).

Não são alteradas as alíquotas de quem está no Simples (limite de faturamento de R\$ 4,8 milhões). Advogados que atuam como pessoa física são tributados pela tabela do Imposto de Renda, tributo que não faz parte das três propostas em discussão no Congresso, que tratam de impostos sobre o consumo.

O projeto do governo federal unifica o PIS e a Cofins em uma CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) não-cumulativa, ou seja, com direito a crédito. A proposta apresentada pela Câmara unifica três tributos federais (IPI, PIS e Cofins), um estadual (ICMS) e um municipal (ISS). A do Senado trata de nove tributos.

Em geral, os prestadores de serviços, incluindo escritórios de advocacia, são tributados com PIS/Cofins de 3,65% (lucro presumido) e até 9,25% (lucro real) sobre as receitas. O ISS (imposto sobre serviços) varia de acordo com o município, podendo ser uma alíquota de até 5% ou um valor fixo por número de profissionais no escritório. Não há tributação de IPI e ICMS, que são impostos sobre produtos, e não serviços.

Há ainda a cobrança de IRPJ/CSTL, sobre o lucro, tributos que não entram nessas propostas de reforma.

A carga total de um escritório no lucro presumido ficaria entre 15% e 20%, abaixo das alíquotas de quem é tributado na tabela progressiva do IRPF, o que gera críticas de que esses profissionais se-

Declarações de recebedores de lucros e dividendos



Fonte: Publicação "Grandes números da DIRPF 2019 - Ano-Calendário 2018", da Receita Federal

riam pouco tributados.

Resolver essa questão via mudanças na tributação do consumo, no entanto, pode provocar outras distorções.

O advogado Eduardo Perez Salusse, da Salusse, Marangoni, Parente, Jabur Advogados, afirma que a mudança na tributação do consumo não deve afetar a maioria dos advogados, que estão no Simples. Ele calcula que alguns escritórios que estão no lucro real e presumido podem até ser desonerados com a reforma.

"As sociedades que estão no regime do lucro presumido são submetidas a uma tributação de PIS/Cofins de 3,65%. Elas questionam que uma CBS na base de 12% sobre receita é muito maior. Só que as sociedades de advocacia que faturam mais de R\$ 4,8 milhões por ano têm como clientes, preponderantemente, grandes empresas", afirma Salusse.

No regime atual, segundo ele, a despesa com advogados não gera nenhum tipo de crédito aos seus clientes. Ou seja, os 3,65% são apenas custo.

No novo regime, algumas empresas poderiam aproveitar esses créditos para pagar menos impostos.

"Para cada R\$ 1.000 que faturar para uma empresa, tenho de pagar R\$ 36,50. Vou cobrar no meu bolso R\$ 963,50. O cliente paga R\$ 1.000 e não tem crédito."

No novo regime, com 12% calculados por fora, os mesmos R\$ 1.000 pelo serviço gerariam um tributo de R\$ 120, totalizando um custo de R\$ 1.120 para o cliente. O escritório receberia então R\$ 1.000, sem impostos.

Se o cliente for uma pessoa jurídica do lucro real ou presumido, pode usar o R\$ 120 para reduzir o pagamento de tributos e manter o seu custo de

“Para uma empresa, o meu serviço não é considerado hoje como insumo para a atividade dele, mas vai passar a ser. É possível que as hipóteses de crédito para o meu cliente se ampliem”

Patrícia Azevedo
Advogada tributária do Kincaid Mendes Vianna Advogados

R\$ 1.000 pelo mesmo serviço.

Se o advogado calcular o valor da fatura com o objetivo de receber os mesmos R\$ 963,50 atuais, a não cumulatividade do tributo geraria um ganho para o cliente. Ele pagaria R\$ 1.079,12 (preço com imposto), mas teria um custo efetivo de R\$ 963,50 após compensação do crédito tributário.

"Esse mecanismo, sem restrições para uso de crédito, faz com que este imposto que está no meio da cadeia desapareça. Eu tiro um componente de custo do meio da negociação, que vai ser arcado por um ou por ambos. Eu vou custar menos para o cliente ou vai me sobrar mais, por conta do crédito que eu vou gerar."

Salusse diz que o valor pode ser reduzido ainda mais se for considerado o crédito tomado pelo próprio escritório, ao descontar o imposto de gastos com fornecedores de informática, material de escritório, seguro, aluguel, energia e contabilidade, por exemplo.

Há situações em que haveria oneração, segundo o advogado, como na prestação de serviços por parte de grandes escritórios para cliente pessoa física ou para empresas incluídas no Simples, que não têm direito a utilizar esse crédito.

Nestes casos, os 12% propostos pelo governo vão representar aumento de custo para o consumidor final. Por isso, ele vê a possibilidade de que alguns escritórios operem com um segundo CNPJ no Simples para atender esse tipo de cliente.

No mês passado, o Conselho Federal da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) propôs alterar alguns pontos da reforma tributária do governo federal, incluindo o aumento escalonado da alíquota da nova contribuição para profissionais liberais até 2026, sendo 4,5% em 2021 com aumento de 1,5 ponto percentual por ano.

A ideia é reduzir o impacto da mudança e permitir o ajuste de contratos já firmados. De acordo com o Conselho, o repasse de um aumento de tributos não é automático e garantido, pois muitos con-

tratos em andamento prevêm que o imposto corre por conta do prestador, e não do contratante, mesmo em casos de alteração de alíquotas.

Patrícia Azevedo, advogada tributária do Kincaid Mendes Vianna Advogados, diz que a questão do repasse do aumento do valor total do serviço dependerá do sistema de tributação do escritório e de quem é o cliente.

"Para uma empresa, o meu serviço não é considerado hoje como insumo para a atividade dele, mas vai passar a ser. É possível que as hipóteses de crédito para o meu cliente se ampliem. Tem de olhar a operação dele como um todo para ver se de fato o que ele tem de crédito compensa o aumento de alíquota", afirma.

"Tudo depende da cadeia. Se o serviço estiver sendo contratado por uma pessoa física, não tem jeito."

Eduardo Muniz Machado Cavalcanti, coordenador jurídico da Frente Parlamentar em Defesa do Setor de Serviços, diz que todo o setor será muito onerado, seja pelo aumento de alíquota do PIS/Cofins proposto pelo governo federal ou pela inclusão de outros tributos previstos nas propostas do Congresso.

A Frente defende uma alíquota diferenciada para todos esses prestadores, não só advogados.

"O setor de serviços, que nessa cadeia não tem muitos insumos para diminuir sua base de incidência, será muito onerado, um impacto de 100%, 150%. Profissionais liberais que têm alta carga de entrega intelectual serão ainda mais tributados", afirma.

Sobre a possibilidade de repasse ao preço e aproveitamento do crédito, Cavalcanti afirma que isso não vale para todos os serviços e que será algo a ser negociado com o cliente, no caso dos escritórios.

"Sabendo que o tomador vai se beneficiar do crédito, ele vai aumentar o preço, mas aí é uma questão de mercado, depende da elasticidade da demanda."

Continua na pág. A18

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha

paineis@grupofolha.com.br

Paciência

O mutirão do emprego do Vale do Anhangabaú, que costuma formar filas quilométricas no centro de São Paulo, mas neste ano será virtual, bateu o recorde de vagas. O evento começa nesta segunda-feira (28) pelo site do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo e vai oferecer 10.271 postos de trabalho, segundo os organizadores. É quase metade do volume total dos quatro mutirões do Anhangabaú anteriores, que ofereceram, juntos, aproximadamente 22 mil vagas.

RECOMEÇO O alto número de vagas pode ser um sinal de que as empresas estão repondo as demissões e acreditando na recuperação da economia, segundo a UGT (União Geral dos Trabalhadores), que realiza o evento em parceria com os sindicatos dos comerciantes, dos serviços de limpeza e dos padeiros, além da secretaria de emprego do estado.

CARTEIRA ASSINADA O mutirão começa nesta segunda (28) e vai até sexta-feira (2), com uma plataforma para o cadastro de currículos no site. Neste ano, em que pela primeira vez o processo vai ser feito online por causa da pandemia, os selecionados serão procurados diretamente pelos empregadores interessados.

MÃO DE OBRA A plataforma também oferece cursos de qualificação profissional. A falta de capacitação dos candidatos costuma dificultar o preenchimento das vagas.

PIUIABACAXI O Ministério Público Federal abriu inquérito para apurar uma suposta irregularidade na poluição sonora causada pelo barulho excessivo das buzinas das locomotivas da Rumo no trecho da ferrovia na área urbana do município de Matão (SP).

SOM A Rumo diz que não mudou o padrão do uso da buzina e suas operações seguem a lei que obriga a acioná-la, como acontece em ferrovias do mundo todo. Diz também que é essencial para a segurança de trens, veículos e pessoas perto das linhas. Segundo a empresa, os maquinistas são treinados e auditados para seguir o procedimento correto.

CONTÁGIO Cerca de 98% dos entrevistados em uma pesquisa do DataFavela relatam que conhecem alguém que já foi infectado pelo coronavírus. O levantamento abordou 3.800 pessoas em 70 favelas na segunda semana de setembro. Aproximadamente 13% dizem ter sido contaminados, enquanto outros 28% não sabem dizer se foram.

RENDA Ainda segundo a pesquisa, 84% dos entrevistados dizem que estão ganhando metade ou menos do que recebiam antes da pandemia.

com Arthur Cagliari e Isabela Bolzani

A HORA DO CAFÉ | Fabiane Langona



Reforma levanta debate sobre tributação de advogados

Continua da pág. A17

No caso da reforma mais ampla que a do governo, com a inclusão do ISS, ele avalia que o impacto será ainda maior, pois várias administrações, entre elas o município de São Paulo e o Distrito Federal, têm regimes diferenciados de ISS, com um valor anual por advogado vinculado ao escritório.

Dois advogados que não quiseram se identificar afirmam que a classe é atualmente pouco tributada no Brasil, algo que ocorre com todos os prestadores de serviços.

Um deles cita os dados do Imposto de Renda que mostram os advogados como os profissionais recebedores de lucros e dividendos e/ou sócios de microempresa com maior percentual de renda isenta de IR (76%). A média entre todas as profissões é de 65%.

Quando se considera também os demais advogados (fora do Simples e que não recebem lucros e dividendos), o percentual de isenção cai para 53%.

Entre todos os brasileiros declarantes de IR, é de 31%.

O coordenador jurídico da Frente Parlamentar afirma que essa questão deve ser discutida por meio de mudanças nos impostos sobre a renda, e não sobre o consumo, cuja carga já é elevada no Brasil para os padrões internacionais.

"Se quer atingir profissionais que estão tendo ganho maior na atividade, que essa discussão se volte para a tributação sobre a renda. Senão vai jogar a conta para o consumidor, que é quem vai acabar pagando", diz Eduardo Cuculo.

Privilégio tributário de profissional liberal precisa ser revisto

OPINIÃO

Daniel Brasil
Auditor fiscal tributário municipal na Prefeitura de São Paulo

Na reforma tributária temos a oportunidade de repensar como a sociedade financia os gastos públicos. Buscamos uma tributação que seja jus-

ta, eficiente e que gere o mínimo de distorções no mercado.

Neste artigo trato de um benefício tributário que há tempos deveria ter sido extinto, mas que perdura há mais de 50 anos, e faz com que profissionais como advogado, médico e engenheiro paguem menos impostos que os demais.

O ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), criado em 1965, tem como base de cálculo o preço do serviço prestado, com alíquota de 2% a 5%.

Acontece que, pouco após a criação do ISS, o Decreto-Lei 406 de 1968 definiu que, quando há responsabilidade pessoal na prestação do serviço, as sociedades profissionais (SUPs) de medicina, enfermagem, fonoaudiologia, medicina veterinária, contabilidade, agenciamento da propriedade industrial, advocacia, engenharia, arquitetura, agronomia, odontologia, economia e psicologia devem pagar um valor fixo do imposto municipal, independente do preço do serviço.

Há longas discussões jurídicas sobre constitucionalidade, vigência e abrangência deste dispositivo legal, mas estas fogem ao escopo deste texto.

Trazendo para a economia, fica fácil compreender porque essa tributação gera distorção. Na cidade de São Paulo, a base de cálculo do imposto é de R\$ 1.830,23 por profissional dessas sociedades. A alíquota, de 2% a 5%, depende do serviço prestado, resultando num ISS de R\$ 36,60 a R\$ 91,51 por mês por profissional.

No Rio de Janeiro o ISS varia de R\$ 85,73 a R\$ 257,20, de acordo com o número de profissionais habilitados. Belo Horizonte segue a mesma lógica, variando o imposto de R\$ 192,28 a R\$ 480,72.

Por exemplo, se um salário de beleza com cinco cabeleiros futura R\$ 50 mil mensais, ele paga R\$ 2.500 de ISS por mês. Já um escritório de contabilidade, com o mesmo faturamento e mesmo número de profissionais que o salão, pagaria apenas R\$ 457 de ISS por mês em São Paulo.

A situação fica ainda mais evidente quando observamos sociedades de maior porte.

[...]

A Prefeitura de São Paulo estima que a cidade deixou de arrecadar R\$ 823 milhões em 2018 em virtude desse benefício tributário. Tendo em vista que, segundo dados do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro, do Tesouro Nacional, a capital paulista arrecada 23,4% do ISS do Brasil, podemos estimar que a renúncia fiscal no país é de cerca de R\$ 3,5 bilhões por ano.

Por que eletricitistas, cabeleiros, diaristas, mecânicos, alfaiates, atores, fotógrafos, programadores, seguradoras, corretores e todos os demais prestadores de serviço pagam ISS sobre todo o faturamento, enquanto sociedades de advocacia e clínicas médicas, que funcionam e faturam como grandes empresas, recebem benefícios tributários?

Acrescenta-se o fato de que as profissões beneficiadas são todas exercidas exclusivamente por profissionais com curso superior, o que já os coloca num estrato privilegiado da sociedade.

Nos 50 anos que se passaram da edição do Decreto-Lei 406, o tema foi debatido em diversas oportunidades no Congresso e na Suprema Corte, porém segue vigente. Agora, no âmbito da reforma tributária, podemos tentar, mais uma vez, corrigir esse erro. Em tempos de recessão econômica, dívida pública elevada, desemprego e congelamento de gastos públicos, não há espaço para manter políticas que, além de gerarem renúncia fiscal, beneficiam os setores mais privilegiados da sociedade.

Líder do governo diz ter fechado proposta de reforma tributária e novo programa social

Daniel Carvalho e Thiago Resende

BRASÍLIA O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), afirmou neste domingo (27) que tanto a proposta do novo carro-chefe dos programas sociais do governo como a de reforma tributária foram fechadas e serão apresentadas ao presidente Jair Bolsonaro e a líderes partidários nesta segunda-feira (28), em uma reunião no Palácio da Alvorada.

No encontro, Bolsonaro e congressistas vão avaliar propostas da equipe econômica para a reforma tributária e reformulação do Bolsa Família. Após sucessivos desgastes com o núcleo político do governo, o ministro Paulo Guedes (Economia) mudou a estratégia e passou a seguir um plano alinhado aos responsáveis pela articulação junto com o Congresso.

Ricardo Barros se reuniu neste fim de semana com Guedes, com o ministro Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo), e aliados de Bolsonaro. Segundo ele, as ideias para um novo programa social e para a reformulação do sistema tributário foram fechadas e agora cabe ao presidente e líderes partidários avaliarem as alternativas formuladas.

Para evitar novos rompantes do presidente, seus auxiliares resolveram só trazer a público detalhes de projetos depois do aval de Bolsonaro. Desde 2019, o governo não consegue

avancar nessas duas frentes: reforma tributária e reformulação do Bolsa Família.

Ambas as discussões já chegaram a ser interrompidas pelo presidente após desgaste envolvendo propostas consideradas impopulares. Apesar da elaboração de diferentes versões, o cardápio tem como base principal medidas que geram resistência no Congresso.

No sábado (26), Guedes e Barros fizeram uma declaração à imprensa. Repetiram que querem, com a reforma tributária, reduzir encargos sobre a contratação de empregados, a chamada desoneração da folha de pagamentos.

Para isso, a ideia é reduzir essas cobranças e, em substituição, criar um novo imposto. Dessa forma, a carga tributária se manteria estável. Como parte da nova estratégia, o ministro da Economia tem evitado responder a perguntas e citar a proposta de criar um novo tributo sobre transações, que deve seguir os moldes da antiga CPMF e pode levantar R\$ 120 bilhões por ano.

"Teremos, para apresentar ao presidente Bolsonaro, os textos com as alternativas que ele vai escolher para aumentar a empregabilidade e aumentar o acesso de milhões de pessoas ao mercado de trabalho", disse Barros neste sábado.

Diante da resistência do Congresso a um imposto semelhante à CPME, o governo

Renda Brasil deve virar Renda Cidadã

Interlocutores de Bolsonaro tentaram alinhar a proposta de um novo programa social. A equipe econômica já chegou a sugerir o fim do abono salarial e congelar o salário mínimo por dois anos. Bolsonaro vetou. Mas as discussões continuam. O Renda Brasil, batizado de novo Bolsa Família, foi renomeado para Renda Cidadã. Não foi informado, porém, de onde virão os recursos para ampliar e reformular o Bolsa Família.

busca na reunião desta segunda o apoio do centrão — grupo de partidos que se aproximou do Palácio do Planalto após a liberação de cargos e emendas.

Além disso, o objetivo é testar o apoio das medidas antes de enviar a nova fase da proposta de reforma tributária, o que vem sendo adiado por Guedes.

O governo tem pressa em costurar um acordo. O Congresso pode votar nesta semana o veto de Bolsonaro à medida que estende a desoneração da folha de pagamentos por 17 setores da economia. O benefício reduz encargos trabalhistas para empresas de mão de obra intensiva. Guedes defende que o incentivo fiscal seja amplo, para todas as empresas, e não setorial. Mas a tendência é o Congresso derrubar o veto e decidir pela prorrogação da desoneração dos 17 setores até do fim de 2021.

A equipe econômica tenta convencer o centrão a apoiar a reforma tributária, que substituiria o emprego sobre o contrato de trabalho de forma mais ampla.

Dentro do pacote de medidas a ser apresentado nesta segunda, técnicos do governo devem sugerir também cortes nas contribuições do Sistema S e do Simples Nacional. O plano, que também reduziria custos de contratação, é defendido por Guedes desde o início do governo.

semináriosfolha Impactos da Reforma Tributária no Livro e na Leitura



Quero tranquilizar todos de que a intenção do Congresso é votar uma reforma ampla anexando a CBS. Não vejo possibilidade de a proposta do governo caminhar sozinha

Baleia Rossi
deputado federal
(MDB-SP)



Se a CBS passar da forma como se encontra, teremos o mais duro golpe ao acesso ao livro no Brasil, seja eletrônico ou em papel

Heleno Torres
advogado
tributarista



Não construímos o hábito da leitura. Meu avô, o editor José Olympio, dizia: este é o país do futuro. Hoje digo o mesmo para meus netos porque não conseguimos ser o país do presente

Marcos Pereira
presidente do SNEL



É chegada a hora de fazer a mãe de todas as reformas: a tributária. E, claro, a educação e a cultura têm que estar preservadas

Luiz Carlos Hauly
ex-deputado federal (PSDB-PR)



Viniçius Torres Freire, colunista da Folha, faz a mediação do seminário virtual a partir do auditório do jornal Lucas Seixas/Folhapress

Tributação do livro não será aprovada, afirma deputado

Segundo Baleia Rossi, autor da PEC-45, reforma proposta pelo governo não vai passar de forma isolada

Leonardo Maran

SÃO PAULO Apesar da polêmica que o tema tem gerado, a reforma tributária que está em discussão no Congresso Nacional não deve acabar com a isenção de tributos sobre o livro no Brasil, afirmou o deputado federal Baleia Rossi (MDB-SP).

Segundo Rossi, o projeto encaminhado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, que cria a Contribuição de Bens e Serviços (CBS), não será aprovado de forma isolada. O deputado é autor da PEC 45 (Proposta de Emenda à Constituição), que propõe unificar cinco impostos federais, estaduais e municipais (IPI, PIS, Cofins, ICMS, ISS) em um único IBS (Imposto sobre Bens e Serviços). A proposta, que tramita na Câmara, mantém a imunidade do livro.

Baleia Rossi deu a declaração no debate que abriu o seminário virtual Impactos da Proposta de Reforma Tributária no Livro e na Leitura, realizado nesta quinta-feira (24). O novo imposto proposto pelo governo leva a uma tributação de 12% dos livros, hoje isentos de PIS, Cofins e de imunidade de impostos garantida pela Constituição.

O setor livreiro iniciou uma campanha contra a proposta, sob o argumento de que ela dificultará o acesso à leitura e atingirá uma indústria já fragilizada pela crise econômica e a pandemia.

Segundo Baleia Rossi, o fim da isenção e outros pontos da reforma podem ser revisados. "Quando o governo mandou a proposta da CBS, que impacta setores importantes, tive muita preocupação por que parecia ser uma mudança muito simples e que não traria o resultado necessário."

Para o deputado, o livro é a porta de entrada da cultura e da educação. "Não é razoável fazer uma reforma tributária que aumente o preço dos livros. Se precisar, nosso relator, o deputado Aguiñaldo Ribeiro (PP-PB), pode tornar isso cada vez mais claro."

O advogado tributarista Heleno Torres, porém, não está seguro que a isenção para livros será mantida. "Esse aumento vai destruir o setor". Torres lembrou que, além de elevar o preço do produto, tanto em sua versão impressa quanto eletrônica, a propos-

Tributação de livros no mundo

Livros impressos e IVA (Imposto sobre Valor Agregado) em 2018

- Taxa padrão de IVA para livros impressos
- Taxa reduzida de IVA para livros impressos
- Taxa zero de IVA para livros impressos
- Não pesquisados



Fontes: International Publishers Association e Federation of European Publishers

Nº de cópias vendidas no setor comercial e educacional/população em 2018

Ranking IDH	País	Nº de cópias vendidas no setor comercial e educacional/população em 2018
15º	Reino Unido	9,8
15º	EUA	7,9
26º	França	6,3
1º	Noruega	3,8
12º	Finlândia	3,7
6º	Islândia	3,7
79º	Brasil	1,67
76º	México	0,98
79º	Colômbia	0,73

Fonte: Carlos Ruggazzo, Pnud, estimativas oficiais da população por país e International Publishers Association

Opinião dos internautas

Acabamos prejudicando toda uma cadeia produtiva, e principalmente intelectual, com o aumento de um chamado 'simples imposto'. Assim como uma gota apenas pode fazer transbordar a água de um copo, a inserção de um imposto para uma classe que não conta com tantos incentivos prejudica nossa cultura para as gerações futuras.

Carlos Baku, escritor
(Carapicuíba - SP)

A Folha disponibilizou um bom debate sobre essa injúria contra os livros e a cultura no Brasil, vindo desse movimento ultraconservador que tenta limitar o acesso das camadas mais populares ao conhecimento e à oportunidade de ascender em capital cultural. Caso o imposto seja aprovado, não teremos nenhum

retorno na democratização do acesso à cultura e todas as editoras e livrarias terão perdas imensuráveis.

Leonardo Ribeiro de Souza, estudante de física
(Campinas - SP)

A reforma tributária é danosa ao livro e à educação. Apesar do ataque à cultura, há esperança através da imaginação e da liberdade, com soluções como a qualificação de professores e mediadores, e o aumento do número de livrarias e bibliotecas públicas e escolares, sem censura e com livros livres. O debate fez um diagnóstico muito bom da situação, seria oportuno termos um espaço maior, com novos debates para discutirmos também as soluções.

Vilker Germano Martins, escritor
(Chapecó - SC)

Livros não são produtos feitos para a elite, concordam debatedores

Everton Lopes Batista

SÃO PAULO Se não fossem os mais pobres, a queda no número de leitores no Brasil seria ainda maior. Essa é uma das constatações da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, iniciativa do Instituto Pró-Livro e do Itaú Cultural que teve seus resultados divulgados neste mês.

Entre 2015 e 2019, a taxa de pessoas que leram pelo menos um livro, ou parte de um livro, nos três meses anteriores à realização do levantamento caiu de 56% para 52%. Enquanto a queda entre os mais ricos foi de 12%, nas faixas de menor poder aquisitivo (classes C, D e E), a redução ficou abaixo dos 4%.

"Essa ideia de que quem lê no Brasil é apenas a elite e, por isso, não tem problema tributar o livro, não corresponde à realidade", afirmou João Leiva, diretor da consultoria Leiva Cultura & Esporte e pesquisador da área cultural, em debate do seminário Impactos da Proposta de Reforma Tributária no Livro e na Leitura.

De acordo com Leiva, conforme a renda vai diminuindo, cai também o acesso a práticas culturais, mas a leitura é atividade que menos apresenta redução. Ana Paula Carneiro, coordenadora de leitura da Biblioteca Comunitária Sete de Abril, em Salvador

A coordenadora explicou que o acervo é obtido, em geral, por financiamento de empresas, que permitem que a gestão possa escolher os livros que serão comprados, diferentemente dos volumes enviados pelo poder público. "Queremos autonomia, assim como o jovem que chega à biblioteca pode pegar o livro que quiser", afirmou.

Para Marisa Lajolo, pesquisadora e professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie, uma leitura sem autonomia de escolha prejudica o desenvolvimento do hábito de ler.

A pesquisadora criticou o programa Conta pra Mim, do Ministério da Educação. Segundo a página da pasta, trata-se de um "programa de estímulo à literacia familiar, ou seja, de leitura pela família para as crianças".

Os livros disponibilizados pelo projeto em formato físico e digital (áudio e texto) são, em sua maioria, de contos tradicionais e estrangeiros, como "A Bela Adormecida" e "O Soldadinho de Chumbo".

"É um projeto de inspiração estrangeira, com textos adaptados, escritos por não profissionais e com uma ilustração muito pobre. São textos higienizados. É uma tragédia para situação da leitura escolar no Brasil", afirmou Lajolo.

Realizado pela Folha, com patrocínio da Abrelivros (Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares), da Câmara Brasileira de Livros (CBL) e do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Snel), o seminário foi transmitido digitalmente na quinta-feira (24), mas as gravações dos debates estão disponíveis no site do jornal.



O livro é um objeto político. Pegar uma obra da Carolina de Jesus, uma escritora negra, e fazer a mediação desse texto para uma jovem negra que não se reconhece nos outros livros faz uma diferença muito grande

Ana Paula Carneiro
coordenadora de leitura da Biblioteca Comunitária Sete de Abril, em Salvador



[O Conta pra Mim, do MEC] É um projeto de inspiração estrangeira, com textos adaptados, escritos por não profissionais e com ilustração muito pobre. São textos higienizados. É uma tragédia para a leitura escolar no Brasil

Marisa Lajolo
pesquisadora e professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie



Uma parte significativa do consumo de livros é feito por pessoas que não fazem parte da elite do país

João Leiva
diretor da consultoria Leiva Cultura & Esporte e pesquisador da área cultural

REFERÊNCIA

Parceria Público-Privada evolui no Ranking do Saneamento 2020

Piracicaba (SP) é a 1ª colocada nos índices de atendimento total de esgoto

Desde 2009, o Instituto Trata Brasil, em parceria com a GO Associados, divulga o Ranking do Saneamento Básico – 100 Maiores Cidades do Brasil. O estudo aborda os indicadores de água e esgotos nas maiores cidades do país, com base nos dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), divulgado anualmente.

Na última edição, o levantamento destacou, por mais um ano, o município de Piracicaba (SP), onde a universalização do esgotamento sanitário é uma realidade. A cidade paulista foi a 1ª colocada nos índices de atendimento total de esgoto, com 100% de cobertura. No ranking geral, que engloba todos os fatores técnicos, o município também foi reconhecido, subindo da oitava posição, em 2019, para a sexta, em 2020.

“A Parceria Público-Privada (PPP) firmada em 2012 com o Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba (Semae) é uma das experiências exitosas de PPP da Aegea Saneamento e Participações”, explica Rogério Tavares, vice-presidente de Relações Institucionais da empresa. Em apenas dois anos, a operadora universalizou o acesso à coleta e ao tratamento de esgoto e, desde maio de 2020, vem dando continuidade a investimentos em 17 regiões vulneráveis do município, ainda em fase de regularização fundiária e urbanização. Além disso, já concluiu a instalação de 5.278 metros de rede coletora em comunidades carentes, tendo em vista a necessidade de aceleração do projeto em função da suscetibilidade dessa população durante o isolamento social para combater a pandemia do novo Coronavírus. As obras, cuja conclusão está prevista para novembro, visam beneficiar cerca de 7 mil moradores dessas regiões. No total, a PPP Piracicabana atende cerca de 400 mil pessoas, gerenciando a rede em tempo real, 24 horas por dia, pelo Centro de Controle Operacional (CCO).

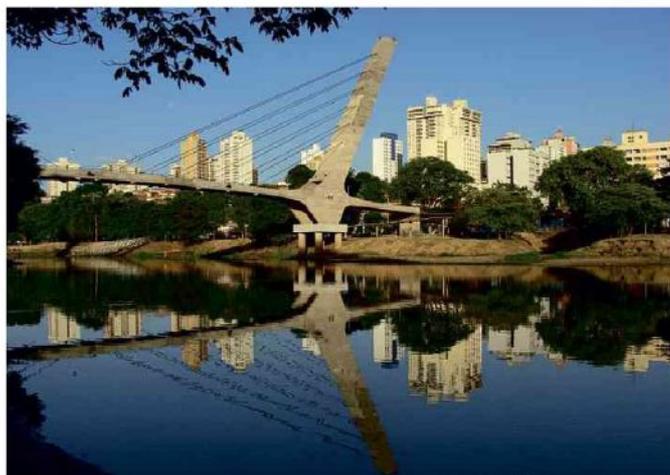
Com a aprovação do novo Marco Legal do Saneamento Básico, sancionado em julho,

a expectativa do setor é de que projetos inspirados na experiência de Piracicaba sejam replicados em outras localidades do Brasil. A sinergia entre o público e o privado na gestão do saneamento apresenta-se, assim, como um caminho para que os municípios possam avançar e universalizar o saneamento, proporcionando melhorias significativas à saúde, à valorização do turismo e da economia e ao desenvolvimento urbano.

OUTRAS EXPERIÊNCIAS POSITIVAS

O Ranking do Saneamento Básico 2020 reconheceu ainda outras cidades que apresentaram índices praticamente universalizados em relação à porcentagem de população com acesso à coleta de esgoto. Logo abaixo de Piracicaba (SP), destacaram-se os municípios paranaenses de Cascavel e Curitiba. No primeiro, esforços vêm sendo intensificados desde 2004, quando houve a renovação de contrato entre o município e a Sanepar. Uma das metas perseguidas era a de aumentar o índice de atendimento da rede coletora dos então 44% para 90% até 2021. Em março de 2014, entretanto, o índice do sistema de coleta e tratamento do esgoto já havia alcançado 91%, antecipando a meta contratual; e, em 2018, ano-base do

Curitiba (PR) - detanan



Piracicaba (SP) - olhosdepoeta.yahoo.com.br

levantamento mais recente do SNIS, a cobertura era 99,99%. Novas redes estão sendo projetadas e implantadas para que a cidade rume à universalização.

Em Curitiba, onde também opera a Sanepar, as decisões para expandir ou melhorar os sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário seguem as diretrizes apontadas nos Planos Diretores, atualizados a cada 10 anos para um horizonte de planejamento de 30 anos. Atualmente, o esgoto coletado na capital do Paraná é totalmente tratado nas cinco estações em operação. O índice atual representa quase que a universalização do serviço, uma vez que não estão sendo atendidos apenas os imóveis com dificuldades técnicas (topográfica ou de acesso, por exemplo).

Os exemplos na Região Sul evidenciam a importância de metas e prazos bem estabelecidos e claramente documentados em contratos para os avanços necessários na rede de cobertura.

DESAFIOS

Os principais desafios na cobertura de coleta de esgotos permanecem no Norte e Nordeste do Brasil, de acordo com o Ranking do Saneamento Básico 2020. Das 10 cidades com os piores indicadores,

noves estão nessas regiões. Sete municípios apresentam pouquíssima coleta de esgotos, inferiores a 20%.

O indicador médio do tratamento de esgotos em 2018 nos municípios considerados no levantamento do Instituto Trata Brasil foi de 56,07%. Segundo o SNIS, a média nacional de cobertura no mesmo período foi de 46,3%, o que significa que as 100 maiores cidades tratam, na média, mais esgotos que o restante do país. No entanto, em qualquer um dos casos, o indicador está baixo.

Em ano de eleições municipais, o Ranking do Saneamento Básico 2020 buscou conscientizar sobre a responsabilidade dos prefeitos em relação aos indicadores de água e esgotamento sanitário. A titularidade do saneamento é de responsabilidade do Poder Executivo municipal, sendo indelegável o planejamento sanitário, a partir da formulação e execução do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), com a participação da sociedade civil obrigatoriamente. Nas Regiões Metropolitanas, entretanto, a decisão do Supremo Tribunal Federal, desde 2013, é de que as decisões sejam compartilhadas entre estado e municípios.

poder eleições 2020

COMO CHEGAMOS AQUI?

No Brasil, os 33 partidos políticos e os candidatos são financiados por recursos públicos e privados. Até 2015, prevaleceu o dinheiro empresarial, vindo de grandes empreiteiras, bancos e outros pesos-pesados do PIB. Após o STF proibir a doação por parte de empresas, sob o argumento principal de que desequilibrava o jogo a favor do poderio econômico, o Congresso vitaminou a fonte pública de injeção de recursos. Além de triplicar em 2015 o fundo partidário, até então a única fonte pública direta para campanhas, criou em 2017 o fundo eleitoral.

FOLHA EXPLICA O CAMINHO DO DINHEIRO NAS ELEIÇÕES

Novo modelo vitaminou recursos públicos em campanhas eleitorais

Com restrição a doações de empresas, fundo prevê R\$ 2 bilhões neste pleito municipal

Ranier Bragan

BRASÍLIA Após as mudanças no financiamento de campanhas a partir de 2015, com a restrição às doações de empresas e injeção de mais recursos públicos, só o fundo eleitoral distribuirá R\$ 2,035 bilhões nas eleições municipais deste ano.

Entenda o caminho do dinheiro eleitoral, seu histórico, suas justificativas, o atual modelo e as denúncias de mau uso das verbas públicas.

Cronologia do financiamento de campanhas no Brasil

ATÉ 2015

Privado Doações empresariais, de pessoas físicas e do próprio candidato. Bancos, empreiteiras e outros pesos-pesados do PIB se destacavam. Em 2014, doações dessas empresas somaram cerca de R\$ 3 bilhões, mais de 70% das receitas das campanhas.

Público O fundo partidário era a única fonte pública de injeção de dinheiro nos partidos. Em 2014, distribuiu R\$ 308 milhões, mas nem todo esse montante foi usado nas campanhas. A renúncia fiscal em favor de rádios e TVs pela veiculação da propaganda eleitoral somou R\$ 840 milhões em 2014.

2015

Por 8 votos a 3, o STF proíbe o financiamento empresarial a candidatos e partidos.

2016

Primeira eleição sem o financiamento empresarial e sem ainda o fundo eleitoral. Gasto total das campanhas caiu para cerca da metade do observado quatro anos antes.

2017

Congresso cria o fundo eleitoral, verba que se junta ao fundo partidário.

2018

Primeira eleição com atual modelo de financiamento. Receita total das campanhas foi de R\$ 5,9 bilhões, sendo R\$ 4,8 bilhões de dinheiro público e R\$ 1,1 bilhão de dinheiro privado (doações de pessoas físicas e autofinanciamento).

2020

Público Partidos receberão R\$ 959 milhões do fundo partidário (nem todo esse dinheiro é usado nas campanhas) e R\$ 2 bilhões do fundo eleitoral. Além disso, é estimada uma renúncia fiscal de R\$ 816 milhões em favor de rádios e TVs pela veiculação da propaganda eleitoral.

Privado Doações de pessoas físicas (diretas ou por meio de vaquinhas virtuais, limitadas a

10% do rendimento bruto do doador), dinheiro do próprio candidato (limitado a 10% do teto de gasto do cargo em disputa) e eventos, como almoços, jantares e bazares para arrecadar fundos.

O percurso do dinheiro

VERBA PÚBLICA **Definição** Governo federal e Congresso definem, a cada ano, a verba a ser distribuída aos partidos para sua subsistência (fundo partidário) e para as campanhas (fundo eleitoral).

Distribuição Grosso modo, o dinheiro é distribuído proporcionalmente ao número de votos que cada partido obteve na eleição anterior para a Câmara dos Deputados e ao peso da sigla no Congresso.

Apostas A decisão sobre quais candidatos receberão o dinheiro e em quais quantidades é exclusiva das cúpulas partidárias, que só precisam, no caso do fundo eleitoral, informar à Justiça Eleitoral os critérios usados.

Critérios Eles devem respeitar as cotas de gênero e raciais: aplicação de ao menos 30% das verbas para candidaturas de mulheres e, por decisão recente do STF ainda pendente de confirmação final para valer em 2020, rateio de forma proporcional aos candidatos brancos e negros que forem lançados.

Uso da verba Recebido o dinheiro, cada candidato o utiliza de acordo com sua conveniência: contrata cabos eleitorais, produz material de campanha e impulsiona conteúdo nas redes sociais, por exemplo.

Prestação de contas Tanto o partido quanto cada um dos candidatos devem prestar contas à Justiça Eleitoral de toda a sua movimentação de campanha (receita e despesa). Essa prestação é julgada. Em caso de falha ou irregularidade, pode haver punição nas esferas eleitoral e criminal.

VERBA PRIVADA

Sem empresas Com doações empresariais proibidas, o dinheiro privado vem agora de pessoas físicas ou do próprio candidato.

Pessoa física Não raro, os maiores volumes são doados por empresários ou executivos de grandes empresas via pessoa física, com limite de 10% de seus rendimentos brutos.

Distribuição Diferentemente do dinheiro público, nesse caso o recebimento do valor depende mais da

O dinheiro público reservado aos partidos em 2020

Fundo partidário + eleitoral

Partido	Em R\$ milhões
PSL	311,4
PT	300,5
MDB	202,5
PSD	196,1
PP	195,3
PSDB	189
PL	169,8
DEM	166,8
PSB	163,6
Republicanos	150,6
PDT	149
Podemos	115,2
PSOL	69,4
PTB	68,1
Solidariedade	66,8
Novo	28,4
Patriota	59,1
PROS	58,8
Cidadania	53,1
PSC	52,2
PC do B	49,5
Avante	47,9
PV	37,8
Rede	28,4
PTC	9,5
PMN	5,8
DC	4
UP	1,2
PSTU	1,2
PRTB	0
PMB	1,2
PCO	1,2
PCB	1,2

R\$ 2,9 bi

é o total de dinheiro público destinado aos partidos em 2020

*Partidos que não atingiram a cláusula de barreira e perderam o fundo partidário
**O Novo recusou o valor do fundo eleitoral a que teria direito, R\$ 36,5 milhões
***O PRTB recusou o valor do fundo eleitoral a que teria direito, R\$ 1,2 milhão

relação doador-candidato do que da decisão das cúpulas partidárias.

Uso Como acontece com o dinheiro público, cada candidato utiliza a verba privada como desejar.

Prestação de contas

Mesmo que os recursos sejam privados, candidatos e partidos precisam fazer prestação de contas à Justiça Eleitoral, que faz o julgamento.

PRINCIPAIS FRAUDES

Caixa 2 Ocorre quando o candidato ou o partido realiza gastos eleitorais sem registrá-los em suas prestações de contas. Pode tanto ser dinheiro privado (de doador que não quer ter seu nome vinculado ao candidato, por exemplo) como dinheiro público desviado. Nos escândalos da Lava Jato e da JBS, por exemplo, vários delatores disseram ter desviado dinheiro público e direcionado a candidatos em doações oficiais ou não.

CANDIDATAS

lançamentos Lançamento de candidaturas femininas de

Fundo partidário

Verba anual distribuída aos partidos de acordo com a última votação obtida para a Câmara dos Deputados

Partido	Verba, em R\$ milhões
PSL	112
PT	99
PSDB	58
PSD	57
PP	54,7
MDB	54,3
PSB	54,1
PL	52
Republicanos	50
DEM	46
PDT	45,7
Podemos	37,2
PSOL	28,8
Novo	28,4
Patriota	24
PROS	21,7
PTB	21,5
Solidariedade	20,8
Avante	19,8
PSC	19
PC do B	18,5
PV	17,3
Cidadania	17,3
Rede*	0
PTC*	0
PMN*	0
DC*	0
UP*	0
PSTU*	0
PRTB*	0
PMB*	0
PCO*	0
PCB*	0

R\$ 959 milhões

é o total do fundo partidário para 2020

fachada com o objetivo de cumprir a determinação legal de ter ao menos 30% de candidatas. Recursos destinados a elas acabam sendo desviados para candidaturas de homens. A **Folha** mostrou a proliferação da prática na campanha de 2018, em especial no PSL de Minas Gerais e de Pernambuco

Compra de votos Uma das mais antigas fraudes, a captação ilícita de sufrágio consiste na promessa ilegal de dinheiro, bem ou outra vantagem em troca do voto do eleitor.

Doações vedadas A proibição de que empresas financiem os candidatos é burlada de forma legal por meio de doações de executivos de empresas como pessoas físicas. Em 2018, ao menos 40 empresas tiveram dirigentes financiando, em bloco, partidos ou candidatos

PERGUNTAS E RESPOSTAS **Qual será a proporção de dinheiro público e privado nas eleições municipais de 2020?** O dinheiro

Fundo eleitoral

Verba distribuída em ano de eleição exclusivamente para as campanhas

Partido	Verba, em R\$ milhões
PT	201
PSL	199
MDB	148
PP	141
PSD	139
PSDB	130
DEM	121
PL	118
PSB	110
PDT	103
Republicanos	101
Podemos	78
PTB	46,7
Solidariedade	46
PSOL	40
PROS	37
Cidadania	35,8
Patriota	35,1
PSC	33
PC do B	31
Rede	28,4
Avante	28,1
PV	20,5
PTC	19,5
PMN	15,9
DC	4
UP	1,2
PSTU	1,2
PMB	1,2
PCO	1,2
PCB	1,2
Novo**	0
PRTB***	0

R\$ 2 bi

é o total do fundo eleitoral para 2020

público direto aos partidos, somado à estimativa de renúncia fiscal de TVs e rádios para veiculação da propaganda eleitoral, totaliza R\$ 3,8 bilhões. Em relação ao dinheiro privado, não dá para saber ainda. Em 2018, ele representou R\$ 1,1 bilhão, em pleito que elegeu presidente, governadores, senadores e deputados federais e estaduais.

Quem define qual será o valor da verba pública repassada aos partidos?

O valor dos fundos partidário e eleitoral é definido pelo Congresso e o governo na discussão do Orçamento de cada ano. Cabe ao governo elaborar a proposta, e o Congresso pode modificá-la. O presidente da República pode vetar eventuais mudanças, mas o Congresso tem o poder de derrubar esse veto.

Qual a diferença entre fundo partidário e eleitoral?

O partidário é anual e, além de gastos de campanha, visa suprir o custeio dos partidos. O eleitoral é distribuído de dois em dois anos, só para as campanhas.

Por que alguns partidos recebem mais do que outros?

Em linhas gerais, as regras de distribuição dos dois fundos privilegiam as legendas com melhor desempenho nas urnas, em especial nas eleições para a Câmara dos Deputados. Siglas que tiveram baixíssimo índice de votos, por exemplo, passaram a não receber verbas do fundo partidário a partir de 2019, como foi o caso da Rede, que elegeu apenas uma deputada em 2018.

E como esse dinheiro todo chega aos candidatos?

Cabe às cúpulas partidárias definir quem vai receber a verba pública e em que montante.

As cúpulas dos partidos podem estabelecer os critérios que bem entender?

Em termos. A lei exige o repasse de ao menos 30% das verbas para candidatas mulheres. No caso do fundo partidário, há ainda verbas carimbadas para as fundações mantidas pelas siglas.

Há cota racial?

O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) aprovou em agosto a divisão do fundo eleitoral de forma proporcional para candidatos brancos e negros, mas com início na eleição de 2022. Em decisão liminar (provisória) que ainda será analisada pelo plenário do STF, o ministro Ricardo Lewandowski determinou que essa divisão aconteça já na eleição deste ano.

Os candidatos só recebem dinheiro público para suas campanhas?

Não, eles podem receber doações privadas de pessoas físicas, desde que limitadas a 10% dos rendimentos do doador, podem fazer gastos eleitorais do próprio bolso, limitados a 10% do teto de gasto do cargo em disputa, e podem arrecadar fundos por meio de almoços, jantares ou outros eventos.

E as empresas, podem doar?

Não. Isso foi proibido em 2015 pelo STF sob o argumento de que o poderio econômico das grandes empreiteiras, bancos e outras companhias afetava o necessário equilíbrio de forças na disputa. Apesar disso, essa regra tem sido burlada em parte por meio de doações feitas por executivos de empresas como pessoa física.

Qual é garantia de que partidos e candidatos fazem uso correto desses recursos?

As regras eleitorais são estipuladas, em sua maioria, pelos partidos políticos no Congresso. Nas últimas décadas houve um constante movimento de enfraquecimento das regras de fiscalização, controle e punição, mas, em tese, todos os partidos e candidatos têm que apresentar prestação de contas e podem ser responsabilizados eleitoral e criminalmente.

Quem fiscaliza a lisura desse processo?

O Ministério Público e a Justiça Eleitoral, a quem cabe julgar essas prestações de contas e analisar eventuais ilícitos cometidos.

Quais são as fraudes mais comuns?

Caixa dois, candidatas laranjas (lançadas apenas para cumprir a cota de gênero) e compra de votos (troca de dinheiro, bens ou vantagens pelo voto).

A cota para os negros também poderá ser alvo de desvio, assim como ocorreu com a das mulheres?

Em tese, sim. Além de possível lançamento de candidatos fictícios e outras manobras, cabe ao político declarar a cor da pele, o que pode replicar casos ocorridos em cotas em universidades (usadas em alguns casos por brancos para ter o ingresso facilitado).

Fonte: TSE

mercado

Guedes quer barbarizar nos impostos

Com CPMF, reforma do governo aumenta injustiça e ineficiência tributária no país

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

"Poucas ideias são tão ruins que não podem ser pioradas. Infelizmente, o sistema tributário brasileiro não é exceção à regra... Uma prova disso é a constante ameaça do retorno da famosa... CPMF", escreveu Adolfo Sachsida em um livro de 2017. Sachsida é o atual secretário de Política Econômica do Ministério da Economia de Paulo Guedes.

contribuição patronal para o INSS, por um lado, e a CPMF ou equivalente. Se conseguir, vai aumentar a confusão, as distorções e várias iniquidades da tributação no Brasil. Um modo de acabar com o imposto sobre folha de salários é tributar mais a renda, de preferência a dos mais ricos (ou o consumo, alternativa pior). Tributar mais os rendimentos maiores é também um modo de pegar os lucros da "economia digital", que têm escapado dos fiscais do mundo inteiro. Guedes não quer bulir com

o IR. Pretende comer a renda de modo insidioso, com uma CPMF, imposto menos visível e que trata ricos e pobres da mesma maneira. A ideia do ministro é arrumar R\$ 120 bilhões a fim de reduzir o que as empresas pagam para o INSS. Acabaria o imposto sobre remunerações de um salário mínimo ou menos; a contribuição sobre salários maiores diminuiria. Uma conta de guardanapo indica que, de fato, esse dinheiro seria bastante para reduzir a alíquota do INSS de 20% para uns 1%

(para salários maiores que um mínimo), tudo mais constante. Guedes acha que arrecadaria esses R\$ 120 bilhões com uma alíquota de 0,4% para sua CPMF misteriosa. Quando a CPMF era de 0,38% (de 2002 a 2007), a receita era regularmente 1,35% do PIB, atualmente uns R\$ 94 bilhões. Mas, passado esse tempo, ninguém sabe o que é essa CPMF do ministro, e a economia mudou em 13 anos. Uma CPMF ou coisa que o valha vai pesar mais sobre indústria e agricultura, menos sobre serviços. Impostos so-

bre a folha de salários, como a contribuição patronal para o INSS, pesam mais, claro, sobre setores que gastam relativamente mais com mão de obra e menos com capital. Mas, ao fim e ao cabo, impostos sobre transações financeiras são selvagens, em nada relacionados a um critério econômico razoável. Uma cadeia de produção longa e movimentação financeira relativamente grande levarão uma empresa a "pagar" mais (na verdade, a recolher mais imposto, repassando a conta para o cliente). A CPMF tende a aumentar a iniquidade social e econômica da tributação. Um grande princípio da reforma tributária seria justamente uniformizar o quanto possível os impostos que cada setor ou empresa tem de recolher. Outro motivo da reforma é acabar com a cumulatividade (o imposto em cascata, que fica mais pesado

quanto mais "fases" a produção de um bem ou serviço envolver). A CPMF é cumulativa. Além do mais, uma CPMF de 0,4% é uma enorme em ambiente de taxas de juros baixas. Logo, vai criar tumulto e custo também no mercado financeiro. A redução dos encargos sobre a folha vai ajudar a criar empregos? Não há evidências. Talvez facilite formalização e contratações quando e se a economia estiver crescendo. Impostos menores sobre o emprego podem ser um coadjuvante da melhoria do mercado de trabalho, mas não o motivo. Deputados relevantes ainda dizem que a CPMF não passa o que pode atrasar a reforma tributária. Que o país esteja discutindo tal coisa é outro sucesso da selvageria iníqua e ignara que move o governo de Jair Bolsonaro. viniustorres@grupofolha.com.br

classificados

Para anunciar ou ver mais ofertas acesse folha.com/classificados

11 3224-4000

FORMAS DE PAGAMENTO Cartão de crédito, débito em conta, boleto bancário ou pagamento à vista

EMPREGOS, EMPREGADOS PROCURADOS, AUXÍLIOS DE ACABAMENTO

IMPRESSOR DE OFFSET, OPERADOR DE RETROESCALHABEIRA, MOTORISTA CABO, PORTER/COZINHEIRO, PINTOR

SEBRAE Oportunidade Vaga de Jovem Aprendiz para a cidade descrita abaixo: ER - Araraquara 1 A13/2020

ASSINE A FOLHA folha.com/assine

IMÓVEIS, SÃO PAULO, CASAS VENDA, ZONA OESTE, 4 OU DOMÍNIO, 11.5084-1200 W App

CSBRASIL Empresa de segmento de Transportes e Prestação de Serviços. CONTRATA: Pessoas com Deficiência

JSL Empresa de grande porte, do segmento de Logística, Transportes e Prestação de Serviços. CONTRATA: Pessoas com Deficiência

FOLHA NÃO DÁ PRA NÃO LER. A Folha, empresa líder de mercado, oferece vagas para PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS em diversas áreas.

ASSINE A FOLHA folha.com/assine

INÓVOS COMERCIAIS VENDA E ALUGUEL, ZONA SUL, PARAGUARI, 11.5084-1200 W App

LonaFlex CONVOCACÃO PARA EXAME PÓS-DEMISSÃO AGENDE SEU HORÁRIO: (11) 3685.4685, com Caroline. ATENDIMENTO: Seg à sex das 8h às 11h30

Almaviva VAGAS EXCLUSIVAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E REABILITADOS PELO INSS REPRESENTANTE DE ATENDIMENTO

AGÊNCIAS DE APROXIMAÇÃO, ZONA OESTE, 11.5084-1200 W App

Alta de preço ameaça paralisar obra pública, afirmam construtoras

Setor diz que não pode absorver aumento de insumos e deve pedir reequilíbrio econômico-financeiro em contratos

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A escalada dos custos do material de construção deve gerar uma onda de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro em contratos de obras públicas no país, atingindo as já combatidas finanças de municípios, estados e da União.

Com dificuldades para obter determinados insumos, construtores alertam também para o risco de paralisação ou atraso em obras.

Os contratos de infraestrutura geralmente são reajustados por índices de inflação do setor, que estão bem acima da inflação oficial medida pelo IPCA. Ainda assim, empresários da construção dizem que materiais como aço, cimento e PVC, que têm grande peso no custo final, têm variado bem mais do que os índices conseguem captar.

"A pandemia nos trouxe várias surpresas, dentre elas um expressivo aumento nos preços do material de construção, que supera de longe o aumento médio da inflação", afirma o presidente da Comissão de Infraestrutura da CBIC (Câmara Brasileira da Construção Civil), Carlos Eduardo Lima Jorge.

"A consequência é o desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos."

Entre janeiro e agosto, o índice de preços da construção civil medido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) acumulava alta de

“A pandemia nos trouxe várias surpresas, dentre elas um expressivo aumento nos preços do material de construção, que supera de longe o aumento médio da inflação. A consequência é o desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos”

Carlos Eduardo Lima Jorge
presidente da Comissão de Infraestrutura da CBIC (Câmara Brasileira da Construção Civil)

2,86%, quatro vezes o 0,70% acumulado do IPCA no mesmo período. Bastante usado em reajustes de contratos do setor, o INCC (Índice Nacional de Preços da Construção Civil), medido pela FGV, subiu 3,39% no ano.

A alta reflete a desvalorização do real ante o dólar e um desarranjo nas cadeias produtivas, que consumiram estoques enquanto as atividades estiveram paralisadas pelo distanciamento social e hoje enfrentam demanda aquecida, tanto por grandes obras quanto para pequenos reparos impulsionados pela adoção do home office e pelo auxílio emergencial.

Empresários argumentam que os indicadores oficiais não refletem fielmente a disparada dos custos de insumos essenciais, já que consideram uma grande variedade de produtos e levam tempo para captar as variações. Alegam que aço e PVC, por exemplo, já subiram mais de 30% em algumas regiões.

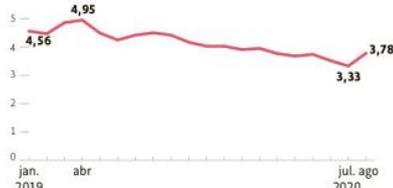
"Os índices de inflação refletem a variação média em todo o conjunto de insumos, mas estamos falando de um, dois ou três insumos específicos que tiveram altas absurdas", argumenta o advogado Fernando Vernalha, que representa construtores em processos sobre contratos da administração pública.

O processo de reequilíbrio econômico-financeiro consiste em reavaliar os custos da prestação dos serviços pa-

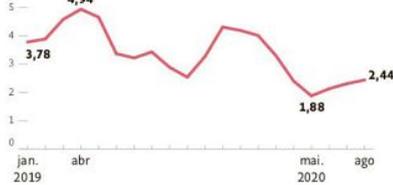
Construção civil sobe mais que a inflação

Preços de itens do setor apresentam alta no acumulado deste ano

Inflação da construção civil (Sinapi) no acumulado de 12 meses, em %



IPCA Acumulado nos últimos 12 meses, em %



5,77% é a variação acumulada do preço de tintas de janeiro a agosto de 2020, segundo o IPCA

10,67% é a alta no ano até agosto do cimento, de acordo com o IBGE

16,86% é quanto já subiram os preços dos tijolos em 2020

Fonte: IBGE

ra, em caso de alterações significativas nas condições previamente estabelecidas, definir um novo valor para o contrato. Os empresários defendem aumentos nos valores para cobrir a alta de custos.

Vernalha diz que a legislação coloca no contratante o risco de alterações inesperadas nas condições dos contratos. Ele frisa, porém, que a diversidade dos contratantes, que envolvem desde municípios pequenos a ministérios, e restrições impostas pelos órgãos de controle tornam mais difíceis as negociações.

"De um lado o gestor público fica pressionado pelos órgãos de controle. De outro o contratado fica pressionado pelo preço inexecutável", diz

Marcos Moura, da Construtora Metro, do Paraná.

Sua empresa venceu em julho licitação para uma obra de saneamento, mas ele diz que elevações posteriores de preço já criam dificuldades para a execução.

O contrato nem foi assinado, e a questão do reequilíbrio econômico-financeiro já é tema de negociações com o contratante.

"O mercado está oscilando sempre para cima, e a gente não tem perspectiva de quando isso vai parar", afirma Moura.

O mercado acredita que os preços ficarão em novos patamares mesmo após a crise, como parte de um processo de recomposição de margens

da indústria. Moura compara a situação atual com o período de choques inflacionários nos anos 1980 e 1990.

"Com a estabilidade dos últimos anos, a gente conseguia ter previsões mais palpáveis de custo", diz.

A elevação dos preços do material de construção entrou na mira do governo, que teme impactos da alta na recuperação da economia após o período mais duro da pandemia. Decisão semelhante já havia sido tomada com relação aos alimentos, que vêm pressionando o bolso principalmente da população de baixa renda.

Além do impacto para o consumidor, o aumento do material de construção tem efeitos sobre os custos das obras públicas, seja pela simples correção pela elevada inflação do setor, seja pelos gastos adicionais com o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

O setor de construção defende o estabelecimento de métricas para a análise de equilíbrio econômico-financeiro nos contratos com a administração pública, que garantiriam mais segurança para o contratante e para o contratado.

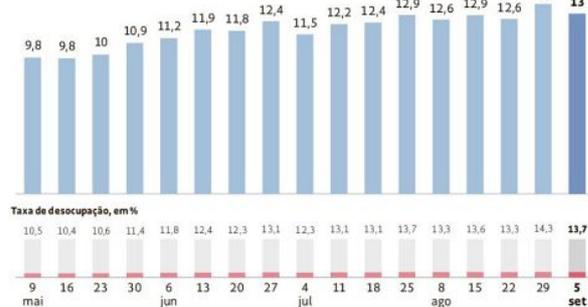
Vernalha lembra que o Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) já criou as suas, depois que a alta no preço do asfalto levou construtoras à Justiça em 2018.

O representante das construtoras admite, porém, que no caso atual a situação é mais complicada porque envolve diversas esferas administrativas.

"A situação hoje não é confortável para contratantes nem para contratados", afirma Moura. "Não dá para iniciar uma obra sem saber o valor final dela. É um como um voo no escuro."

Total de desempregados no Brasil, em milhões

Nas semanas encerrada em:



13 milhões de brasileiros retornaram ao trabalho desde maio, afirma IBGE

Diego Garcia

RIO DE JANEIRO Aproximadamente 13 milhões de brasileiros afastados do trabalho voltaram às suas ocupações desde maio até a primeira semana de setembro, informou nesta sexta-feira (25) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Ao mesmo tempo, o número de brasileiros em home office seguiu estável, estimado em 8,3 milhões, mas teve queda percentual de 13,4% em meio à alta na população ocupada e não afastada do trabalho.

Isso sugere que os empregos que estão retornando são os de menor qualificação, sem condições de trabalhar remotamente, ou ainda um sinal da flexibilização da economia do país, pois caiu também

o percentual de pessoas afastadas do trabalho devido ao distanciamento social.

Na primeira semana de setembro, eram 3,4 milhões de brasileiros (4,2%) nessa situação, ante 16,6 milhões (19,8%) em maio.

Segundo especialistas ouvidos pela Folha, os empregos em home office são os de melhor qualificação, com remunerações maiores, o que fez com que o trabalho remoto virasse um novo indicador da desigualdade no mercado de trabalho brasileiro.

"O home office não é para qualquer um, é para determinadas ocupações e setores", afirma João Luiz Maurity Saboia, da UFRJ.

Maria Lucia Vieira, coordenadora da pesquisa, destacou que a recuperação do emprego no país vem se dando espe-

cialmente entre os trabalhadores informais ou por conta própria, justamente os que normalmente recebem salários menores e possuem menor qualificação. "Foram os mais atingidos pela pandemia", disse Vieira.

Ana Beatriz Moraes, economista do Ibmec, apontou que é necessário torcer para que o aquecimento da economia consiga tirar a população da zona do desemprego.

"O retorno da atividade econômica em um primeiro momento está relacionado à flexibilização de medidas relativas à pandemia", afirmou a professora.

Nos últimos meses, o Brasil promoveu a reabertura gradual do comércio, com shopping centers, bares e restaurantes voltando a funcionar, o que motivou a retomada

de alguns postos de emprego. Apesar disso, a população que gostaria de trabalhar continuou estável com relação a maio, na casa das 27,3 milhões de pessoas.

A pesquisa aponta ainda que aproximadamente 17,1 milhões de pessoas fora da força gostariam de trabalhar, mas não procuraram emprego em razão da pandemia ou por não encontrar ocupação próxima de onde moram.

Ao mesmo tempo, aumentou a população desocupada no país. Isso ocorreu porque quem até então estava fora da força de trabalho voltou a procurar trabalho com a flexibilização do distanciamento social.

"As pessoas retornam ao mercado de trabalho, vão em busca de emprego e ocupação", disse Vieira.

Na metodologia do IBGE, é considerado desempregado quem está na fila do emprego em busca de ocupação. Por isso, com o retorno gradual da economia e o auxílio emergencial diminuindo e com data para encerrar, os brasileiros vão retomando a procura por trabalho, o que pressiona a taxa de desocupação.

No início de setembro, o presidente Jair Bolsonaro anunciou que o auxílio emergencial será reduzido para R\$ 300 por quatro meses. A redução representa metade da concedida nos primeiros cinco meses do programa.

Na primeira semana de setembro, a população desocupada ficou em 13 milhões de pessoas, considerável estável pelo IBGE, mas com redução de 700 mil brasileiros na comparação com o fim de agosto.

Já com relação a maio, eram 9,8 milhões de trabalhadores desempregados na primeira semana do mês.

Pandemia exige duas parcelas adicionais do seguro-desemprego

OPINIÃO

Clemente Ganz Lúcio
Sociólogo, consultor, professor e assessor das centrais sindicais

Os conselheiros das centrais sindicais no Codefat (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador) apresentaram proposta para a extensão do seguro-desemprego em duas parcelas, em caráter excepcional, para demitidos no período de março até 31 de dezembro, ou seja, durante o estado de calamidade pública. Caberá agora ao conselho deliberar sobre essa proposta.

As estimativas feitas pelo Dieese indicam que essa medida atenderia 6 milhões de trabalhadores e teria custo de R\$ 16 bilhões, considerando uma média de 1,27 salário mínimo por parcela.

O desemprego já vinha atormentando a vida do trabalhador desde 2015, quando voltou a aumentar, atingindo, em 2017, 13 milhões de pessoas. O baixo crescimento e o desempenho anêmico da economia geravam poucos postos de trabalho, na maioria precários e informais.

A crise da Covid-19 tornou ainda mais dramático o problema do desemprego.

A proteção social promovida pelo auxílio emergencial de R\$ 600 amparou 70 milhões de trabalhadores da economia informal.

A política de proteção dos salários, suspensão do trabalho ou redução da jornada protegeu outros 15 milhões.

Mas essas medidas acabam em dezembro.

O que se observa hoje é que milhares de micro, pequenas e médias empresas já faliram ou fecharam, e esse movimento vai continuar. Nas últimas semanas, começam a ser anunciadas por médias e grandes empresas planos de reestruturação com impactos sobre o emprego. O desemprego vem a galope.

Entre os trabalhadores que estão na inatividade, o IBGE estima que 27 milhões de pessoas gostariam de trabalhar, das quais 17 milhões não o fazem devido ao distanciamento ou porque não encontram ocupação na localidade onde moram.

O desemprego começa a aumentar porque, ao voltar ao mercado, o trabalhador afastado passa a encontrar uma vaga fechada; ou o fim ou a redução do auxílio pressiona o trabalhador a procurar um emprego inexistente; ou o empregado será informado da sua demissão.

Dessa forma, o desemprego subirá, e o desalento ganhará terreno, situações que levarão à desestruturação econômica das famílias. Há um potencial deslocamento para a procura de trabalho que poderá elevar a taxa de desemprego para acima de 20%. Isso coloca como primeira prioridade para o movimento sindical proteger o emprego das pessoas, os desempregados e os desocupados, a renda das famílias e a demanda das empresas e a receita fiscal.

mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Futuro

A Ambev está estimulando o aumento da representatividade negra além dos muros da empresa. O comitê criado pela cervejaria em junho para tratar do assunto estabeleceu diretrizes para melhorar a diversidade na cadeia de fornecimento. Um dos compromissos é o de contratar 200 novos fornecedores liderados por empreendedores negros em 2021. A companhia também vai oferecer mentoria gratuita para cem empreendedores ou organizações chefiadas por negros.

BRINDE A Ambev também quer incentivar as agências de comunicação, marketing e publicidade com as quais trabalha a elevar a presença de profissionais negros.

AULA Dentro da cervejaria, o programa para estagiários negros, chamado Representa, começou no fim do ano passado. Primeiro, foram contratados dez universitários para a área corporativa, em São Paulo. Em julho deste ano, ele foi expandido para o Brasil todo, com quase cem selecionados.

DIREÇÃO A Ambev não tem um programa de trainees exclusivo para profissionais negros, como a Magazine Luiza. Mas a cervejaria pretende contratar 60 trainees negros nos próximos três anos. Os novos estagiários serão treinados para participar dos processos.

CADEIRAS O comitê que pensa o assunto na Ambev também é composto por especialistas de fora da empresa. Fazem parte dele Adriana Barbosa, fundadora da Feira Preta, Liliane Rocha, da Gestão Kairós, Itala Herta, da Diversa, e Helio Santos, do Instituto Brasileiro de Diversidade.

MODERNINHO O governo de SP resolveu modernizar a concorrência de R\$ 56 milhões de uma das obras do projeto de despoluição do rio Pinheiros, que teve o edital lançado neste mês com uma prática do início do século, exigindo que as empresas candidatas fossem buscar o documento completo pessoalmente com um DVD para fazer a cópia.

CLIQUE Depois que o Painel S.A. noticiou que o edital completo não havia sido publicado no site, o Dae (Departamento de Águas e Energia), responsável pelo projeto, disse que estava aprimorando a tecnologia para suportar os arquivos. O órgão disse que o portal ficaria pronto em dois meses, mas publicou o documento completo em quatro dias.

GULOSEIMA A cidade de Berkeley, na Califórnia, aprovou nesta quinta-feira (24) uma lei para impedir os supermercados de exibir doces, e comidas que não são saudáveis em geral, nas prateleiras próximas à fila dos caixas.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA
Competência agosto*

Autônomo, empregador e facultativo	Valor mín. R\$ 1.045	20%	R\$ 209
Valor máx. R\$ 6.101,06	20%	R\$ 1.220,21	
MEI (Microempreendedor)	Valor mín. R\$ R\$ 1.045	5%	R\$ 52,25

Assalariado	Até R\$ 1.045	Alíquota 7,5%
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	9%	
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12%	
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06	14%	

*O prazo da competência de agosto venceu em 21 set para empresas; para pessoas físicas, venceu em 14 set. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas.

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota, em %	Deducit. em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS
Considerando o piso na capital e Grande SP

Empregado	Alíquota	Mínimo em R\$	Máximo em R\$
Empregador	20%	256,50	1.220,21
Empregado	14%	713,09	3.413,40

*O prazo para o empregador do trabalhador doméstico venceu em 4 set. A guia de pagamento dos empregadores inclui a contribuição ao INSS do empregador e do empregado doméstico, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS do empregado doméstico pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro.

CIFRAS & LETRAS



Monica de Bolle, professora da Universidade John Hopkins e autora de 'Ruptura'
Divulgação

Pandemia impõe nova realidade e exige romper dogmas, diz economista

Preocupações com a responsabilidade fiscal perdem espaço, e papel do Estado deve ser repensado, defende Monica de Bolle em novo livro

Thais Carranza

SÃO PAULO Quatro anos depois de publicar "Como Matar a Borboleta-Azul: Uma Crônica da Era Dilma", a economista Monica de Bolle volta às livrarias com o lançamento de "Ruptura".

No livro, a professora da Universidade John Hopkins critica o pensamento econômico preso a dogmas e defende que o mundo pós-pandemia não será mais o mesmo, por isso a política econômica também terá que mudar. Para de Bolle, nesse novo mundo, as preocupações com a responsabilidade fiscal perdem espaço, o papel do Estado deverá ser repensado, a renda básica deve se tornar uma política permanente e o teto de gastos terá que ser revisto.

Primeiro do que deverá ser uma série de três livros chamada "A Pilha de Areia" — referência a um estudo da física sobre o ponto crítico que leva à ocorrência de uma avalanche —, "Ruptura" reúne 20 reflexões, desenvolvidas pela economista em suas lives diárias no YouTube e em colunas no jornal O Estado de S. Paulo e na revista Época.

Em entrevista à Folha, a economista diz que a ruptura que dá título ao livro tem três sentidos.

O primeiro é o da passagem de uma realidade para outra, mudança imposta pelo novo coronavírus.

"Não vejo a pandemia como algo passageiro, que uma vez que tenha acabado volta tudo ao normal como antes. Essa é uma ideia equivocada sobre o tamanho do que estamos enfrentando hoje", afirma.

"O que teremos com a pandemia é uma transformação em diversas áreas, desde relações de trabalho, passando por qual vai ser o novo papel do Estado, como a saúde vai passar a fazer parte integral de qualquer desenho de política econômica e como os programas de proteção social vão virar um padrão, parte do mainstream econômico, e não uma coisa à margem."

Uma segunda ruptura, conforme a economista, diz respeito ao pensamento econômico, que já vinha mudando desde que a crise de 2008 colocou em xeque diversos dogmas.

"A economia, durante muito tempo, viveu uma fase extremamente tecnocrata, voltada para análises de custo-

benefício, quantificações e empiricismos diversos, sem juízos de valor. Uma tentativa de tratar a economia como algo absolutamente positivista", diz a economista.

"Isso, no âmbito de uma crise humanitária, coloca a economia em xeque, porque respostas econômicas que são puramente avaliadas sob um ponto de vista de custo-benefício não satisfazem a população. Quando se fala de uma determinada política econômica, o que as pessoas querem saber é se aquilo é justo ou não, se é certo ou errado."

Por fim, de Bolle diz que a ruptura diz respeito também a ela mesma.

"Há coisas que me incomodavam na economia, tal qual ela vinha se colocando ao longo do tempo, que não me servem mais. Estou me despedindo de coisas que viraram pesos nos ombros e que não servem para nada."

No livro, a economista afirma que a pandemia não é momento de ter muito cuidados fiscais. E que a emissão de dívida não deve ter o mesmo efeito de abalar a confiança como no passado, porque todos os países sairão da crise extremamente endividados e com déficits elevados.

Para de Bolle, muitas das políticas econômicas que foram adotadas de maneira equivocada no governo de Dilma Rousseff (PT) — tema de seu livro anterior, lançado em 2016 — são adequadas para o momento atual e não devem ser tratadas como tabu, já que as circunstâncias mudaram.

"Tudo que critiquei da Dilma, na época em que eu critiquei, se eu fosse reescrever o livro hoje, o faria exatamente da mesma forma. Hoje, no entanto, políticas de estímulo ao consumo, de estímulo ao crédito, de uso dos bancos públicos no apoio a empresas pequenas e médias e políticas que tentem de alguma forma dar suporte à economia por meio de uma intervenção maior do Estado são adequadas para esta crise."

A economista faz uma defesa enfática da perenização da renda básica, a partir da experiência bem-sucedida do auxílio emergencial na pandemia. Mas não chega a esboçar no livro um modelo para viabilizar a proposta.

A pergunta sobre essa lacuna de Bolle responde com a



Ruptura
Monica Baumgarten de Bolle, editora intrínseca, R\$ 49,90 e R\$ 24,90 (ebook), (320 págs.)

Tudo que critiquei da Dilma, na época em que eu critiquei, se eu fosse reescrever o livro [Como Matar a Borboleta-Azul: Uma Crônica da Era Dilma] hoje, o faria exatamente da mesma forma. Hoje, no entanto, políticas de estímulo ao consumo, de estímulo ao crédito, de uso dos bancos públicos no apoio a empresas pequenas e médias e políticas que tentem de alguma forma dar suporte à economia por meio de uma intervenção maior do Estado são adequadas para esta crise

defesa de um formato de renda básica que funcione como um seguro, atendendo à parcela da população que é vulnerável por entrar e sair do mercado de trabalho, mas que não é atendida pelos programas de redução da pobreza. "Precisamos de uma renda básica que funcione como uma espécie de seguro, em que ela pague um benefício às pessoas quando a economia está mal, agindo contra ciclicamente", afirma. "Quando a economia vai bem, se reduz o benefício. Essa é uma maneira melhor de acionar um programa de renda básica que caiba dentro das restrições orçamentárias do governo", diz a economista, que é membro do conselho consultivo da Frente Parlamentar da Renda Básica. Também parte do conselho de assessoramento técnico da IFI (Instituição Fiscal Independente) do Senado, de Bolle tem a avaliação de que a flexibilização do teto de gastos será inevitável.

"O teto que está montado hoje não se sustenta, e alguma forma vai ser inventada para lidar com essa situação. Seria muito melhor que já tivéssemos discutido há alguns meses o que será feito para modificar o teto, de tal forma que ele continue a ter a finalidade de servir como uma regra fiscal, mas uma regra fiscal realista, não uma regra fictícia que é descumprida a todo momento."

Com mais de 150 mil seguidores no Twitter e quase 67 mil inscritos em seu canal no YouTube, a economista consolida em "Ruptura" seu esforço de pensar junto ao público os efeitos da pandemia sobre a economia, explicando conceitos econômicos para não especialistas. "A economia como discutida nos jornais é muito hermética, tem muito jargão, a discussão se perde para o público em geral. E a economia é importante demais para ficar delimitada a um público restrito, então cheguei à conclusão de que é preciso preencher essa lacuna."

A série "A Pilha de Areia" deverá ser composta a princípio de três livros, mas o número ainda está em aberto, a depender da duração da pandemia. O segundo volume, com previsão de lançamento para fevereiro de 2021, deve se chamar "Limiar" e tratar da fronteira entre economia e ciências biomédicas.

1 em 4 servidores receberá até 2021 adicional por promoção

162 mil conseguirão elevar remuneração, apesar de congelamento salarial

Thiago Resende e Bernardo Caram

BRASÍLIA Um a cada quatro servidores do Executivo Federal conseguirá elevar o salário neste ano com progressões ou promoções na carreira. Uma brecha na lei que congelou salários do funcionalismo até o fim de 2021 permite que esses adicionais continuem sendo liberados.

Segundo o Ministério da Economia, 100 mil servidores ascenderam na carreira entre janeiro e agosto. Outros 62 mil devem ser beneficiados até dezembro. Atualmente, o Executivo Federal conta com cerca de 602 mil funcionários públicos ativos.

Reportagem publicada pela Folha nesta sexta-feira (25) mostrou que o custo anual com as progressões automáticas por tempo de serviço, e promoções por mérito, como no caso de cursos de capacitação, chega a R\$ 500 milhões no Executivo federal.

Essas progressões representam a maior parte do crescimento da folha de salários do governo, o que pressiona a regra do teto de gastos e limita outros tipos de despesa no serviço público.

O número mostra apenas uma fatia do custo total aos cofres públicos, já que as progressões também são comuns nos Poderes Judiciário e Legislativo, bem como nos estados e nos municípios.

Entre os 100 mil que avançaram nas carreiras neste ano, estão servidores do Ministério da Economia, do Banco Central e do Itamaraty, órgãos que reinem algumas das carreiras mais bem pagas do funcionalismo.

Diante da crise causada pela pandemia da Covid-19, que reduziu a renda de milhões de trabalhadores da iniciativa privada, o ministro Paulo Guedes (Economia) propôs ao Congresso que os salários dos servidores públicos federais, estaduais e municipais fossem congelados, assim como as progressões e promoções nas carreiras do funcionalismo, até o fim de 2021.

Por pressão política, o Congresso deixou a brecha para que a ascensão nas carreiras ainda fosse permitida. O lobby do funcionalismo é um dos mais fortes entre os parlamentares.

Na prática, depois de muito debate e até resistência do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), os reajustes ficaram vedados até o fim do próximo ano. Também há restrição para novos concursos públicos, exceto em caso de reposição de vagas.

Apesar dessas medidas temporárias de controle das despesas com pessoal, o governo não permitiu que, mesmo durante a pandemia, servidores avancem degraus na carreira, assim como a promoção em massa — mais de

600 servidores — na AGU (Advocacia-Geral da União) nesta semana.

O órgão chegou a colocar 92% da categoria de procuradores federais no topo da carreira, com salários de R\$ 27.303. Após repercussão negativa, anunciou que decidiu suspender a medida, embora argumente que tudo foi feito conforme orientação da lei.

O presidente do Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado), Rudinei Marques, afirma que o governo vem tentando

construir uma imagem de que os servidores são responsáveis pelos problemas do país.

Segundo ele, o funcionalismo já teve perda salarial em duas situações neste ano: a entrada em vigor das novas alíquotas da Previdência, que ampliaram as contribuições de salários mais altos, e o congelamento salarial, que deixa os servidores sem reposição da inflação.

Marques diz ser correto que funcionários públicos avancem a patamares mais altos da carreira, mas é favorável à valorização das promoções por desempenho, e não daquelas por tempo de serviço.

“É a regra do jogo hoje. Quem ainda não atingiu o topo da carreira progride em um ano ou um ano e meio. É um processo natural. Se quiserem discutir isso na reforma administrativa, estamos dispostos a um ano ou um ano e meio. É um processo natural. Se quiserem discutir isso na reforma administrativa, estamos dispostos a debate”, afirma Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado

“É a regra do jogo hoje. Quem ainda não atingiu o topo da carreira progride em um ano ou um ano e meio. É um processo natural. Se quiserem discutir isso na reforma administrativa, estamos dispostos a debate”

Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado

Progressões e promoções na carreira aumentam remuneração de servidores

Quantidade, em milhares

Servidores no Executivo federal

602

Servidores que foram beneficiados até agosto

100

Servidores que devem ser beneficiados no ano

162

1 em cada 4

servidores do Executivo deve subir na carreira até dezembro

R\$ 500 milhões

é o aumento estimado de gasto público com progressões e promoções no ano do Executivo federal em 2020

Lei deixou uma brecha

• Reajustes salariais estão proibidos por lei até dezembro de 2021

• A lei, porém, não cita claramente proibição às progressões

• Órgãos como AGU e Itamaraty têm concedido essas promoções automáticas nas carreiras

• Após repercussão negativa, AGU suspendeu ato que beneficiaria mais de 600 procuradores

• A proposta de reforma do funcionalismo não atinge os atuais servidores

• Mesmo após a reforma administrativa, as progressões poderão ser concedidas

Fonte: Ministério da Economia

A proposta de reformulação do funcionalismo, porém, não impediria que os atuais servidores sejam beneficiados pelas progressões automáticas, sem avaliação de desempenho.

Parlamentares defendem que as mudanças também tenham efeito para quem já ingressou nas carreiras públicas. Isso, no entanto, depende de articulação com os líderes que representam a maioria das bancadas no Congresso.

No primeiro semestre, durante a discussão no Congresso do pacote de socorro financeiro a estados e municípios devido à pandemia, Guedes pediu contrapartidas.

O Ministério da Economia aceitou liberar cerca de R\$ 120 bilhões de ajuda aos governadores e prefeitos, e, em troca, seriam aprovadas medidas amargas contra funcionários públicos federais, estaduais e municipais.

Guedes queria tentar controlar o aumento das despesas com funcionalismo e evitar que os recursos de combate ao vírus fossem desviados para ganhos salariais de servidores.

Alinhado com a equipe econômica, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), apresentou uma versão, chancelada por Guedes, que ainda restringia as progressões e promoções nas carreiras do funcionalismo até o fim de 2021. Militares também seriam atingidos.

A proposta desagradou à base do governo Bolsonaro e também a parlamentares opositores e independentes. Alcolumbre, então, preservou os avanços nas carreiras e manteve apenas a proibição de reajustes salariais.

Na Câmara, a trava a promoções e progressões nas carreiras também teve que ser retirada das discussões diante das críticas de líderes partidários.

Barros diz que Guedes é o ministro mais forte

Danielle Brant

BRASÍLIA O líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), afirmou nesta sexta-feira (25) que Paulo Guedes (Economia) é o ministro mais forte de Jair Bolsonaro e que projetos, entre eles o substituto do Bolsa Família, só serão anunciados após terem o aval do presidente.

Barros deu entrevista à CNN Brasil e falou sobre o episódio de quarta-feira (24) em que apareceu ao lado de Guedes e do ministro-chefe da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, em um pronunciamento.

Em imagens emissoras, Barros fala “tá bom” algumas vezes ao ministro e depois repete “vamos lá”, enquanto o ministro se afasta dos microfones. Nesta sexta-feira (25), ao ser

questionado sobre o episódio, Barros não responde diretamente e diz que Guedes é “o ministro mais forte do governo”. “Ele é o que tem mais capacidade de induzir as decisões do governo, até porque todos os ministérios querem gastar, e ele tem que manter o rigor fiscal, o teto de gastos, e orientar, portanto, essa produção de como o governo deve caminhar”, disse.

O deputado disse que, desde quarta-feira, o governo está construindo uma mudança na articulação para evitar “adiantar temas que ainda não estão consensados e que, com isso, a gente crise um ruído que atrapalha a articulação política.”

Segundo ele, a ideia é que os textos, como o que vai tratar da criação de um imposto digital para compensar a perda

de receita com uma desoneração ampla da folha de pagamentos, sejam submetidos ao crivo do Planalto, para formar uma opinião de governo.

Na sequência, seriam levados a Bolsonaro, que validaria os pressupostos, antes de os projetos serem apresentados aos líderes do governo na Câmara e no Senado. Só depois, as medidas seriam anunciadas, para que tenham possibilidade de serem aprovadas.

“A gente não quer mais ficar falando coisa para a mídia que, depois, o próprio governo vai dizer que não concorda. Por isso, essa nova articulação política, que combina primeiro, anuncia depois.”

A ideia de Guedes é estabelecer uma alíquota de pelo menos 0,2% sobre o valor de qualquer transação digital pa-

ra que, assim, possa gerar cerca de R\$ 120 bilhões por ano.

Esse dinheiro será usado para cobrir um programa de desoneração integral da folha de pagamentos durante esse período para aqueles que ganham até um salário mínimo.

Acima desse patamar, haverá descontos. A contribuição previdenciária paga pelas empresas para esses funcionários, hoje de 20%, cairia para 15%. A diferença seria coberta pela receita gerada pelo imposto.

Também está prevista a ampliação da isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física de R\$ 1.900 para R\$ 3.000, uma medida que custaria cerca de R\$ 22 bilhões para o governo e beneficiaria cerca de 15 milhões de contribuintes, de acordo com dados da equipe econômica.

TCU determina que INSS crie protocolo para perícia virtual

Mariana Carneiro

BRASÍLIA O ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União, determinou que o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) elabore, em até cinco dias, um protocolo para a realização de perícias médicas virtuais, adotando a telemedicina.

Ele atendeu a pedido feito pelos conselheiros Maria Tereza Uille Gomes e Henrique de Almeida Ávila, do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), que apresentaram uma representação ao TCU contra o INSS questionando o impacto e possíveis irregularidades na interrupção das perícias médicas durante a pandemia.

Os conselheiros argumen-

tam que a telemedicina foi autorizada por lei, em abril, e, embora abarcasse todos os ramos da medicina, houve resistência do Conselho Federal de Medicina e da Secretaria Especial de Trabalho e Previdência do Ministério da Economia em adotá-la nas perícias do INSS.

Ainda de acordo com os membros do CNJ, isso através ações judiciais de pessoas que requisitavam benefícios previdenciários por incapacidade e de prestação continuada.

E, mesmo após o retorno do atendimento presencial nesta semana, cerca de 200 mil processos estão paralisados pela ausência de perícias e outras 600 mil requisições administrativas estão na fila.



MATCH DA SAÚDE

Ele avalia sua dieta, examina seu histórico familiar e aponta seu risco de ter um infarto. Só não vai malhar por você.

Chegou o **Match da Saúde**, a ferramenta gratuita da Folha que avalia seus hábitos, sua história e características pessoais para que você descubra se está se alimentando bem, se tem feito exercícios suficientes, como se prevenir de doenças do coração e de câncer em muito mais. **Não importa seu gênero ou sua idade, as recomendações serão feitas sob medida para você.**

Acesse agora: folha.com/matchdasaude

O Match da Saúde usou como base as fontes de maior credibilidade do mundo.

FOLHA

NÃO DA PRA NÃO LER

Patrocínio: **amil**



Reforma tributária e Renda Cidadã têm aval de Bolsonaro

Projetos serão apresentados hoje ao Congresso, diz líder do governo. Novo imposto deve bancar ampla desoneração da folha salarial

GABRIEL SHINOHARA, PAULO CAPPPELLI, PAULA FERREIRA E NAIRA TRINDADE
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Os projetos da reforma tributária e do Renda Cidadã, novo programa social que vai substituir o Bolsa Família, já foram validados pelo presidente Jair Bolsonaro e serão apresentados aos líderes do Congresso hoje, antes de se-

rem divulgados ao público. A informação é do líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR).

Barros passou o fim de semana em reuniões com o ministro Paulo Guedes e técnicos, no sábado, para tratar das propostas tributárias. E com o senador Márcio Bittar (MDB-AC), o líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO),

e o ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, ontem, para acertar os detalhes do Renda Cidadã.

MUDANÇAS NO IR

Na área tributária, tanto Barros quando Guedes acenaram que será apresentado um novo imposto sobre transações como forma de compensar uma ampla desoneração da folha de pagamentos.

Como uma forma de vencer a forte resistência ao novo imposto, também haveria uma revisão da faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) da pessoa física para R\$ 3 mil. No lado das empresas, a ideia é diminuir o IR com compensação via tributação de lucros e dividendos.

—Estamos fazendo os últimos ajustes, mas algumas bases nós já acertamos. Va-

mos simplificar impostos, reduzir alíquotas, aumentar a faixa de isenção, criar ambiente mais favorável para negócios, para geração de emprego, principalmente com foco na desoneração da folha —disse Guedes.

Um participante da reunião de sábado ouvido em caráter reservado pelo GLOBO afirmou que o governo possui alternativas à criação

de um novo imposto. Essas alternativas miram aumento de arrecadação e redução de despesas orçamentárias.

O desenho do Renda Cidadã está a cargo de Bittar, relator da PEC do Pacto Federativo. O desafio é criar espaço no Orçamento para ampliar o Bolsa Família e acolher as famílias que estão se mantendo com o auxílio emergencial.

Segundo Eduardo Gomes, são várias as possibilidades de financiamento. O líder não quis entrar em detalhes, mas reforçou duas decisões:

—Não se aumenta a carga tributária, nem se ultrapassa o teto de gastos.

O GLOBO

REFORMA ADMINISTRATIVA MODERNIZAR O ESTADO E MELHORAR O SERVIÇO PÚBLICO

A reforma administrativa é mudança fundamental para que o Brasil consiga promover a modernização da máquina pública, avançar na melhoria da qualidade dos serviços oferecidos ao cidadão — sobretudo em saúde, segurança e educação — e impulsionar o desenvolvimento do país. O debate em torno da proposta apresentada pelo governo ao Congresso este mês, no entanto, traz desafios para resultar em ganho de eficiência e, por consequência, economia de recursos que possam, mais adiante, ser investidos em serviços básicos para a população.

É esta a conclusão dos especialistas que participaram, na última quinta-feira, da terceira edição on-line dos encontros “E agora, Brasil?” para discutir por que é preciso modernizar a administração pública. O debate contou com a participação de Ana Carla Abrão, diretora da Oliver Wyman no Brasil e sócia nas práticas de Finanças e Risco e Políticas Públicas; do senador Antônio Anastasia (PSD-MG), da Frente Parlamentar da Reforma Administrativa; de Paulo Uebel, ex-secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia; e de Daniel Duque, pesquisador do Ibre/FGV.

FOCO EM JUSTIÇA SOCIAL

O evento, realizado pelos jornais O GLOBO e Valor Econômico, com patrocínio do Sistema Comércio através da CNC, do Sesc, do Senac e de suas Federações, foi mediado por Merval Pereira, colunista do GLOBO, e Cristiano Romero, editor executivo e colunista do Valor.

—A reforma administrativa é fundamental para que a gente enfrente o maior problema do país, que é a desigualdade

social. É um instrumento de justiça social, porque precisamos melhorar os serviços públicos, em particular saúde, educação e segurança, paragar melhores oportunidades, principalmente para a população de menor renda — afirmou Ana Carla. —Precisamos rever o modelo atual, porque ele não nos permite fazer isso.

A economista chamou atenção para o que classifica como “distorções gravíssimas” no serviço público, referindo-se ao regime automático de progressão e promoção de carreira. E destacou a decisão da Advocacia-Geral da União (AGU) da semana passada — suspensa após uma onda de críticas — de promover 607 procuradores, sendo que 606 deles passariam ao topo da carreira, com salários de R\$ 27,3 mil.

—Temos situações inaceitáveis para um país tão desigual, num momento tão crítico de crise econômica, como as férias de 60 dias (caso dos juizes), ou seja, temos tantas distorções nesse modelo atual que não podemos, neste momento, protelar essa discussão, nem fazê-la só para o futuro.

O texto da reforma apresentada pelo Ministério da Economia ao Congresso acaba com benefícios considerados como privilégios, como licença-prêmio e progressão automática de carreira, mas deixa de fora membros de Poderes, como juizes, promotores e parlamentares. Isso porque, devido à independência entre os Poderes, o Executivo não pode propor mudanças aos demais.

Duque, do Ibre/FGV, reforçou que, ainda que isso esteja sendo corrigido ao longo do tempo, o setor público tem muitas distorções que podem ser consideradas privilégios também na comparação com

o serviço privado. Essas distorções, afirmou, não resultam em um serviço melhor para o cidadão e ainda oneram a máquina do governo:

—A sociedade vai demandar, daqui para frente, mais serviços públicos como saúde, por causa da pandemia; educação, devido ao empobrecimento da população. E, em relação a outros países em desenvolvimento, a gente gasta mais do que a média e entrega menos qualidade. A reforma é necessária porque, com o espaço fiscal cada vez mais reduzido, essa é a melhor maneira de oferecer bons serviços.

ESTABILIDADE DO SERVIDOR

Outro ponto sensível é a questão da estabilidade, que deixa de existir para parte dos novos servidores, pela proposta apresentada pelo governo. O benefício ficará restrito a integrantes das carreiras típicas de Estado, como auditores fiscais ou delegados da Polícia Federal.

Para os especialistas, a estabilidade dos servidores não está no centro da reforma. O importante, afirmam eles, é acabar com uma série de privilégios oferecidos a determinadas categorias de servidores, aumentar a remuneração de quem atende diretamente o cidadão e contar com um processo eficaz de avaliação de desempenho de todos eles.

O senador Anastasia defende que a reforma administrativa, ao contrário da tributária e da da Previdência, seja um movimento permanente.

—A reforma será vantajosa para o cidadão. O objetivo não é fazer um esforço fiscal, e sim melhorar a qualidade do serviço público, criando um círculo virtuoso, melhorando o ambiente de negócios, criando mais segurança jurídica, trazendo desenvol-



“A reforma é fundamental para enfrentar a desigualdade social”

Ana Carla Abrão, diretora da Oliver Wyman no Brasil



“O objetivo não é o esforço fiscal, e sim melhorar o serviço público”

Antônio Anastasia, senador (PSD-MG)



“A gente gasta mais e entrega menos qualidade que outros países”

Daniel Duque, pesquisador do Ibre da Fundação Getúlio Vargas



“Com essa economia, poderíamos investir em saúde, educação”

Paulo Uebel, ex-secretário de Desburocratização do governo



vimento — disse Anastasia. —Tem que ser um ganhaganha, gerando menos burocracia e maior eficiência.

Para ele, não se deve mexer em direito adquirido. Mas alerta que não se pode confundir direito com privilégio. Anastasia sublinha que a estabilidade não é o cargo, mas o serviço público. Isso justificaria ainda mais a adoção de um sistema eficiente e sério de avaliação de desempenho, para determinar promoções, demissões ou troca de cargo.

O senador acredita que o Brasil tem hoje um ambiente

positivo para reformas, com um Congresso “disposto a aprovar” e um governo aberto ao diálogo.

Paulo Uebel, ex-secretário especial de Desburocratização do Ministério da Economia, ressaltou que o Brasil tem atualmente uma carga tributária equivalente à de países desenvolvidos, como Alemanha e Estados Unidos, por exemplo, mas entrega serviços públicos de países em desenvolvimento:

—Essa diferença é que gera grande insatisfação popular. Então, nosso trabalho é apro-

ximar e termos uma carga tributária proporcional à qualidade dos serviços públicos. A reforma administrativa é o maior programa social do governo federal. Todos serão beneficiados.

IMPACTO POSITIVO

Do ponto de vista das contas públicas, Uebel citou estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com o Ministério da Economia, segundo o qual a reforma, na atual modelagem, teria um impacto fiscal de mais de R\$ 300 bilhões em dez anos. Mas ele defende que pode ser ainda mais:

—Um estudo não oficial que fiz com outras pessoas aponta que, incluídos os atuais servidores, só com as vedações de privilégios, mantendo a estabilidade e incluindo membros de Poder, poderia passar de R\$ 1 trilhão. Com essa economia, em dez anos se poderia investir em saúde, infraestrutura, educação e assistência social.

Merval, do GLOBO, destacou a importância de debater um assunto sensível como a reforma administrativa:

—O mais interessante do debate foi a abordagem sobre o fim da estabilidade para os servidores. Ela deve ganhar outra conotação, de proteção de certos servidores que não podem estar expostos a pressões políticas. Mas não pode continuar sendo uma blindagem para maus profissionais.

Já Romero, do Valor, ressaltou o consenso em torno da necessidade de mudanças:

—O que mais chamou minha atenção neste “E agora, Brasil?” foi, primeiro, a concordância de todos quanto à necessidade de o Estado brasileiro passar por profundas mudanças e, segundo, a convergência de ideias sobre a reforma a ser feita neste momento.

O GLOBO

REFORMA NÃO TERMINA NA APROVAÇÃO

Mudar a estrutura do Estado é um processo que demanda treinamento e qualificação de gestores, a fim de garantir a melhoria nos serviços prestados à população, afirma senador Anastasia. Mas Ana Carla Abrão ressalta que não se pode esperar 20 anos

A reforma administrativa é um processo. E, para ser bem-sucedida, é preciso fazer um choque de gestão, defende o senador Antonio Anastasia (PSD-MG), que integra a Frente Parlamentar da Reforma Administrativa. É importante, afirma, garantir a qualificação de gestores e líderes para se conseguir melhorar a qualidade dos serviços públicos no Brasil. Na avaliação do senador, esse processo precisa começar o mais rapidamente possível.

— Depois de todo o quadro normativo aprovado, teremos que melhorar a qualificação, treinar os gestores e os líderes, que também não têm qualificação do ponto de vista de gestão. É um processo que temos que começar agora. Se esperamos o momento ideal, pode ser que ele nunca surja — disse Anastasia.

Durante o debate “E agora, Brasil?”, o senador ressaltou que a reforma administrativa é um processo contínuo.

‘DISTORÇÕES GRAVÍSSIMAS’
Ele lembrou que o Brasil nunca deu muita importância ao tema da gestão pública. Para ele, o assunto sempre foi tratado de forma periférica. Por isso, o país avançou pouco em temas como capacitação, qualificação e quantificação dos servidores. Isso não permitiu consolidar uma cultura organizacional, avaliou Anastasia.

— É isso tudo por falta de uma política pública nacional de recursos humanos no setor público. Tivemos a experiência do Dasp (Departamento Administrativo do Serviço Público), que vigorou de 1938 a 1985. Naquela época, havia diretrizes e normas. Depois não foi substituído por nada. E o tema de recursos humanos e da gestão pública no Brasil ficou

esquartejado no governo, ora no Ministério do Planejamento, ora na Economia, ora em lugar nenhum — afirmou o senador.

Ainda assim, a economista Ana Carla Abrão, ex-secretária de Fazenda de Goiás e diretora da consultoria Oliver Wyman no Brasil, é preciso agir logo, sob o risco de aprofundar o problema fiscal do país:

— Não temos 20 anos para esperar para reformar o serviço público no futuro. Esse futuro não chegará se nós não começarmos a reforma agora, e incorporando os servidores atuais. Estamos vendo distorções gravíssimas, como as promoções que foram feitas pela AGU

— disse, citando a promoção de 607 procuradores na Advocacia-Geral da União, que acabou anulada.

Ela concorda com o senador sobre o fato de que o modelo atual da máquina pública brasileira não permite oferecer serviços de qualidade ao cidadão:

— A máquina está se consumindo nela própria, não temos recursos para investir no servidor público. É um modelo em que todos perdem. A máquina se deteriora, e as condições fiscais do país também. É o que estamos vivendo em alocação de gasto, crescimento da dívida pública, e toda uma situação fiscal que está colocando em risco a solvência, a capacidade de crescimento, de geração de emprego e de renda do Brasil.

MODELO DE 30 ANOS ATRÁS

Paulo Uebel, ex-secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, considera a reforma administrativa vital para qualificar os serviços públicos.

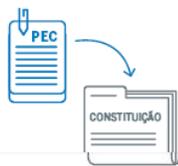
— São esses bons servido-

UMA REFORMA, TRÊS ETAPAS

Governo decide apresentar proposta de reestruturação do Estado em fases

Fase 1

Encaminhamento de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) com as regras gerais que deverão ser observadas pelos futuros servidores que ingressarem no serviço público após aprovação das mudanças



Fase 2

Assim que a PEC for aprovada, o governo encaminhará um Projeto de Lei Complementar (PLP)* e seis Projetos de Lei (PL)** para regulamentar as novas diretrizes fixadas no texto emendado à Constituição

Os temas são os seguintes

- Gestão de desempenho
- Consolidação de cargos, funções e gratificações
- Diretrizes de carreiras
- Modernização das formas de trabalho
- Arranjos institucionais
- Ajustes no estatuto do servidor

Fase 3

Para concluir a reforma, o governo encaminhará um último Projeto de Lei Complementar que consolidará a nova cara do serviço público

A proposta contemplará os seguintes pontos

- Novo marco regulatório das carreiras
- Novas regras sobre remuneração
- Direitos e deveres do servidor público

SERVIDORES FICAM NA FOLHA DE PAGAMENTO POR MUITO TEMPO



O Brasil está entre os países do mundo que mais gastam com o funcionalismo público em relação ao seu Produto Interno Bruto (PIB)

1º	Arábia Saudita	16,4
2º	Dinamarca	15,3
3º	Jordânia	15,1
4º	África do Sul	14,6
5º	Noruega	14,3
6º	Islândia	14,1
7º	Brasil	13,4
8º	Costa Rica	13
9º	Suécia	12,7
10º	Samoa	12,4

Fonte: Ministério da Economia e FMI

res que estão no dia a dia carregando o piano, amarrados a um sistema formulado na década de 1980 e que até hoje não foi estruturalmente atualizado. E o mundo mu-

dou nesse período. É impossível manter o mesmo arcabouço constitucional de 30 a 40 anos atrás para uma realidade que mudou completamente. Nós precisamos



R\$ 928 bilhões

Foi a despesa em 2019 com o pagamento de servidores públicos municipais, estaduais e federais de Executivo, Legislativo e Judiciário no Brasil



Editoria de Arte

modernizar e trazer novos conceitos — afirmou.

Para Uebel, o Estado precisa ser modernizado e ter as condições e alavancas para poder prover os serviços:

— Senão os gestores públicos não vão poder fazer nada, 94% do Orçamento estarão totalmente engessados. É impossível fazer uma boa gestão se você não tiver mais flexibilidade e mais alternativas.

Por isso, segundo ele, uma nova administração pública é essencial e precisa ter foco total em servir a sociedade:

— Essa é a premissa. Não vamos reinventar a roda, vamos copiar e adaptar aquilo que deu certo em outros países e que pode servir à sociedade brasileira.

ÓRGÃO DE RH

O senador Anastasia destacou ainda que, se o país tivesse um órgão específico para os recursos humanos, a organização da administração pública estaria mais avançada.

— Haveria mais condições de qualificar e quantificar os servidores. Por isso, nós da Frente Parlamentar defendemos o que já existe em vários lugares do mundo, que é uma agência que vai cuidar desse planejamento e das diretrizes que não temos no Brasil. A agência é imprescindível para a quantificação e planejamento — disse Anastasia.

Ana Carla ressaltou a complexidade da reforma, que precisa atacar privilégios garantidos a parte do funcionalismo, como férias de 60 dias:

— É uma reforma complexa, que exige o amadurecimento de conceitos muito importantes e sensíveis, como a discussão dos vínculos, do regime jurídico único, da estabilidade, mas também a avaliação de desempenho, a vedação desses dispositivos e dessas desigualdades que temos hoje. Tem de ser feita para termos uma sociedade mais justa.



PODER PARA EXTINGUIR ÓRGÃOS PREOCUPA

Especialistas ressaltam que há entidades cujo encerramento demanda lei

A inclusão, na reforma administrativa, de um dispositivo que dá poder ao presidente da República para extinguir fundações e autarquias por decreto, sem aval do Congresso, foi considerada polêmica pelos especialistas. A maior preocupação é com o uso político desse instrumento. Para o senador Antonio Anastasia (PSD-MG), da Frente Parlamentar da Reforma Administrativa, é preciso distinguir entre órgãos que apenas servem ao Executivo e entidades criadas por uma lei específica.

—O que não pode haver é que, por decreto, ocorra a extinção de entidades. Acho um

exagero do governo. Há uma diferença entre órgãos, por exemplo, uma superintendência dentro de um ministério, que podem ser extintos por decreto, e as entidades, como universidades, a Funai, o Ibama ou uma empresa pública, que precisam de leis para serem criadas e para serem extintas — disse o senador.

PAPEL POLÍTICO

O economista e pesquisador do Ibre/FGV Daniel Duque concordou, ressaltando que não se deve dar ao Executivo a capacidade de extinguir por decreto uma entidade que tem natureza jurídica própria:

— Quando há um órgão adjunto da estrutura do governo, por exemplo uma secretaria, aí tudo bem. Mas isso não deve se estender às entidades. Elas têm papéis que podem, inclusive, ser contrários aos objetivos políticos e, por isso, devem ter autonomia para realizar o trabalho delas. Caso contrário, estarão sujeitas a represálias — ressaltou Duque.

Paulo Uebel, ex-secretário de Desburocratização, compartilha dessa opinião:

—Eu sou contra. Se o Parlamento diz que o Poder Executivo tem que fiscalizar o meio ambiente, essa é a decisão. A atribuição legal não deve ser

extinta pelo Executivo.

O colunista do GLOBO Merval Pereira lembrou o caso da transferência do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Justiça para a Economia. Foi por causa de movimentações financeiras atípicas detectadas pelo Coaf que o senador Flávio Bolsonaro, filho do presidente Jair Bolsonaro, começou a ser investigado.

Segundo Merval, esse caso mostrou como uma disputa política pode interferir na administração pública.

Para Uebel, o impasse em torno do Coaf não foi saudável para a sociedade:

— Deveria ser uma decisão técnica. E, se o Legislativo verificar algum abuso, há mecanismos para impedir isso.

Já Anastasia defendeu, nesse caso, a flexibilidade de organização do governo:

— A questão é se deveria se criar o Coaf ou não. Umavez criado, isso é matéria interna do Executivo.

CONGRESSO TEM CLIMA FAVORÁVEL

Brasil tem hoje ambiente propício a mudanças, diz senador, que aposta em diálogo com governo

Entre os especialistas que participaram do “E agora, Brasil?”, uma das preocupações foi como conciliar as agendas do Congresso, já que a reforma tributária também está em discussão e é considerada crucial para a melhora da atividade econômica.

O senador Antonio Anastasia (PSD-MG), da Frente Parlamentar da Reforma Administrativa, no entanto, não vê problemas para o andamento das duas propostas:

— O Parlamento tem uma agenda tumultuada e demandada. Tem a reforma tributária, que é um gargalo

para o Brasil, e com pressão correta da sociedade. Isso não impede que o Legislativo também aprecie a reforma administrativa.

O senador admite que não será fácil, mas mostrou otimismo com o avanço concomitante das duas reformas.

— Há um ambiente no Brasil pró-reforma e um Congresso disposto a aprovar. O governo colocou a bola em campo, com a possibilidade de aperfeiçoar o que veio com um processo calmo de discussão, de diálogo e de debate, sem ter nenhum dogma ou vaca sagrada, para discutir de modo aberto — afirmou.

O GLOBO

PROGRESSÃO DE CARREIRA É O NÓ PRINCIPAL

Fim da estabilidade é ponto sensível que pode esbarrar em resistência e provocar discussões no Congresso

Avaliações de desempenho que levam a promoções automáticas, pendurcalhos nas remunerações e critérios de progressão de carreira quem nem sempre têm relação com mérito ou a eficiência do servidor público são os principais problemas a serem enfrentados pela reforma administrativa, avaliam os especialistas que participaram do seminário "E agora, Brasil?".

E o fim da estabilidade para parte dos novos servidores, que poderá afetar até quem já passou em concurso público mas ainda não foi chamado para o cargo, é um dos itens mais sensíveis da proposta e que deve enfrentar resistência no Congresso. Pelo projeto, permaneceriam estáveis apenas os servidores das chamadas carreiras típicas de Estado, além dos funcionários antigos.

— Nosso problema não está na estabilidade. Nosso problema no funcionamento da máquina pública está justamente na avaliação de desempenho, na real meritocracia e em desigualdades salariais que devem ser atacadas por meio da regulamentação do teto constitucional, ou seja, deve-se acabar com o teto extraconstitucional e com os pendurcalhos que estão fora — afirmou Ana Carla Abrão, diretora da Oliver Wyman no Brasil e ex-secretária de Fazenda de Goiás.

Ela lembrou que, na semana passada, a Advocacia-Geral da União (AGU) promoveu 607 procuradores, sendo 606 deles para o topo da carreira, com salários de R\$ 27,3 mil. A promoção em massa, revelada pelo site Poder360, gerou uma onda de críticas e acabou suspensa. E levou parlamentares a cogitarem incluir os servidores antigos na proibição de promoções automáticas.

— Uma avaliação de desempenho com todos os servidores ganhando nota 100 não avalia muita coisa. Todo mundo sobe, quando nem todo mundo deveria — disse Ana Carla. — Faltam servidores na base, o que provoca a constante necessidade de inchar a máquina com temporários.

AValiação de desempenho

O ex-secretário de Desburocratização Paulo Uebel também afirmou que amáquina pública não pode ter um "mecanismo onde todo mundo tira a nota máxima":

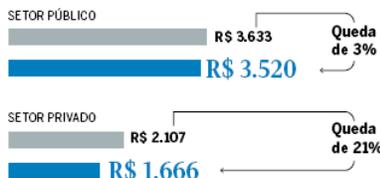
— No governo federal, de quem recebe gratificação, a ampla maioria recebe o valor total. E muitas vezes não é um mecanismo de meritocracia. O maior avanço que eu vejo é acabar com as promoções e as progressões por tempo de carreira, de forma automática. Isso é uma distorção absurda. É

NA PANDEMIA, AS DESPESAS COM SALÁRIOS PRATICAMENTE NÃO SE REDUZIRAM

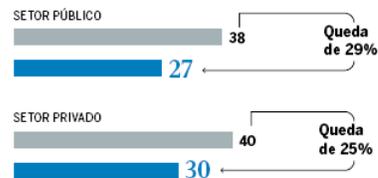
Enquanto a crise econômica gerada pelo coronavírus fez cair o emprego e a renda no setor privado, os funcionários públicos, que têm estabilidade, praticamente não foram atingidos

■ Antes da pandemia ■ Em junho

Alteração na remuneração média de 24 setores de atividade no Brasil

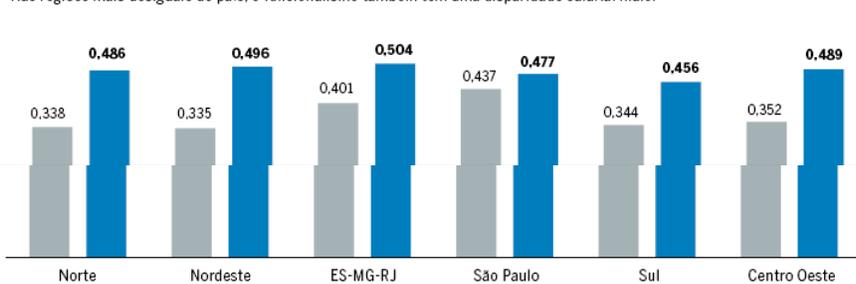


Queda no número de horas trabalhadas em 24 setores de atividade no Brasil



Índice de Gini no setor privado formal e público em 2018

Nas regiões mais desiguais do país, o funcionalismo também tem uma disparidade salarial maior



Fonte: Ministério da Economia e Daniel Duque

Editoria de Arte

preciso ter avaliação de desempenho, ter progressão e promoção de acordo com o mérito e o desempenho.

Uma das mudanças previstas na reforma administrativa diz respeito ao critério para promoções, que se baseariam no desempenho, deixando de ser por tempo de serviço ou automáticas.

O pesquisador do Ibre/FGV Daniel Duque, no entanto, pontuou que uma flexibilização exagerada das regras de remuneração pode gerar outro tipo de distorção:

— Como gestor é quem decidirá por dar a bonificação ou demitir, é possível que os servidores sofram pressões, fazendo com que trabalho não seja

direcionado à população, mas para agradar ao superior.

Para o senador Antonio Anastasia (PSD-MG), da Frente Parlamentar da Reforma Administrativa, é fundamental fazer uma avaliação de desempenho permanente, com diretrizes e clareza, para demitir maus servidores.

Já Ana Carla vê risco jurídico na coexistência de dois modelos de carreira, com servidores contratados depois da reforma pedindo equiparação aos antigos:

— Em 20 anos, teremos dois servidores, com carreiras totalmente distintas, trajetórias financeiras muito diferentes, fazendo coisas similares.

Anastasia disse ainda temer

que a reforma administrativa acabe sendo "desperdiçada" devido à disputa sobre a estabilidade, tema que pode enfrentar resistência no Congresso:

— A estabilidade é, politicamente, o mais importante. As pessoas acabam tendo uma paixão pelo assunto — afirmou. — A estabilidade vai ser uma batalha imensa, e eu não sei o custo dela. Podemos desperdiçar a reforma administrativa em algo que é simbólico, mas não é nuclear.

Anastasia ressaltou ainda que haverá muita polêmica sobre o que seria uma carreira típica de Estado. Para ele, a definição, diferentemente daquela adotada na reforma feita em 1998 — que usou a expressão

"serviços exclusivos" —, deixa margem a interpretações:

— Uma universidade federal é típica. Ela não é exclusiva, mas é típica.

Apesar de concordar sobre a necessidade de garantir a estabilidade para algumas funções, Uebel disse que não faz sentido mantê-la para carreiras de suporte. E citou como exemplos os cargos de soprador de vidro e operador de videotape.

— O exemplo do soprador de vidro não cola. Ele não é estável no cargo, e sim no serviço público. O cargo pode ser extinto — rebateu Anastasia, ressaltando que esses servidores podem ser transferidos.

O GLOBO

É PRECISO MEXER NAS DISTORÇÕES SALARIAIS

Diferença entre setor público e privado cresceu mesmo em meio à crise

As disparidades salariais e as progressões automáticas de carreira são distorções que acabam consumindo o Orçamento público, avaliam os especialistas que participaram do debate “E agora, Brasil?”. O economista e pesquisador do Ibre/FGV Daniel Duque fez um levantamento, com base em dados da Rais de 2018, e constatou que a desigualdade salarial entre funcionários públicos é maior do que aquela entre trabalhadores da iniciativa privada.

Segundo ele, essa disparidade decorre de privilégios, que encarecem a máquina pública e não melhoram o serviço à sociedade:

—Atualmente, não se usam

bonificações como mecanismos de reconhecimento. Precisamos trocar o perfil de desigualdade, para que ela incentive melhores práticas. Isso é, um servidor passará a ganhar mais que outro porque entregou um serviço melhor.

BASE É MAL REMUNERADA

Ana Carla Abrão, ex-secretária de Fazenda de Goiás e diretora da consultoria Oliver Wyman no Brasil, critica as promoções automáticas, que fazem com que o governo gaste mais para bancar os salários do que para prover serviços.

Ela alerta também para o fato de haver uma massa de funcionários públicos, sobretudo aqueles que atuam

em saúde, segurança e educação, mal remunerada e sem condições de trabalho:

—O médico tem aumento salarial, mas não recebe esse aumento porque em vários estados o salário dele é parcelado. O professor chega na escola pública e não tem condições de dar aula. O policial está morrendo nas ruas, porque não tem uma viatura que possa usar de forma correta.

Em sua exposição, Duque citou uma pesquisa feita pelo professor de economia Felipe Araújo, da Universidade Lehigh, nos EUA, que mostra que a média salarial dos servidores públicos supera em cerca de 48% a dos trabalhadores do setor privado.



Disparidades. Uma pesquisa aponta que a média salarial do servidores é 48% maior do que a do setor privado

— Não se pode ter a mesma função desempenhada na iniciativa privada e na iniciativa pública com distorção de 94% da remuneração, como apurou o Banco Mundial. Privilégio não gera direito adquirido — completou o ex-secretário de Desburocratização, Paulo Uebel, citando outro estudo.

O editor executivo do Valor, Cristiano Romero, questionou Duque sobre se é factível

comparar carreiras como as do auditor da Receita com as do setor privado. O pesquisador reconhece que há grandes diferenças, mas ressaltou que o pior é haver grandes disparidades salariais:

— Na década de 90, havia uma diferença salarial um pouco menor entre serviço público e setor privado. No entanto, ao longo dos anos, fomos vendo um ganho salarial

contínuo dos servidores acima do privado. Isso ficou muito mais escancarado depois da crise de 2015/2016. O salário dos servidores não pode ter queda nominal, enquanto no setor privado você pode demitir e recontratar com salário menor. Outro fator é que, na crise, não teve nenhum processo de redução de benefícios (dos servidores), inclusive havendo reajustes.

O GLOBO

Líderes articulam debate da próxima fase da reforma tributária

Objetivo é vencer resistência do presidente da Câmara e abrir espaço para governo apresentar a proposta do imposto digital

GERALDA DOCA E MARCELLO CORRÊA
economia@oglobo.com.br
BRASILIA

Líderes do Congresso articulam um acordo para permitir que o governo apresente a próxima fase da proposta de reforma tributária na próxima semana, que envolverá a criação de um imposto sobre transações financeiras como forma de compensar uma ampla desoneração da folha de pagamentos. A ideia é apresentar a proposta ao presidente no fim de semana e aos líderes na segunda-feira.

Parlamentares pediram para que o presidente da Câmara dos Deputados, Rodri-

go Maia (DEM-RJ) — principal crítico do novo tributo — não interdite o debate da proposta. A ideia é abrir espaço para que o Executivo encaminhe o texto ao Congresso e a medida seja, ao menos, discutida. Mas sem garantia de que haverá apoio.

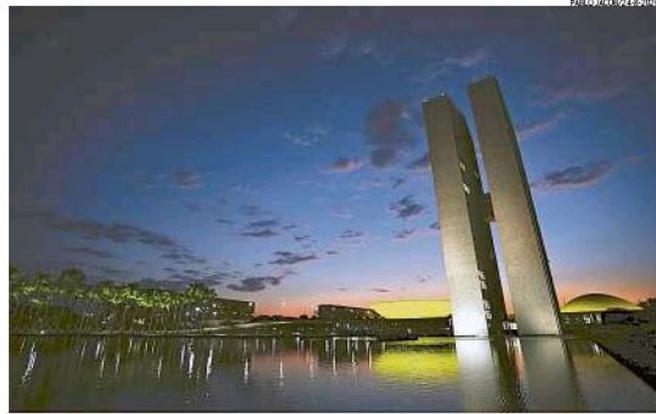
A estratégia foi traçada em um almoço na casa do líder do governo na Câmara dos Deputados, Ricardo Barros (PP-PR), do qual participaram outras lideranças partidárias e o ministro da Economia, Paulo Guedes.

A avaliação é que toda vez que Maia e o Congresso como um todo fazem manifestações públicas contra o novo

tributo, o debate emperra. O presidente da Câmara já declarou reiteradas vezes que, enquanto estivesse no cargo, trabalharia para que a medida não avançasse. Procurado, Maia não comentou.

O imposto sobre transações é a opção defendida pela equipe econômica para bancar a redução do encargo que incide sobre salários. Uma fonte avalia que essa estratégia é importante para que o governo apresente sua proposta e, assim, a sociedade possa decidir o que considera o melhor caminho a seguir.

Se esse clima for mantido, o mais provável é que o veto à prorrogação da desonera-



Estatégia. Governo quer que Congresso analise projeto que prevê novo imposto para desonerar folha de pagamento

ção da folha de pagamento de 17 setores da economia seja derrubado, como medida emergencial. O Congresso deve analisar o veto do presidente na próxima quarta-feira. E uma desoneração mais ampla seria discutida mais à frente.

SIMPLIFICA JÁ

Na equipe econômica, ainda há expectativa que seja possível incluir a ideia do novo imposto na proposta de emenda à Constituição (PEC) 45, de

autorização dos deputados. Mas há resistência de parlamentares, que não querem assumir o ônus de criar o tributo.

Outro entrave para a junção dos dois textos é que a equipe econômica resiste à criação de um fundo para compensar estados e municípios por perdas de arrecadação previstas por parte dos governos locais, caso a PEC 45 seja aprovada nos moldes atuais.

Por isso, auxiliares de Guedes afirmam que a equipe econômica já começa a

avaliar apoio a uma espécie de plano B, que seria passar a defender uma reforma tributária mais enxuta, articulada por representantes dos prefeitos e entidades do setor produtivo, batizada de Simplifica Já.

A principal característica do projeto é excluir estados e municípios das mudanças. Isso diminuiria a tensão da União com os governos locais, que temem perder arrecadação com o novo sistema tributário.

Home office de servidores gera economia de R\$ 1 bilhão

Dinheiro deixou de ser gasto com diárias, passagens, serviços de comunicação, água, luz e adicional noturno ou de insalubridade

GABRIEL SHINOHARA
gabriel.shinohara@oglobo.com.br
BRASILIA

O governo federal reduziu os gastos com servidores em R\$ 1 bilhão entre abril e agosto, período em que parte dos funcionários trabalhou remotamente por causa da pandemia. O levantamento foi divulgado

ontem pelo Ministério da Economia.

A maior parte da economia foi resultado da diminuição das despesas com custeio, como diárias, passagens aéreas e fornecimento de água, energia e serviços de comunicação.

Os gastos com diárias, passagem e despesas de locomoção, por exemplo,

consumiram em média R\$ 140 milhões por mês em 2019. Já neste ano, a despesa mensal caiu para R\$ 45 milhões. No acumulado de cinco meses, a economia foi de R\$ 470 milhões.

Só com a redução nos serviços de cópias e reprodução de documentos, o governo economizou R\$ 9,7 milhões em cinco meses.

No total, as despesas para manter a máquina pública funcionando custaram R\$ 859 milhões menos do que em igual período de 2019.

Outros R\$ 161 milhões foram poupados com a diminuição de gastos com pagamentos adicionais aos salários dos servidores. No início da pandemia, o governo editou uma medida que ve-

dava o pagamento de alguns auxílios para quem trabalhasse de casa, como adicionais de insalubridade, periculosidade, além do adicional noturno e do auxílio-transporte.

Um levantamento divulgado na semana passada mostrou que 63 mil servidores do governo federal ainda estão em regime de home office.

O governo já adotou medidas para tornar o processo de solicitação do teletrabalho mais simples e menos burocrático. O objetivo é obter ganhos de eficiência.

Pelas regras estabelecidas, a adoção do modelo é facultativa e deve obedecer o interesse público. Caberá ao dirigente máximo de cada pasta autorizar o trabalho remoto.

Além de servidores efetivos, podem participar do programa ocupantes de cargos em comissão, empregados públicos e contratados temporariamente.

O GLOBO

MÍRIAM LEITÃO



globo.com.br/economia/miriamleitao
miriamleitao@o Globo.com.br

Por Alvaro Gribel (Interino)



O Brasil de novo na encruzilhada

A economista-chefe do banco Santander, Ana Paula Vescovi, acaba de atualizar as projeções do banco para a economia brasileira. A boa notícia é que a recessão deve ser menor do que o previsto inicialmente este ano (-4,8% em vez de -6,4%), o dólar tende a se valorizar e a inflação deve continuar sob controle. Esse é o cenário-base. O problema é que vem crescendo o risco de um cenário alternativo, que é completamente diferente e assustador: em caso de perda da confiança no controle fiscal, o país viverá novamente uma crise econômica, com a combinação de recessão, fuga de capitais e elevação das taxas de juros.

Ana Paula foi secretária de Fazenda do Espíri-

to Santo e conduziu boa parte do ajuste fiscal feito pelo estado. Depois, foi chamada para a secretaria do Tesouro, no governo Temer, e hoje está no Santander. Acompanha com lupa os dados das contas públicas e está preocupada com a encruzilhada da economia brasileira. Se, por um lado, os gastos com a pandemia tiveram foco nas políticas sociais, por outro, vem crescendo a desconfiança na manutenção do teto de gastos no ano que vem:

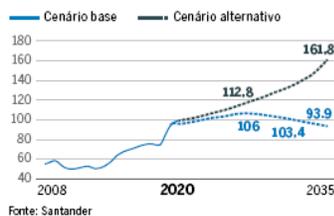
—O crucial é o fiscal. É o que caracteriza a dualidade desses cenários. A gente vê um esforço muito grande dos líderes afirmando a responsabilidade com as contas públicas. Mas a gente sabe que é muito difícil conseguir consenso para as reformas. Para sustentar o teto até 2026, e continuar com essa âncora, o governo tem que reduzir despesas em R\$ 130 bilhões. E isso só com medidas muito duras. O tempo urge.

Em relatório enviado ontem a clientes, o banco apontou que “reafirma a recuperação, mas reconhece os riscos”. No cenário base, o governo terá déficits primários até 2026 e a dívida bruta alcançará um pico de 106% do PIB até começar a cair. No cenário alternativo (veja o gráfico), o endividamento sai do controle e chega a 161% em 15 anos. O risco que parece longe, na verdade, já começou a se materializar com a alta dos juros cobrados pelo mercado para financiar o governo.

—A dívida já está encurtando muito. Mas

DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO

Em % do PIB



Fonte: Santander

o mercado ainda tem confiança de que a agenda fiscal vai andar. Se a gente perde essa crença, aí pode haver uma crise da dívida. Todos reconhecem o mérito de dar atenção a quem precisa. Só que o cenário hipotético de perder a âncora fiscal é pior ainda. Isso precisa ficar muito claro — alertou.

O DESAFIO DO EMPREGO

Se a recessão deve ser menor este ano, o PIB também deve crescer menos no ano que vem (3,4% e não 4,2%). Com isso, a estimativa do Santander, no seu melhor cenário, é que a atividade só volte ao nível de 2019 em meados de 2022. Especialmente para o mercado de

trabalho, o desafio será enorme. Na medida em que a força de trabalho voltar a crescer, com mais pessoas procurando vagas, o desemprego também deve subir. A taxa média de desocupação pode chegar a 16,1% no ano que vem, e cair para apenas 15,3% em 2022, ano de eleições presidenciais.

DINHEIRO FÁCIL

Os juros de 2,2% pagos pelo Tesouro a quem comprou títulos da dívida com vencimento em abril — como mostrou a coluna de ontem — podem parecer baixos, mas veja como a operação foi vantajosa ao mercado. Os grandes bancos conseguem captar recursos a custo de 2% (taxa Selic), mas nessa operação receberam 0,2 ponto percentual a mais, ou 10% dos juros pagos, para resgate em seis meses. Como são títulos em reais, do Tesouro, o risco é zero. “Mesmo rolando título curto, o Tesouro está sendo obrigado a pagar prêmio. Imagine você ganhar sem risco esses 20 pontos de diferença entre as taxas em seis meses? Foi isso que aconteceu e mostra o tamanho da fragilidade fiscal”, explicou um economista. No total, R\$ 30 bilhões de títulos públicos foram vendidos na quinta-feira, a um custo de R\$ 60 milhões.

A colunista está de férias.



Com foco no consumo, tributação concentra renda

Impostos embutidos no preço de produtos e serviços pesam de forma diferente no orçamento das famílias, reforçando a desigualdade. Estudo mostra que mais pobres destinam 26,7% do orçamento aos pagamentos, enquanto mais ricos, 10,1%

FAMÍLIA A



Integrantes
Kátia Rodrigues Freire, diarista, e o filho Cauã, de 16 anos



Renda total
R\$ 2.500 que Kátia ganha mensalmente trabalhando em duas residências

OS TRIBUTOS E AS FAMÍLIAS

Com alta concentração da arrecadação em tributos indiretos, que incidem sobre o consumo de bens e serviços, os impostos no Brasil pesam mais no orçamento das famílias mais pobres

FAMÍLIA B



Integrantes
Isabel, arquiteta e comissária de bordo, Itairê, militar reformado, e o filho do casal, Enzo, de 10 anos

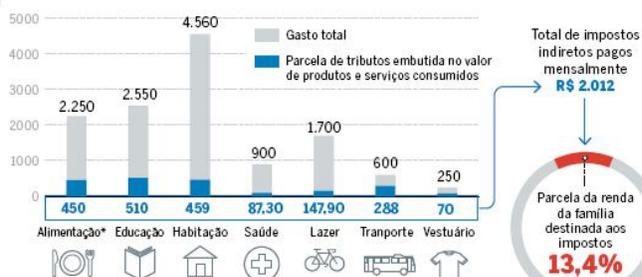


Renda total
R\$ 15 mil, somando os ganhos do casal

Principais gastos da família (em R\$)



Principais gastos da família (em R\$)



*Dentro e fora de casa

Editoria de Arte

CÁSSIA ALMEIDA
cassia@oglobo.com.br

Ao concentrar a maior parte da arrecadação, mais de 40%, em produtos e serviços, com impostos que incidem igualmente numa sociedade profundamente desigual, o sistema tributário brasileiro piora a distribuição de renda. No Brasil, os impostos indiretos, como são chamados aqueles embutidos no preço dos produtos e serviços, respondem por 45% da arrecadação. Uma parcela alta frente aos países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que reúne países desenvolvidos), grupo do qual o Brasil quer fazer parte. Lá, chega perto de 35%.

Os tributos indiretos (IPI, PIS/Cofins, ICMS e ISS) têm peso desigual no orçamento das famílias, e as propostas de reforma ainda não resolvem esse problema, de acordo com estudo de Rodrigo Orair, ex-diretor do Instituto Fiscal Independente (IFI, instituição ligada ao Senado).

Segundo o estudo, os 10%



Diferenças. Na família de Itairê e Ana Isabel (acima), o maior gasto é com habitação. Já na casa de

Para tornar o sistema tributário mais igualitário, dizem especialistas, é preciso mudar a composição tributária, dando mais peso aos impostos diretos, como o Imposto de Renda (IR), que atinge a parcela

grandes despesas. Algumas vezes, diz Kátia, dá para poupar R\$ 100 em um mês.

Na alimentação, a alíquota média, segundo o tributarista Paulo Henrique Pêgas, do Ib-mec, na faixa de renda de Kátia, é próxima de 20%. Na educação, o percentual também é de 20%, o mesmo pago pela família de Ana Isabel e Itairê.

— Sei que tem imposto em tudo que eu pago. A gente paga sem sentir — diz Kátia.

Já na casa de Ana Isabel, Itairê e do filho Enzo, de 10 anos, o maior gasto é com habitação.

São R\$ 4.560, de uma renda de R\$ 15 mil. Nos itens de bens e serviços de habitação, a alíquota média é de 12,7%. Mas a família paga IR e não se importaria de pagar mais imposto.

— Pagamos imposto de primeiro mundo e vivemos no terceiro — reclama Itairê.

Ana Isabel reconhece que gastos sociais são necessários, mas diz que “a impressão é que o dinheiro vai para o ralo”.

— Os impostos estão aumentando, a educação pública piorando. Pagamos IPVA, e o carro quebra nas estradas.



mais pobres destinam 26,7% do orçamento para pagamento de impostos indiretos. Essa parcela cai para 10,1% entre os 10% mais ricos. A unificação dos impostos com uma alíquota só, como se discute no Congresso, mudaria pouco esse cenário. O peso dos impostos indiretos para os mais pobres cairia para 24,3%, enquanto os mais ricos pagariam um pouco mais: 11,2%. Até agora, o governo só apresentou a primeira etapa da reforma tributária.

— A política hoje de diferenciação de alíquota não funciona para fins distributivos, não está alcançando seus objetivos, melhor tributar pela mesma alíquota. A tributação indireta é inerentemente regressiva, incide proporcionalmente mais sobre os mais pobres — comenta Orair.

IR TEM POUCO EFEITO

A diarista Kátia Rodrigues Freire destina cerca de 19% de sua renda aos impostos, mesmo sem perceber. Não paga impostos diretos, mas, como toda a sua renda de R\$ 2.500 é para o consumo, o custo da tributação proporcionalmente é maior que o da família da arquiteta Ana Isabel Aquino Nogueira e do marido, o militar reformado Itairê Alves de Andrade Silva. Com renda líquida média de R\$ 15 mil, o casal paga cerca de 13% de impostos indiretos, apesar da renda maior. Mas a família paga impostos diretos, como o de Renda, IPTU e IPVA.



Katia e seu filho, Cauã, 60% da renda vão para alimentação e educação

mais rica. Segundo Fernando Gaiger, economista do Ipea que vem pesquisando os efeitos dos impostos na redistribuição de renda, o IR brasileiro reduz o Índice de Gini, medida de desigualdade — quanto mais perto de 1, mais concentrada é a renda — em menos de 2%. Nos países desenvolvidos, o IR reduz entre 8% e 12% o índice.

— Os impostos diretos pesam muito pouco no Brasil. Cerca de 3,5%. Nos países desenvolvidos, é três, quatro vezes mais. O Imposto de Renda é bem focalizado, atinge os 10% mais ricos, mas precisa ser mais ainda, diante da alta concentração de renda no Brasil — afirma Gaiger.

GASTO CONCENTRADO

Para ele, é preciso rever isenções e a taxação de lucros e dividendos de pessoa física, ao mesmo tempo que desonera as empresas. Aumentar as alíquotas não teria o efeito desejado, atingindo apenas altos funcionários públicos.

— Somos um país de renda média com alto grau de desigualdade. Só com a nossa base de arrecadação não é extensa. Não somos um país de classe média. A base é estreita, e não conseguimos os chegar aos muito, muito ricos — diz Gaiger.

Na casa de Kátia e de seu filho Cauã, de 16 anos, a maior parte da renda vai para alimentação e educação do menino. Cerca de 60% dos ganhos como diarista vão para essas duas

REFORMA AINDA NÃO ATACA DESEQUILÍBRIO

A única proposta apresentada até agora pelo governo para a reforma tributária, a união de PIS e Cofins em um novo imposto sobre valor agregado, altera pouco a desigualdade do sistema



Como é hoje?

Incidem sobre o preço de bens e serviços impostos diretos como IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS

O que o governo propôs?

PIS + Cofins = Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), com alíquota única de 12%

PARCELA DA RENDA COMPROMETIDA COM IMPOSTOS INDIRETOS

Para os 10% mais pobres
(renda média per capita no domicílio é de R\$ 112 por mês)



Para os 10% mais ricos
(renda média per capita no domicílio é de R\$ 6.027 por mês)



Fontes: Pesquisa de Orçamentos Familiares e estudo do contabilista Paulo Henrique Pêgas e texto para discussão "Reforma tributária e federalismo fiscal: uma análise das propostas de criação de um novo imposto sobre o valor adicionado para o Brasil", de Rodrigo Orair e Sérgio Gobetti, do Ipea e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2019

Veículo: Estadão	
Data: .26 a 28.09.2020	Caderno: Economia



Guedes se reúne com líder do governo na Câmara para ajustar proposta de reforma tributária

Ministro da Economia disse que ele está "ultimando os preparativos" dessa que será a segunda etapa da reforma tributária; proposta será enviada para comissão mista da Câmara e do Senado

Breno Pires, O Estado de S.Paulo

26 de setembro de 2020 | 19h38

BRASÍLIA - O **ministro da Economia, Paulo Guedes**, e o líder do governo na Câmara, **Ricardo Barros**, se reuniram neste sábado, 26, para discutir ajustes na proposta de **reforma tributária** que o governo pretende encaminhar ao **Congresso** nos próximos dias. Segundo Barros, ainda há alguns pontos pendentes que precisam ser validados pelo presidente Jair Bolsonaro, mas na segunda-feira a

proposta já estará fechada para uma rodada de discussão com os líderes da base governista no Congresso.

"Só será anunciada a solução que já tiver passada pelo crivo do presidente e senhores líderes da base do governo, porque isso dá uma maior previsibilidade na aprovação da matéria", disse Ricardo Barros, que voltou a afirmar que não haverá aumento na carga tributária.

Ao seu lado, Paulo Guedes disse que eles estão "ultimando os preparativos" dessa que será a segunda etapa da reforma tributária. A proposta será enviada para comissão mista da Câmara e do Senado.

Guedes defende a desoneração da folha de pagamento (a redução nos encargos que as empresas pagam sobre os salários dos funcionários) para a criação de empregos.

Uma das propostas em discussão é aprovar um novo tributo temporário para começar a desoneração da folha.

Como mostrou o Estadão, embora a insistência de recriar um imposto nos moldes da CPMF seja rejeitada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), líderes do governo negociam a apresentação da proposta de um tributo sobre transações digitais com cobrança semelhante ao extinto tributo. Também foi discutida na reunião neste sábado a Proposta de Emenda Constitucional do Pacto Federativo, relatada pelo senador Márcio Bittar (MDB-AC), em relação à qual o governo ainda não conseguiu construir um acordo.

Paulo Guedes citou os problemas de emprego e renda acentuados na pandemia de covid-19 ao afirmar que, com o fim do auxílio emergencial previsto para dezembro, o governo busca um novo programa. "Nós

precisamos de um programa social a partir de primeiro de janeiro. Estamos discutindo ainda entre nós, o presidente não gostou de algumas características, então estamos reestudando o tema", disse Guedes.

É na proposta do pacto federativo que o governo deseja incluir as bases do novo programa social para substituir o Bolsa Família. Conforme o Estadão publicou, o relatório deverá conter medidas de desindexação (retirar obrigatoriedade de dar reajustes) e desvinculação (retirar os "carimbos") do Orçamento.

Veículo: Estadão	
Data: 26 a 28.09.2020	Caderno: Economia



Dados distorcidos podem prejudicar setor de serviços na reforma tributária

Beiram o ilusionismo certos cálculos apresentados para negar o óbvio

Jorge Segeti*

27 de setembro de 2020 | 17h00

Jorge Segeti. FOTO: DIVULGAÇÃO

Abrem-se as cortinas e, mais uma vez, a arte de confundir e manipular tem deixado os palcos de magia para tomar conta dos discursos governamentais sobre a reforma tributária. Esse recurso tem sido bastante utilizado e agora, pulando para a cozinha, misturando alhos com bugalhos para convencer a plateia, a sociedade brasileira, de que o setor de serviços não será prejudicado com as mudanças propostas e em tramitação no Congresso Nacional.

Ao afirmar que 85% das empresas do setor estão enquadradas no regime do Simples Nacional e que o sistema simplificado não sofrerá alteração de regras, o governo deixa de colocar todas as cartas na mesa e induz a opinião pública e alguns parlamentares a imaginar que as reclamações derivam de uma parcela mínima de grandes empresários de prestação de serviços, o que não é verdade.

Nada melhor que abrir dados e números demonstrando efetivamente o papel do setor para o desenvolvimento econômico brasileiro. Então, vamos a eles.

De acordo levantamento do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), cerca de 13,1 milhões de empresas de serviços estão do Simples Nacional e 3,4 milhões em outras opções. No entanto, as organizações do sistema simplificado geram 36% dos empregos, o que equivale a 8,8 milhões de postos de trabalho, enquanto as enquadradas em outros regimes de tributação geram 74%, ou seja, 15,5 milhões de ocupações. Isso sem falar que a média salarial dos funcionários das empresas do Simples é de R\$ 1,5 mil, enquanto a das médias e grandes empresas fica nos R\$ 2,6 mil.

Também é questionável a afirmação de que a reforma tributária não trará impactos expressivos para as empresas do Simples Nacional. Ora, não é difícil prever que elas sofrerão pressão dos seus tomadores de serviços para que saiam do sistema simplificado com o intuito de gerar créditos fiscais. A partir daí, o efeito negativo vem em cascata, tendo em vista que a mudança de regime certamente criará o fim da desoneração da folha de pagamento para essas organizações, inviabilizando o emprego formal e trazendo diversos problemas burocráticos na sua gestão financeira e contábil.

Analisando além do Simples Nacional, o dano também deve ser bastante expressivo, já que as propostas abalarão negativamente mais de 2,5 milhões de micros e pequenas empresas e quase 15,4 milhões de empregados.

Estudos da Central Brasileira do Setor de Serviços (CEBRASSE), entidade da qual faço parte, revelam que as propostas em tramitação no Congresso Nacional sobre a reforma tributária elevarão os preços entre 8% e 20% para o consumidor final de serviços como educação, saúde e transporte, o que impossibilitará a sua utilização para muitos cidadãos, que já estão sofrendo com os impactos da crise econômica. Na etapa seguinte da cadeia, veremos o sistema público, que já tem a sua qualidade questionada, ainda mais sobrecarregado e à beira do colapso.

Também são expressivos os números que revelam a importância do setor de serviços para o país: considerando apenas o período entre 2010 e 2017, o segmento em seu conceito mais amplo saltou de uma participação de 67,8% do PIB para 73,5%. No entanto, vale destacar que o prejuízo não ficará restrito ao setor, irradiando-se para todas as áreas e, claro, também o consumidor final.

Dada a magnitude em termos de geração de renda e empregos é fundamental que os prestadores de serviços sejam ouvidos e possam contribuir na elaboração de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sócio econômico. Não podemos nos orientar por achismos e ilusionismos, mas sim por dados e números que possam nos dar uma perspectiva real do que o Brasil tem a perder e o que pode ganhar, dependendo do caminho a ser trilhado em sua mudança de

rumo no campo tributário, se é que essa tão sonhada guinada virá agora.

***Jorge Segeti, CEO da Segeti Consultoria, vice-presidente da Associação das Empresas Contábeis de São Paulo (Aescon-SP) e diretor técnico da Central Brasileira do Setor de Serviços (Cebrasse)**

Veículo: Estadão	
Data: .26 a 28.09.2020	Caderno: Economia



Estados negociam a criação de fundos para apoiar a reforma tributária

Fundos somariam repasse de R\$ 485 bilhões em 10 anos para governos estaduais, que temem perder receita com alterações tributárias

Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo

26 de setembro de 2020 | 05h00

BRASÍLIA - Os governos estaduais deflagraram uma articulação junto ao **Congresso Nacional** para incluir na **reforma tributária** dois fundos bilionários de compensação para os Estados e municípios. A estratégia é tentar contornar a resistência da equipe econômica a esses repasses, que somariam R\$ 485 bilhões em dez anos.

O impasse é considerado um dos pontos mais delicados das negociações. Na sexta-feira, 25, a presidente da **Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Simone Tebet (MDB-MS)**, defendeu um “freio de arrumação” na reforma tributária e

argumentou sobre a necessidade de convidar o ministro da **Economia, Paulo Guedes**, para prestar esclarecimentos.

“O governo vai entregar ou não as quatro fases da reforma? Vai ou não ter recursos para compensar Estados e municípios?”, questionou durante reunião da comissão mista que discute a proposta.

Os governos querem usar parte da alíquota do novo **imposto sobre valor agregado (IVA)**, que vai ser criado com o objetivo de fundir outros tributos, para irrigar os fundos. Guedes, por sua vez, vê nessa proposta uma tentativa de “sangrar” os cofres da **União**. A equipe econômica argumenta que os **Estados já receberão R\$ 65,6 bilhões até 2037 devido à negociação que pôs fim ao imbróglio da Lei Kandir**, que desonerou exportações do pagamento de **ICMS**.

Em substituição a esses dois fundos, o governo federal propõe entregar aos Estados a gestão e a governança de seis fundos já existentes, três constitucionais e três regionais. Os fundos constitucionais do **Norte, Nordeste e Centro-Oeste** recebem anualmente 3% da arrecadação com impostos federais e hoje acumulam cerca de R\$ 150 bilhões. Já os fundos regionais dependem de dotação orçamentária e estão desde 2015 praticamente parados.

Os governos estaduais rejeitam essa proposta porque não há garantia concreta de recursos. Parte dos impostos federais que hoje servem de base para os repasses aos fundos constitucionais seriam inclusive extintos e unificados no IVA, ou seja, não haveria novas entradas. Além disso, esse dinheiro não vai diretamente para os cofres estaduais – eles servem de fonte para bancar financiamentos.

A estratégia dos Estados agora é defender a criação dos fundos regional e de compensação das exportações junto ao Congresso, negociando diretamente com o relator, deputado **Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)**, e com lideranças partidárias para incluí-los no texto final da reforma. A articulação é delicada inclusive entre os Estados, já que os governos do **Sul** e do **Sudeste** temem que a divisão do bolo acabe beneficiando muito mais Norte e Nordeste.

O **secretário de Fazenda do Paraná, Renê Garcia Junior**, disse ao **Estadão/Broadcast** que o relator “será ousado” em seu parecer, mas não deu pistas se houve sinalização positiva à criação dos fundos. “Ele não tem necessariamente obrigação de agradar à União”, disse o secretário.

Garcia Junior disse defender que os Estados tenham condições de “andar por conta própria”, mas admitiu que a situação fiscal do governo federal dificulta “acenos mais generosos da União”. “A questão vai ter que ser resolvida, o Congresso está num passo que está forçando os agentes para que tenham uma solução”, afirmou o secretário, acrescentando que a intenção do relator de apresentar seu parecer até o fim de outubro.

A reportagem não conseguiu contato com o relator Aguinaldo Ribeiro. O Ministério da Economia não comentou. Na audiência, Tebet sugeriu que, em meio ao impasse sobre as compensações, os parlamentares façam uma aprovação “em módulos”, com um IVA federal primeiro e depois, quando houver recursos para os fundos, incluir Estados e municípios.